FILIPPE VIEIRA DE OLIVEIRA

“ITAQUERA PARA QUEM?”

**Projetos Urbanos e Mudanças Socioespaciais
Na Periferia de São Paulo**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Mudança Social e Participação Política.

Orientadora: Professora Dra. Sílvia Helena Zanirato.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 25/09/2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na biblioteca da EACH-USP e na biblioteca digital de teses e dissertações da USP (BDTD), de acordo com a resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Oliveira, Filipe Vieira de
"Itaquera para quem?" : projetos urbanos e mudanças socioespaciais na periferia de São Paulo / Filipe Vieira de Oliveira ; orientadora, Silvia Helena Zanirato. – São Paulo, 2015
193 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Urbanização - São Paulo (SP). 2. Planejamento territorial urbano - São Paulo (SP). 3. Bairros - São Paulo (SP). 4. Espaço urbano - São Paulo (SP). 5. Itaquera - São Paulo (SP). I. Zanirato, Silvia Helena, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 307.10981611

Dissertação de autoria de Filipe Vieira de Oliveira sob o título **“ITAQUERA PARA QUEM?” Projetos Urbanos e Mudanças Socioespaciais Na Periferia de São Paulo**, apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, aprovada em 25 de setembro de 2015 pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Sílvia Helena Zanirato.
Presidente

Universidade de São Paulo.
Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Prof. Dr. Thiago Allis	Instituição	Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades.
Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde	Instituição	Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Prof. Dr. Edegar Luis Tomazzoni	Instituição	Universidade de São Paulo. Escola de Artes Ciências e Humanidades.

À memória de minha avó (Ozaida).

Que seus lindos olhos azuis continuem a brilhar.

Agradecimentos

Enfim, o final! Ou talvez apenas o começo!

Muitas vezes, nestes dois últimos anos, pensava no dia em que escreveria os agradecimentos – e o dia chegou – e são muitos aos que tenho que agradecer:

Agradeço primordialmente à Ana, querida esposa, por ter “segurado a barra” nestes dois últimos anos, para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao mestrado, meu eterno amor e gratidão.

Aos meus pais (Fátima e Alcides) que me apoiam incondicionalmente.

Agradeço à professora e orientadora Sílvia Helena Zanirato, por acreditar em meu projeto, pela contribuição no debate acadêmico e por quem tenho uma imensa admiração e respeito.

Aos colegas de mestrado e do grupo de pesquisa, por compartilharem conhecimento e enriquecerem o debate acadêmico. E aos demais professores do programa.

Agradeço ao professor Juan Luis Soarez de Vivero, pela recepção durante minha estada na Universidade de Sevilha. E especialmente agradeço ao professor Gerardo Kuntchik (PROMUSPP/EACH/USP), pela companhia e também pelas incursões gastronômicas na cidade de Sevilha.

À professora Glória da Anunciação Alves (FFLCH/USP) e ao professor Eduardo Alberto Cusce Nobre (FAU/USP) pelas valiosas observações na banca de qualificação.

Ao professor Thiago Allis (DGTH/UFSCAR) por ter me dado a oportunidade de “mostrar” Itaquera assim como a vejo, e também pelo conhecimento compartilhado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e ao Programa Santander Universidades, pelas bolsas de estudo concedidas.

À Universidade de São Paulo e aos funcionários da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, especialmente os da secretaria de pós-graduação.

À todos, minha sincera gratidão.

[...] Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas,
da força da grana que ergue e destrói coisas belas [...]
(Trecho da música Sampa, de Caetano Veloso).

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. **“ITAQUERA PARA QUEM?”** Projetos Urbanos e Mudanças Socioespaciais Na Periferia de São Paulo. 2015. 193 páginas. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Versão corrigida.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as mudanças socioespaciais ocorridas no bairro de Itaquera localizado na Zona Leste do Município de São Paulo a partir de uma série de intervenções no espaço urbano da região entre os anos de 2010 e 2014. Consideramos que tal processo é decorrente de determinadas ações provenientes dos diversos agentes sociais que influem na dinâmica de produção e reprodução do espaço por meio da elaboração de Grandes Projetos Urbanos e da realização do megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA de futebol 2014 na região. Para tanto, o texto aborda primeiramente uma discussão teórica sobre o espaço urbano, a produção do espaço no sistema capitalista e o processo de urbanização da sociedade, que no caso particular da cidade de São Paulo deu origem a uma organização socioespacial fragmentada e desigual. A pesquisa busca demonstrar também, tal qual um objetivo secundário, o processo de formação socioespacial de Itaquera ao longo do século XX, bem como suas características atuais por meio da apresentação de dados socioeconômicos. Num segundo momento, o texto aborda o atual modelo de planejamento urbano (estratégico) na elaboração de grandes projetos urbanos e dos megaeventos. E por fim, a pesquisa analisa o projeto denominado Polo Institucional Itaquera e as consequentes mudanças socioespaciais observadas no espaço urbano de Itaquera. Avaliamos que a prática desse modelo de planejamento urbano recentemente tem como finalidade a expansão do capital imobiliário e a construção de novas centralidades na cidade. A pesquisa é de caráter documental e analítico qualitativo e propõe um exame interdisciplinar acerca da problemática exposta na elaboração de um grande projeto urbano em uma região de periferia e confirma a hipótese da expansão do capital imobiliário que neste caso persiste em reproduzir grandes desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: Itaquera (São Paulo), Projetos Urbanos, Megaeventos, Mudanças Socioespaciais.

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. **“ITAQUERA FOR WHOM?”** Urban Projects and socio-spatial changes in São Paulo periphery. 2015. 193 pages. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015. Corrected version.

ABSTRACT

This master thesis aims to analyze the socio-spatial changes in the Itaquera neighborhood located in the East Zone of São Paulo City from a series of interventions in urban areas of the region since the year 2010. We believe that this process is due to certain actions from the various social actors that influence the dynamics of space production and reproduction through the development of Large Urban Projects and the realization of the mega-sports-event FIFA Soccer World Cup 2014 in the region. Firstly, the text deals with a theoretical discussion of the urban space, the space production in the capitalist system and the process of the society urbanization, which in the particular case of the city of São Paulo has led to a fragmented and uneven socio-spatial organization. The research also seeks to demonstrate, like a secondary objective, the socio-forming process of Itaquera throughout the twentieth century and its current characteristics through the presentation of socioeconomic data. Secondly, the paper addresses the current urban planning model (strategic) in the development of Large Urban Projects and mega-events. Finally, the research analyzes the project called Polo Institucional Itaquera and the consequent socio-spatial changes observed in the urban areas of Itaquera. We assess that the practice of urban planning model recently aims at the expansion of real estate capital and the construction of new center spots in the city. The research has a documentary and qualitative analytical characteristics, and proposes an interdisciplinary examination about the exposed contradictions in the development of a major urban project in a periphery region, where such a project contrasts with the situation found in Itaquera and confirms the hypothesis of expansion real estate capital on the outskirts of São Paulo that as a result persists in reporting great socio-spatial inequalities.

Key-words: Itaquera (São Paulo), Urban Projects, Mega-events, Socio-spatial Changes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sítio da Casa Pintada	48
Figura 2: Representação das linhas férreas na porção Leste do Município de São Paulo.....	53
Figura 3: Habitação de japoneses na colônia de Itaquera	58
Figura 4: Casa vizinha da grande pedreira de Itaquera	59
Figura 5: A estrada Itaquera - São Miguel.....	61
Figura 6: Área urbanizada 1949-1962	64
Figura 7: Localização do Distrito de Itaquera na cidade de São Paulo	71
Figura 8: Início das obras de construção dos Conjuntos Habitacionais em Itaquera 1978	72
Figura 9: Construção dos Conjuntos Habitacionais em Itaquera	72
Figura 10: Área urbanizada 1975-1985.....	78
Figura 11: O conjunto habitacional Itaquera I e os projetos do terminal do Metrô e do estádio do Corinthians 1979	82
Figura 12: Área urbanizada 1993-2002	84
Figura 13: Distrito de Itaquera e seus bairros	89
Figura 14: Usos do Solo em Itaquera	92
Figura 15: Número de Favelas da Região Leste e dados sobre Itaquera	97
Figura 16: Distribuição das favelas em Itaquera 2013.....	98
Figura 17: Índice de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo 2010	106
Figura 18: Símbolos e características das cidades globais: (Sydney, Nova Iorque e São Paulo)	115
Figura 19: Abrangência OUC Rio Verde-Jacú.....	138
Figura 20: Imagem aérea da área de estudo 2011.....	144
Figura 21: Localização das intervenções propostas	146
Figura 22: Imagem aérea do terreno em 1970	148
Figura 23: Imagem aérea do terreno em 1980	148
Figura 24: Imagem aérea do terreno em 2003	149
Figura 25: Imagem aérea do terreno em 2007	149

Figura 26: Proposta do Polo Institucional Itaquera	151
Figura 27: Plano arquitetônico proposto pelo projeto original 2012	152
Figura 28: Proposta do Sistema Viário	154
Figura 29: Estádio e parte das obras do Polo Institucional Itaquera no período da Copa do Mundo	157
Figura 30: Imagem aérea da área de estudo 2014.....	159
Figura 31: Intervenções no sistema viário de Itaquera	160
Figura 32: Valor do metro quadrado em Itaquera (casas e apartamentos) 2008-2015	164
Figura 33: Valor dos alugueis em Itaquera (casas e apartamentos) 2008-2015	165
Figura 34: Ocupação “copa do povo” em Itaquera	167
Figura 35: Síntese do estudo social de desapropriação em Itaquera	169
Figura 36: Auto de interdição de imóvel em Itaquera	170
Figura 37: Comunidade da Paz e Córrego Rio Verde	172
Figura 38: Dados e localização das comunidades passíveis de remoção em Itaquera	173
Figura 39: Lançamentos imobiliários verticais em Itaquera entre 2011 e 2014.....	176
Figura 40: Propaganda do lançamento imobiliário Arena 2014	178
Figura 41: O estádio “Itaquerão” no meio da periferia consolidada	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil Urbano e Brasil Rural em 1960 e 1970 em milhões	40
Tabela 2: Domicílios desprovidos de serviços básicos. Itaquera e MSP 1968	69
Tabela 3: Evolução da população dos bairros de Itaquera 1996 - 2010	88
Tabela 4: Domicílios segundo tipologias residenciais do Distrito de Itaquera 2010	95
Tabela 5: Número de Favelas em Itaquera 2013	96
Tabela 6: Número de estabelecimentos e empregos por setor em Itaquera 2012	99
Tabela 7: Renda gerada por setor no MSP e em Itaquera 2012	99
Tabela 8: Analfabetos e taxa de analfabetismo MSP e Itaquera 2010	100
Tabela 9: Nível de instrução população com mais de 10 anos MSP e Itaquera, Pinheiros, Vila Mariana e Mooca	101
Tabela 10: Total de domicílios ligados ou não na rede de esgoto 2010	103
Tabela 11: Índice de vulnerabilidade social cidade de São Paulo 2010	107
Tabela 12: Matriz de responsabilidades da copa e custo total das obras do Polo Institucional Itaquera	142
Tabela 13: Cronograma previsto para a execução dos projetos do Polo Institucional Itaquera	150

SUMÁRIO

Apresentação	15
---------------------------	-----------

CAPÍTULO 1.

Considerações sobre o espaço urbano, a produção do espaço e a urbanização.....	20
---	-----------

1.1 O espaço urbano (da cidade e do urbano).....	22
--	----

1.2 A produção do espaço urbano na reprodução do capital	28
--	----

1.3 Urbanização: Características e contradições	34
---	----

1.3.1 Urbanização dependente e metropolização	38
---	----

CAPÍTULO 2.

Itaquera no processo de urbanização da cidade de São Paulo	44
---	-----------

2.1 Ita-Aker	46
--------------------	----

2.2 A urbanização da cidade de São Paulo e o surgimento dos subúrbios da porção leste do município	49
--	----

2.2.1 Transformações em Itaquera: 1900-1950	55
---	----

2.2.2 O avanço da urbanização e a consolidação de Itaquera como bairro-dormitório: 1950-1970	62
--	----

2.3 De subúrbio à periferia: Itaquera e os problemas urbanos do crescimento desordenado	67
---	----

2.4 A consolidação de Itaquera como periferia da cidade de São Paulo.....	75
---	----

2.5 Características atuais de Itaquera.....	87
---	----

CAPÍTULO 3.

Projetos urbanos: Uma contextualização atual	108
---	------------

3.1 Sentidos do planejamento urbano	110
---	-----

3.2 Grandes Projetos Urbanos.....	117
-----------------------------------	-----

3.3 Megaeventos	128
-----------------------	-----

CAPÍTULO 4.

As intervenções em Itaquera: Rearranjos e mudanças socioespaciais ..	135
4.1 Projetos urbanos na periferia	135
4.2 Polo Institucional Itaquera.....	140
4.3 As mudanças socioespaciais em Itaquera	157
Considerações finais.....	180
Referências	188

Prólogo

Em 2008, conheci o leste da cidade. Entre idas e vindas da estação Barra Funda até o terminal de Itaquera, observava a paisagem urbana e sua transformação ao passo que a periferia se aproximava. Até o Tatuapé e a Igreja da Penha, ainda é possível identificar uma ocupação mais antiga, resquícios industriais e vilas operárias que ao longo dos últimos 30 anos deram lugar a uma ocupação vertical. Ali, acabava o chamado centro expandido da cidade – e se iniciava a extensa, horizontal e fragmentada periferia, com todas as características heterogêneas de uma urbanização descontinuada.

Nas proximidades da estação Artur Alvim, os monótonos conjuntos habitacionais chamam atenção – logo depois, abria-se na paisagem uma grande área desocupada, e assim chegava-se ao terminal Corinthians Itaquera. Por lá, milhares de pessoas se amontoam na grande estação, rumo às inúmeras vilas, jardins, parques e bairros da região de Itaquera.

Foram quatro anos percorrendo este trajeto, até que em 2012, pelas coisas da vida e do coração resolvi ficar em Itaquera, e assim, quase que diariamente observei as transformações pelas quais passou o bairro nestes últimos anos devido a construção do estádio do Corinthians (o popular Itaquerão) e a demais obras de intervenção na estrutura urbana da região para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Na medida em que as decisões sobre a copa do mundo eram tomadas, a região do metrô Itaquera já sofria as primeiras intervenções; o campo de obras estava armado – e assim ficou por quase quatro anos. No entanto, enquanto a estrutura do estádio se erguia na paisagem, as obras de infraestrutura ritmavam a passos lentos.

Na sequência, a instituição de um polo de desenvolvimento econômico no mesmo local chamou atenção: o Polo Institucional Itaquera prometia ser uma nova realidade para a região: com equipamentos culturais, faculdades, terminal rodoviário, fórum, espaço para eventos (talvez uma nova centralidade?). Nesse sentido, perguntava quais seriam as consequências de um grande projeto urbano numa região de periferia consolidada, onde tantos problemas socioespaciais ainda estavam por resolver? – assim, surgiram meus questionamentos sobre esse momento e motivaram esta pesquisa.

Apresentação

O presente trabalho teve como ponto de partida as inquietações que surgiram a partir do ano de 2010 quando da escolha do bairro de Itaquera para sediar o megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA 2014, assim como o início das intervenções urbanas na região e a construção do estádio de futebol do Sport Club Corinthians Paulista, conhecido popularmente como “Itaquerão”.

A questão que surgia naquele momento era de compreender a dinâmica das transformações socioespaciais na região, visto que os megaeventos propõem uma série de intervenções no espaço urbano, que por sua vez alteram os processos de (re) produção do espaço, envolvem a ação de diversos agentes sociais e modificam as relações de uso e de troca do espaço através do investimento em infraestruturas urbanas (consideradas necessárias) para sua realização.

A problemática identificada se justifica, pois a região onde está localizado tanto o bairro como o Distrito de Itaquera¹ é compreendida como periferia consolidada da cidade de São Paulo e resultado de um processo de urbanização desigual. Nesse sentido, se questionava quais seriam os efeitos e a dinâmica socioespacial das propostas intervenções urbanas face à situação encontrada nessa região periférica da cidade?

A escolha de Itaquera para sediar tanto os jogos quanto a abertura oficial do megaevento esportivo se deu exatamente quando os governos municipal e estadual se comprometeram a investir na criação de infraestruturas para atender às exigências da FIFA (Federação Internacional de Futebol – responsável pelo megaevento) e garantir a realização da competição. Nesse momento, fez-se aplicar em Itaquera um grande projeto urbano, visando a adequação do espaço da região, com interesses específicos muito além da competição esportiva.

¹ Existem atualmente quatro bairros dentro do Distrito de Itaquera, entre eles o bairro de Itaquera, o qual analisamos nesta pesquisa. Portanto, no texto, quando falamos *em Itaquera ou bairro de Itaquera*, estamos nos referindo à região estudada (recorte espacial) e quando nos referimos ao *Distrito de Itaquera*, estamos falando da região administrativa de Itaquera (um contexto espacial maior, que inclui o bairro de Itaquera e também é considerado como parâmetro de análise).

No bojo dos compromissos firmados pelos governos local e estadual, resurgiu um projeto de desenvolvimento econômico elaborado pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP, 2012) que propôs uma série de intervenções urbanas na região através da instalação de equipamentos públicos e privados, além de inúmeras intervenções viárias em Itaquera. O projeto denominado Polo Institucional Itaquera, cujas obras de infraestrutura urbana localizam-se no entorno do novo estádio e que, segundo o Governo do Estado de São Paulo (GESP), responsável por arcar com os custos viários do projeto não tinham relação com as demandas exigidas para a realização do megaevento copa do mundo. Porém, estas obras constavam na matriz de responsabilidades firmadas entre poder público e a entidade esportiva.

Deste modo, a pesquisa tem por objetivo analisar as mudanças socioespaciais no bairro de Itaquera localizado na Zona Leste do Município de São Paulo a partir das intervenções urbanas verificadas nos últimos anos². Tal processo se dá através de determinadas ações provenientes dos diversos agentes sociais que são os responsáveis pela elaboração de políticas que influem na dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano, neste caso, na forma da elaboração de grandes projetos urbanos e dos megaeventos.

Por avaliarmos que não há como dissociar o atual momento de uma situação histórica mais complexa, a pesquisa busca entender também, o processo de formação socioespacial de Itaquera no contexto da urbanização da cidade de São Paulo, que ao longo do século XX se transformou em um espaço fragmentado e com inúmeros problemas urbanos, sociais, econômicos e ambientais.

Consideramos como hipótese da pesquisa o fato de que as intervenções em Itaquera, por meio da elaboração de um grande projeto urbano, reforçado também pela realização de um megaevento esportivo, são estratégias dos diversos agentes sociais que atuam no espaço e que determinam a criação de novas centralidades e

² O recorte espaço temporal do trabalho é a partir do ano de 2010. Ano do anúncio da construção do estádio de futebol para a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos demais projetos urbanos. Todavia, para a construção da problemática deste texto, outras épocas e investimentos na região serão retomados para compreender o processo de formação socioespacial e as transformações em Itaquera.

influem no processo de expansão do capital imobiliário na cidade, que atualmente, avança no contexto da periferia.

O texto propõe uma análise sobre a elaboração de um grande projeto urbano em uma região de periferia, onde tal projeto se contrapõe a situação encontrada na região. Os conceitos que sustentam a pesquisa têm como fundamento teórico o materialismo histórico-dialético, pois consideramos que o fenômeno analisado é essencialmente contraditório, e dentro desta conjuntura, buscamos uma análise dos processos passados e presentes para compreender o objeto de pesquisa.

Para responder ao objetivo proposto, a metodologia utilizada é a pesquisa documental de caráter analítico e qualitativo. Para fins de pesquisa científica, são considerados documentos, não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fenômeno (GIL, 2008).

Foram selecionados documentos oficiais (em sua maioria públicos) que expõem a condição socioeconômica e socioespacial encontrada no Distrito de Itaquera, bem como documentos produzidos no âmbito da elaboração do projeto do Polo Institucional Itaquera e referentes à realização da copa do mundo de futebol. Também foram considerados documentos normativos, como o Estatuto das Cidades, os Planos de Desenvolvimento Regional e o Plano Diretor do Município de São Paulo (2014), entre outros. Todos os documentos analisados estão listados nas referências bibliográficas no final do trabalho.

A pesquisa inclui também a análise de imagens (fotografias e mapas) como recurso metodológico, pois como parte dos documentos utilizados consideramos as fotografias tiradas da região afetada pelos projetos antes e depois das diversas intervenções que permitiram analisar as transformações ocorridas no bairro de Itaquera nos últimos anos. A análise imagética por meio da fotografia segundo Sílvia Zanirato (2005, p. 25) “é um recorte de nosso meio espacial, que não se limita ao campo visual que vemos, mas que encerra uma experiência que transcende o imediato para se colocar no campo da imaginação”. A análise cartográfica se valeu de fontes secundárias e de mapas elaborados com recursos de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) a partir de banco de dados oficiais. Tanto as

imagens (fotografias) quanto os mapas não falam por si só, por isso, devemos interpretar estes elementos para melhor elucidar seus significados.

Devemos ressaltar também o caráter interdisciplinar da pesquisa – não somente pelas características do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, mas como fator fundamental para compreender o objeto da pesquisa. A interdisciplinaridade da pesquisa aparece na construção dos referenciais teóricos divididos nos quatro capítulos do trabalho.

No capítulo 1, o referencial teórico se constrói no sentido de abranger os conceitos acerca da compreensão de espaço urbano. Apresenta uma discussão sobre a contradição do processo de produção e reprodução do espaço na sociedade capitalista e as questões referentes ao processo de urbanização e metropolização, em especial sob o contexto da urbanização da chamada “periferia do capitalismo”. Estas discussões sustentam os argumentos teóricos da pesquisa e tratam da problemática urbana e seus desdobramentos como um fenômeno fundamentalmente contraditório.

O capítulo 2 traz ao debate o processo de urbanização da cidade de São Paulo e o surgimento dos subúrbios da porção leste do município. O texto aborda uma descrição cronológica sobre a formação socioespacial, a produção e ocupação do espaço no âmbito de Itaquera.

Em um segundo momento, ainda sob o contexto da urbanização da cidade de São Paulo, Itaquera se caracterizou como uma região estritamente residencial – um bairro-dormitório. O texto apresenta o período da construção dos conjuntos habitacionais em Itaquera e os problemas do processo de periferização da cidade. Por fim, a pesquisa mostra que nesse processo, Itaquera se constituiu em um lugar fragmentado, segregado e com inúmeros problemas socioespaciais, ainda que com características heterogêneas e que já se posicionasse como uma centralidade na região, em devidas proporções.

O capítulo 3 baseia-se em referenciais teóricos que amparam a compreensão atual sobre o planejamento urbano estratégico, apresenta conceitos e definições sobre os grandes projetos urbanos, da generalização do espaço urbano e da cidade como mercadoria a partir da reestruturação produtiva do sistema

capitalista. Investimos também em uma síntese sobre os megaeventos, que por suas características atuais demandam a criação de infraestrutura ditas necessárias para sua realização. Ou seja, assim como os grandes projetos urbanos, os megaeventos são práticas que alteram as dinâmicas socioespaciais de determinadas regiões.

O capítulo 4 apresenta o projeto do Polo Institucional Itaquera e as intervenções urbanas no bairro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e tece considerações sobre os efeitos notados em Itaquera, como a valorização imobiliária e os processos de expulsão da população mais pobre devido a valorização do solo urbano e das dinâmicas imobiliárias. Enfim, aborda as mudanças socioespaciais ocorridas em Itaquera e reafirma a hipótese da expansão do capital imobiliário na periferia da cidade, que num processo contínuo persiste em reproduzir grandes desigualdades urbanas.

Consideramos neste trabalho que as rápidas transformações no espaço urbano de Itaquera modificaram a dinâmica socioespacial do bairro. Este modelo de intervenção espacial causou a valorização imobiliária que prontamente foi apropriada pelo mercado que passou a atuar com maior ênfase na região, influenciando na dinâmica de produção e reprodução do espaço da periferia e ocasionando grandes mudanças socioespaciais.

Capítulo 1

Considerações sobre o espaço urbano, a produção do espaço e a urbanização.

[...] se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo.

Robert Park (1967)³.

O primeiro capítulo, a fim de compreender a análise que o sucede, apresenta como referencial teórico uma discussão sobre o espaço urbano e busca demonstrar em síntese, o processo de urbanização da sociedade capitalista, suas características e contradições. Destaca ainda que a (re) produção do espaço, e do capital no espaço promove a contínua transformação da cidade e do urbano, em diferentes dinâmicas.

Não há como dissociar essas dinâmicas de toda sua complexidade, pois para analisar as mudanças socioespaciais em Itaquera, julgamos necessário compreender estes conceitos, já que tais fenômenos acontecem no espaço, e é no espaço que a vida e as relações sociais se reproduzem.

Para Carlos:

As relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões [...] já que as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realizam a vida humana, envolvendo um determinado emprego de tempo que se materializa enquanto modo de uso do espaço (CARLOS, 2011, p. 11).

³ Robert Park, sociólogo norte americano da Escola de Chicago. On Social Control and Collective Behavior, (1967. p.3).

Recorre-se primeiramente, como ponto de partida, a uma discussão acerca da cidade e do urbano. Caminha para uma análise sobre o espaço urbano, e na sequência, o texto apresenta considerações sobre o processo de produção e reprodução do espaço no sistema capitalista. E por fim, demonstra o processo de urbanização e metropolização da sociedade, em especial a do Brasil e da cidade de São Paulo, devido a sua especificidade (subdesenvolvimento) (SANTOS, 2008b).

O conceito de urbano e as discussões sobre a produção do espaço foram aqui trabalhados sob a ótica da dialética materialista em leituras do sociólogo marxista francês Henri Lefebvre (2008, 2009), de Ana Fani Alessandri Carlos (2005, 2007; 2011; 2013) e de Roberto Lobato Corrêa (1995; 2013). A urbanização da sociedade capitalista e a questão urbana foram embasadas em Jean Lojkin (1981) e Manuel Castells (2009).

Para os estudos brasileiros, foram fundamentais as leituras de Paul Singer, (2010), Milton Santos (2008a) entre outros, que favoreceram compreender as questões referentes ao processo de urbanização da chamada “periferia do capitalismo”. A noção de espaço urbano foi analisada por meio dos escritos de Milton Santos (2006; 2008b) e de Roberto Lobato Corrêa (1995; 2007).

A produção do espaço urbano e seus modos de fazer de que trata este capítulo se vinculam aos desdobramentos do processo de urbanização e industrialização da sociedade capitalista, entre outros fatores, como as migrações do campo para a cidade e as rápidas transformações tecnológicas que permitiram a concentração de uma grande parcela da população a se fixarem nas cidades (no espaço urbano), consumidoras de espaço e à disposição do capital.

Esse processo se tornou conflitante no desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente no caso dos países subdesenvolvidos, onde o espaço urbano ao longo do século XX se configurou em um espaço desigual e que apresenta inúmeras contradições que surgem das relações conflituosas entre o processo de urbanização e a ação dos diversos agentes sociais que atuam no espaço urbano. Nesse contexto, são vários os responsáveis pela produção e reprodução do espaço no sistema capitalista, assim como são estes, os agentes da organização do espaço. Essa é, portanto, a preocupação deste capítulo.

1.1 O espaço urbano (da cidade e do urbano).

A noção de cidade enquanto materialização da produção do espaço pelo homem é um processo histórico em constante transformação. A cidade desempenhou um papel importante em várias épocas, mas foi apenas nos últimos dois séculos que se consolidou como a conhecemos. A forma e o conteúdo são transformados dia-a-dia pelas relações sociais que nela se desenvolvem, ou seja, no cotidiano (CARLOS, 2007).

Para Glória Alves (2006, p. 6) a cidade é “resultante de um processo histórico que, pelas relações existentes, produz materialidades espaciais que podem permanecer ou desaparecer ao longo de seu desenvolvimento”.

E para compreender tais relações, recorremos à Ana Fani Alessandri Carlos (2007), para quem, não existe uma única maneira de pensar a cidade, a não ser através do conhecimento interdisciplinar que expressa a contínua necessidade de superação do conhecimento já produzido.

Segundo a autora:

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. **Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado** (CARLOS, 2007 p. 11. grifo nosso).

Essas ações passadas, que se expressam nas tramas do presente foram contempladas na obra intitulada *Por Amor às Cidades*, do historiador francês Jacques Le Goff. Para ele, em latim, até os séculos XI e XII, ao se designar uma cidade, utilizavam-se as palavras “Civitas”, “Cité” ou “Urbs”. O termo predominante foi “Cité”, até o surgimento da palavra “Ville” na Idade Média, que em muito se diferenciava das cidades contemporâneas: a “Ville” correspondia a uma edificação relativamente grande, pertencente a um senhor feudal, na qual se via um

aglomerado de casas ao redor daquela que era considerado “o centro de poder” (LE GOFF, 1998).

Antes da cidade se tornar industrial, que é a gênese do urbano, historicamente ela passou por outros dois momentos, descritos por Henri Lefebvre como a cidade política e a cidade mercantil (LEFEBVRE, 2008):

A cidade Política é aquela que mantinha o domínio sobre o campo, retirava o excedente da produção agrícola e que sediava os poderes político, jurídico, eclesiástico e os interesses da classe dominante (LEFEBVRE, 2008).

A cidade mercantil, na qual os excedentes da produção agrícola e os produtos manufaturados eram levados ao centro ou praça central para serem comercializados, na qual também se originou uma categoria social específica: a burguesia (LEFEBVRE, 2008).

A respeito da cidade mercantil, Roberto Luíz Monte-Mór (2006, p.8) aponta que “a inflexão do campo à cidade foi então marcada pela economia: a produção do campo só se realizava na praça de mercado, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo”. Essa dominação se ampliou com a revolução industrial, dando origem, a outro tipo de cidade – a cidade industrial (LEFEBVRE, 2008).

A industrialização compreendeu a concentração de trabalhadores e fábricas nas cercanias da cidade. Nesse processo, com o passar do tempo, o núcleo central se expande rumo às áreas mais distantes, formando o que se convencionou designar de subúrbios. Ou seja, a ocorrência desses fatores ocasionou o que Lefebvre chamou de “implosão-explosão da cidade⁴”, no qual foram “engolidos” os pequenos núcleos de ruralidades que ainda subsistiam, transformando-os em subúrbios urbanizados, depois em aglomerados urbanos, conjuntos residências e outras “duvidosas excrescências⁵”.

⁴ Para Lefebvre (2008) A concentração das indústrias em um primeiro momento ao redor do centro histórico das cidades, causa um efeito que ele chamou de “implosão-explosão”, para demonstrar o rápido crescimento e espalhamento do tecido urbano ao longo do século XX.

⁵ Aqui Lefebvre refere-se às formas contraditórias de ocupação da cidade, como as favelas, os bairros dormitórios e as conurbações geradas pelo crescimento desordenado das cidades. (Cf. LEFEBVRE, 2008).

A cidade, nas palavras de Lefebvre (2008, p. 11) “preexiste à urbanização”, porém, é na sociedade industrial que surge o “fenômeno urbano”. A cidade se torna o locus de concentração do urbano que se vincula ao momento da urbanização, e oferece um ponto de partida para compreender a “problemática urbana” (LEFEBVRE, 2008; 2009).

Classificar o urbano em detrimento do rural não significa apenas a divisão entre o campo e a cidade, entre a ruralidade e a urbanidade. O conceito de urbano (diferente de cidade e de urbanização) aparece nas discussões teóricas sobre a direção que a sociedade capitalista tomou rumo ao que Lefebvre designou de “Sociedade Urbana”, quando não se veem mais divisões entre o campo e a cidade, já que as relações são semelhantes e a barreira espaço temporal torna-se praticamente inexistente (LEFEBVRE, 2008; 2009).

Para Monte-Mór (2006, p. 6) na sociedade atual, “as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural são difusas e de difícil identificação”. Da mesma forma, Lefebvre (2008) afirma que não há mais distinções entre o urbano e o rural na sociedade capitalista, pois o modo de ser urbano se estende predominantemente sobre o campo:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 2008, p.17).

Lefebvre avança neste tema, argumentando que apesar do campo ainda existir, os modos de ser da cidade o domina, o transforma radicalmente. As estruturas rurais (agrárias) desaparecem e o modo de viver urbano “penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais” e por fim, o autor indaga se “o tecido urbano irá prender em sua rede todo o território dos países industrializados?” (LEFEBVRE, 2008, p. 74). É sobre esse paradigma que se entende a cidade, como um local por excelência da produção do urbano e onde se define o espaço urbano, no qual se veem os aglomerados de pessoas e objetos definidos em contraposição com os modos de vida e a espacialidade do campo. A cidade, compreendida nas

palavras de Corrêa (1995, p. 1) como um espaço urbano, no qual se colocam, “em termos gerais, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”.

O espaço urbano no sistema capitalista mereceu atenção de diversos autores, porém, a fim de compreender o conceito de espaço e de espaço urbano, recorre-se à Santos (2006) e à Corrêa (1995; 2007).

Em Milton Santos, encontra-se a definição de espaço (ou espaço geográfico), sendo o espaço, na perspectiva do autor uma acumulação desigual de tempos, pois o espaço se materializa em diferentes tempos sociais (SANTOS, 2006). Além disso, para o autor, o espaço pode ser definido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço” (SANTOS, 2006, p. 62).

A abordagem de Milton Santos aprofunda a noção de espaço em categorias analíticas, sendo estas a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo⁶ (SANTOS, 2006).

Para além do conceito de espaço, ou espaço geográfico, este subitem analisa o espaço urbano formado a partir do processo de urbanização da sociedade e baseado na reprodução do capital, que no movimento de seu desenvolvimento produz e reproduz o espaço na/da cidade. O espaço urbano capitalista para Corrêa (1995), reafirmando as palavras de Santos (2006), é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo. Essas ações são produzidas por agentes sociais que produzem e consomem o espaço. No entanto, a relação desses agentes é complexa devido às relações de produção entre estes agentes e o espaço.

Os estudos da Geografia definem o espaço como condição, meio e produto da ação humana. No espaço, o homem cria e recria a vida cotidiana. Compreende-se que as relações sociais acontecem indissociavelmente da condição tempo/espaço numa prática sócio-espacial (CARLOS, 2011). A autora afirma ainda

⁶ Cf. Para melhor compreensão das categorias de análise do espaço, ver: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimp. São Paulo, Edusp, 2006.

que “toda ação social se realiza num espaço determinado, num período de tempo preciso” (CARLOS, 2011, p. 13).

Nesse sentido, analisar a condição espacial nos parece necessário, pois a compreensão do espaço como mercadoria nos traz questões inseparáveis à reprodução social da vida cotidiana e ao poder que o capital exerce sobre ela e sobre o território que nessa condição, ao reproduzir a vida social, o homem produz e reproduz as contradições desse processo no espaço e no cotidiano.

O espaço urbano da cidade capitalista é o lócus de diversos processos sociais, entre os quais, para Corrêa (1995) estão a reprodução social e a acumulação do capital. No espaço urbano, ocorrem também, as formas espaciais, como o centro e a centralidade e os processos que consistem na dinâmica desse espaço; a fragmentação e a articulação (CORRÊA, 1995).

No entendimento desses autores, o espaço urbano no sistema capitalista se apresenta como um espaço essencialmente fragmentado e segregado. Assim, podemos ver, por exemplo, na segregação residencial como uma expressão social das classes sociais e produto dessa segregação (CORRÊA, 1995). Nesse sentido, “a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social” (CORRÊA, p. 11, 1995), principalmente na cidade.

Estas relações manifestam-se empiricamente através de “fixos e fluxos” (SANTOS, 2006). O conjunto de fixos e fluxos não aparecem apenas no espaço urbano, mas no espaço de forma geral. Mas, na cidade, e com fenômeno da urbanização, eles são muito mais aparentes e desenvolvem uma dinâmica que recriam as condições sociais de reprodução na cidade (SANTOS, 2006).

Para Santos (2006, p. 61-62), os elementos fixos no espaço, “permitem ações que modificam o próprio lugar” e os fluxos “são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam”. O autor completa afirmando que a interação entre eles “expressam a realidade geográfica”.

Os fixos podem ser compreendidos através do trabalho e das forças produtivas, e os fluxos são a circulação, a distribuição e o consumo desse trabalho socialmente produzido (SANTOS, 2006). Nesse sentido, enquanto o lugar de

trabalho, das fábricas, do comércio, o espaço urbano constitui o local de produção, assim como onde se localizam as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem o local de reprodução (CORRÊA, 1995).

A divisão articulada é a expressão dos processos sociais, e o espaço fragmentado é um reflexo desse sistema, que se desenvolve de forma desigual. A desigualdade constitui, portanto, uma característica própria do espaço urbano capitalista. Todavia, o espaço urbano é também mutável, uma mutabilidade que é complexa (CORRÊA, 1995).

Pois a ação destes agentes sociais que são consumidores de espaço conduz a continua incorporação de novas áreas e a renovação de outras, criando novas estruturas urbanas e promovendo mudanças sociais e econômicas dos espaços da cidade (CORRÊA, 1995). O espaço urbano é, portanto, o local onde as relações sociais acontecem, e nele, também são postas as relações de produção. E nesse processo, essas relações são consumidoras de espaço, que na cidade, com o processo de urbanização, se organiza ao mesmo tempo em que se fragmenta, produzindo um espaço segregado e desigual.

Por fim, a discussão sobre a problemática urbana é interdisciplinar e intrínseca aos estudos do meio ambiente urbano⁷. Os estudos do espaço urbano partem da noção acerca do consumo social da cidade, da produção e apropriação espacial do território e da reprodução do espaço em forma de capital, onde tudo se torna mercadoria. Esses aspectos que serão mais bem analisados no próximo subitem.

Podemos inferir, portanto, que a noção de urbano e de espaço urbano não expressam apenas o sentido de cidade, mas, sobretudo, os efeitos que a urbanização e o processo de reprodução do capital no espaço causou à vida cotidiana das pessoas. O urbano emerge atrelado ao processo de industrialização/urbanização da sociedade capitalista e a urbanização, num processo contínuo, produz e reproduz o espaço urbano nas cidades, promovendo mudanças sociais e econômicas ao longo de seu desenvolvimento.

⁷ Destacam-se as áreas de ciências humanas.

É nesse processo dialético que se deparam as preocupações desse capítulo, pois com a industrialização/urbanização, a cidade “explode” dando origem a outras formas urbanas, como os aglomerados urbanos e subúrbios, além das extensas periferias, subtraindo assim, quaisquer traços de ruralidade como afirmou Lefebvre (2008). Para o autor, o processo de urbanização modifica constantemente as relações da/na cidade e dissemina o urbano.

1.2 A produção do espaço urbano na reprodução do capital.

O espaço na sociedade capitalista é uma mercadoria. Esse fato é uma condição desse sistema. Sweezy (1977) define o capitalismo como um sistema de relações político-econômicas cujo principal objetivo é a acumulação do capital, sendo esse o principal agente no processo contínuo de reprodução da riqueza. No sistema capitalista, a reprodução do capital é o fim absoluto numa economia de mercado.

Porém, a produção do espaço é anterior ao capitalismo. O homem criou através da história, condições de transformar a natureza em seu habitat e meio de reprodução (CARLOS, 2011), exercendo primeiramente um modo de organização socioespacial (CORRÊA, 2007; SINGER, 2010). E as relações da organização para a produção do espaço é o caminho para o entendimento desse fenômeno no sistema capitalista (CARLOS, 2013), o que permite pensar o espaço como mercadoria.

Nesse sentido, a noção de produção do espaço, tal qual elaborada por Lefebvre⁸ “se insere na produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria” (CARLOS, 2011, p. 64).

A compreensão da totalidade desse processo na perspectiva da dialética materialista se apresenta como contraditória no desenvolvimento do capitalismo, Carlos (2005) argumenta que a produção e a reprodução do espaço no sistema capitalista se apresenta por meio de um grande dilema, ou “de uma contradição”.

⁸ Cf. LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 2 ed. Paris: Antrophos, 1981.

A contradição que a autora analisa, traduz a ideia de que se o espaço é produto da natureza e nele o homem reproduz seu meio de vida, logo, o espaço produzido é uma construção humana – mas a terra (espaço) não teria valor por si só, já que não é fruto do trabalho do ser humano?

Para Karl Marx (apud Carlos, 2005, p. 51) “o valor (da terra) é determinado pelo trabalho, mas não exclui o fato de a terra ser mercadoria, como consequência do desenvolvimento do regime de produção capitalista”. Portanto, a terra, ainda que seja essencial para a sobrevivência humana, por ter um valor de uso, na sociedade capitalista, adquire tanto o valor de uso quanto o valor de troca, e, no mercado, passa a ser comprada e vendida como qualquer outra mercadoria, cujo preço varia conforme o que a ela foi agregado, determinando um processo contraditório no desenvolvimento das sociedades capitalistas.

Por assim dizer, Carlos (2013, p. 60) afirma que “o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor da troca” (como mercadoria no processo de reprodução do capital).

Mas como se dá a produção do espaço? Para Corrêa (1995, 2013) Alves (2006); Carlos, (2005, 2007, 2011, 2013) são diversos agentes sociais os responsáveis pela produção do espaço. A começar pelos proprietários dos meios de produção; os grandes proprietários de terra; os promotores imobiliários, os grupos sociais e o Estado.

Corrêa (2013 p. 43) afirma que “a produção do espaço não é resultado da ‘mão invisível do mercado’ nem de um ‘Estado hegeliano’, mas é resultado da ação de diferentes agentes sociais com interesses específicos”. Estes agentes para o autor são dotados de diferentes estratégias e práticas espaciais, que no ato de suas ações são portadores de contradições e geradores de conflitos na sociedade.

A produção dos espaços na cidade, por exemplo, é realizada através da articulação entre todos esses agentes sociais – e essa articulação, segundo Alves (2006) está diretamente ligada às forças políticas e econômicas desses agentes, que, por sua vez são conflituosas, pois expressam diferentes interesses.

Os conflitos surgem exatamente quando valor de troca sobressai o valor de uso, generalizando o espaço como mercadoria, fenômeno bastante concreto no processo de urbanização da sociedade capitalista. Onde além de produtores de espaço, o consumidor passa a ter um papel importante nesse processo, fundamental à reprodução do espaço urbano e da vida social na cidade.

Os agentes produtores e consumidores do espaço urbano executam suas ações sobre o espaço através de algumas práticas:

[...] que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deteriorização de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1995, grifo nosso).

No movimento do processo de produção do espaço na sociedade capitalista, a urbanização promove uma dinâmica que envolve a constante transformação dos espaços na cidade. A urbanização capitalista produz e ao mesmo tempo reproduz o espaço urbano. E nesse processo, a terra urbana é interesse dos diversos agentes sociais. E o espaço produzido refletirá as estratégias e as práticas espaciais (CORRÊA, 2013).

Corrêa (2013, p. 41), apresenta duas teses sobre o processo de produção do espaço. A primeira tem “a produção do espaço decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprias de cada um ora são comuns” E segundo “diz respeito à escala como dimensão espacial na qual a ação humana, seja qual for, efetivamente se realiza”.

A mesma explicação é encontrada em Carlos (2013) em leituras de Lefebvre. Pois para a autora, há uma dupla determinação para a noção de produção do espaço: a primeira é que há uma produção de objetos, produtos e mercadorias – que é o mundo objetivo, e segundo, que é a produção do espaço como condição da reprodução da vida na sociedade – que é a prática sócio-espacial.

Em referência à produção do espaço urbano, Corrêa (1995) descreve as funções dos agentes sociais responsáveis por essa produção nas cidades; no qual os grandes proprietários dos meios de produção são os “grandes consumidores de espaço”, visto que buscam satisfazer exigências locacionais para a reprodução de sua atividade.

O autor explica também que os proprietários de terra “estão interessados no valor de troca da terra, e não no seu valor de uso” (CORRÊA, 1995, p. 2). E tem no Estado seu principal parceiro na valorização da terra, quando o poder público através de investimentos em infraestrutura agrega maior valor aos espaços (CORRÊA, 1995).

Os promotores imobiliários determinam a produção do espaço por atuarem na incorporação, financiamento, construção e comercialização dos espaços na cidade, além de transformar o “capital-mercadoria em capital-dinheiro” (CORRÊA, 1995). Por sua vez, os grupos sociais, que são os mais excluídos no processo de produção e reprodução do espaço, principalmente os das classes sociais mais baixas, já que não usufruem da propriedade por não possuírem condições de adquirir um imóvel para sobreviver e se reproduzir.

Por fim, o Estado, que é o grande regulador do uso do solo, pois “dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano” (CORRÊA, 1995, p. 4).

Ainda para Corrêa (1995), o Estado age das seguintes formas:

- Direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- Regulamentação do uso do solo;
- Controle de limitação dos preços das terras;
- Limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;
- Impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- Taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano;
- Mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;

- Investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros, e implantação de infraestrutura;
- Organização de mecanismos de créditos à habitação;
- Pesquisas, operações-testes como materiais e procedimento de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material.

Na mesma direção de Corrêa, Carlos (2011) expõe que esses agentes sociais exercem funções essenciais na articulação entre o poder do capital, representado pelos detentores dos meios de produção e da propriedade com o Estado, como aquele que detém a dominação política sobre a sociedade. E os “sujeitos sociais têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação” (CARLOS, 2011, p. 71).

Podemos constatar que a sociedade advinda do processo de industrialização/urbanização se apropriou do espaço, e nele reproduziu as relações sociais e seus modos de se reproduzir. O espaço é transformado rapidamente ao passo que o processo de urbanização se acelera, produzindo em diferentes escalas, um espaço diversificado.

O espaço urbano é, sobretudo, determinado pelos diferentes usos que definem a Geografia da cidade. Corrêa (1995), por exemplo, argumenta que a fragmentação espacial da cidade se expressa nas áreas centrais (o centro e as centralidades); no local de concentração de atividades comerciais, industriais e de serviços. O autor completa afirmando que, na cidade, há também o local do habitar, do encontro e do lazer, e também dos locais reservados para a expansão da cidade.

Ao longo da consolidação desse modelo, a terra urbana passa a ter cada vez mais valor de troca, e o valor de uso, necessário a vida social do ser humano passou a ser mercantilizado, fomentando o desenvolvimento de uma sociedade desigual – inerente ao sistema capitalista. E nesse processo, efetivamente, o espaço passa a ser vendido como mercadoria. A venda do espaço para Carlos (2005) e Lefebvre (2008), produz um movimento que vai do “espaço do consumo ao consumo do espaço”.

Dentre os principais consumidores de espaço, estão aqueles que têm no espaço urbano o elemento fundamental para a reprodução do capital, que são os agentes imobiliários e os proprietários de terras. Por assim dizer, Carlos (2007 p. 73)

sintetiza que “a ocupação do espaço da cidade, submetida à existência da propriedade privada do solo urbano, é produto da expansão da urbanização capitalista apoiada na generalização do valor de troca no espaço” [...] E assim, para a autora, o acesso às terras urbanas, no sistema capitalista se daria somente através do mercado imobiliário.

A relação entre os produtores de espaço e os consumidores provoca a constante transformação da cidade.

O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, isto porque a busca do incessantemente novo – como imagem do progresso e do moderno – transforma a cidade em um instantâneo, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que revela uma paisagem em constante transformação (CARLOS 2007, p. 13).

No caminhar do processo de urbanização, os espaços da cidade, produzem e reproduzem as características de cada época e refletem a multiplicação do capital. A cidade e o espaço urbano se transformam a cada instante, a cidade se modifica rapidamente em busca do progresso. Porém, as contradições do sistema capitalista continuam a produzir um espaço desigual.

No próximo subitem, analisamos esse processo, suas características e contradições, contudo, dar-se-á maior ênfase ao processo de urbanização e metropolização das sociedades subdesenvolvidas, devido à suas especificidades, (como é o caso do Brasil e da cidade de São Paulo especificamente).

1.3 Urbanização: Características e contradições.

A urbanização da sociedade atingiu um estado avançado neste último século, porém, como defini-la? Ao analisar a urbanização da sociedade capitalista, será necessário compreender que a urbanização é parte de um processo de estruturação do território, e contém elementos histórico-espaciais com divisões socioeconômicas (LIMONAD, 1999). E toda sua análise só se realiza no espaço urbano, já que a urbanização da sociedade é um fenômeno que emerge nas cidades e se estrutura

com a consolidação do sistema capitalista, com a formação de novas estruturas sociais e econômicas.

Em “A questão Urbana”, Manuel Castells⁹ (2009), ao definir o termo urbanização e fenômeno urbano, traz duas distinções para o sentido da urbanização:

– Primeiro, como uma assimilação entre urbanização e industrialização; segundo, como um fenômeno denominado de “cultura urbana”, ou seja, de atitudes, modos de viver, valores e comportamentos que surgem com o processo de urbanização da sociedade.

Para Castells:

a noção ideológica de urbanização refere-se ao processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre um certo espaço, onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana) (CASTELLS, 2009, p. 47).

Na construção de um pensamento sobre o processo de urbanização da sociedade, Labasse (apud Castells, 2009) afirma que o processo de urbanização, sem dúvida, foi alavancado pela revolução industrial e que se encontra inserido no desenvolvimento do tipo de produção capitalista. Nas palavras de Castells (2009, p. 45) “a indústria, coloniza, provoca a urbanização”. Todavia, Castells argumenta que outros fatores também contribuíram para a urbanização. Estes fatores são compostos por dois conjuntos fundamentais para a compreensão do fenômeno urbano, que são:

1. A decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização.

⁹ Em seus estudos, Castells utilizou como fonte de referências autores como ELDRIGE, H.T.M. The process of urbanization, The Free Press, 1956. BOUGE, D.J. & HAUSER, PH. M. Population, distribution, urbanization and internal migration. World Population Conference, 1963. BERGEL. E. Urban Sociology, 1955. Entre outros.

2. A passagem de uma economia doméstica para uma economia de fábrica, o que quer dizer, ao mesmo tempo concentração de mão de obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial.

Tratando claramente do caso europeu, o autor diz que a urbanização a partir da revolução industrial, teve como consequência um aumento significativo na população urbana, sobretudo a partir do final do século XIX¹⁰; período em que grandes fluxos migratórios saíram do campo para as cidades. Esses fluxos se intensificaram ao longo do século XX.

Essas afirmações permitem compreender que não foi somente a industrialização que “gerou” a urbanização – pois é importante lembrar que outros fatores contribuíram para a fixação de grande parcela da população nas cidades, que, por sua vez, constituíram a mão de obra necessária para o desenvolvimento da indústria, do consumo e do crescimento das cidades (em especial no ocidente).

Paul Singer (2002) buscando compreender a dialética entre o campo e a cidade no processo de urbanização da sociedade, demonstra que outra característica desse fenômeno é que uma parcela expressiva da população deteve a capacidade de sobreviver em aglomerados urbanos, consumindo o excedente produzido no campo e se dedicando a outras atividades (como a indústria, o comércio e serviços) e não a produção de alimentos.

Nesse sentido, uma das características principais da urbanização da sociedade capitalista foi a formação do “tecido urbano” (LEFEBVRE, 2008), ou, a formação de uma “rede urbana” (CASTELLS, 2009). Com aumento da população no espaço das cidades, surgiram novas formas de organização social – o exemplo mais claro disso é o proletariado e uma maior distinção das classes sociais. Estas duas características constituem o que Castells (2009) denominou de um “processo social das formas espaciais”.

¹⁰ O momento de que se trata está parte do capítulo se refere ao processo de urbanização da Europa ocidental, e, basicamente do Reino Unido e França. O processo de urbanização do Brasil, chamado por Manuel Castells de urbanização dependente (2009) e por Milton Santos de urbanização pretérita (2008) será tratado mais à frente neste mesmo capítulo.

Para Marx (apud Lojkine, 1981), as mudanças na escala de produção industrial e agrícola exigiram transformações nos meios de comunicação e de transporte, que Marx chamou de “condições gerais”. Contudo, Marx não avançou no tema sobre a urbanização, pois escreveu nos primórdios do sistema capitalista e da industrialização, quando as cidades ainda estavam iniciando esse processo.

Lojkine (1981), corroborou com Marx ao afirmar que a urbanização da sociedade trouxe outros fatores que se tornaram importantes na reprodução dos capitalistas, que são as “condições necessárias” para essa reprodução – “trata-se de um lado, dos meios de consumo coletivo [...] de outro, da concentração espacial dos meios de produção e de reprodução¹¹ e das formações sociais capitalistas” (LOJKINE, 1981, p. 123).

Ainda para Lojkine (1981), a urbanização e todo seu conteúdo está ligada, intrinsecamente à divisão social, territorial e do trabalho na sociedade capitalista, que pouco a pouco criou um novo “modo de vida”, “novas necessidades sociais”, uma “civilização urbana” ou uma “cultura urbana” da qual também escreveu Manuel Castells.

A indústria, após ficar concentrada ao redor do centro da cidade e mudar as características urbanas da vida nas cidades em uma primeira fase, a indústria passou por uma segunda mudança (CASTELLS, 2009) – que foi a dos meios de comunicação e transportes. Este fato, por sua vez, provocou a ocupação dos territórios mais distantes dentro das cidades, dando origem a outras formas espaciais no tecido urbano – como os subúrbios, as metrópoles e as regiões metropolitanas, assim como também explicou Lefebvre (2008).

Conceituar a urbanização é um problema complexo segundo Castells (2009) e se torna ainda mais complexo ao se tratar do processo de urbanização das sociedades “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidas”, como o Brasil, por exemplo.

Castells (2009) refere-se a essas sociedades como “dependentes”, ou seja, o fenômeno pelas quais passaram essas sociedades, principalmente as de

¹¹ Lojkine (1981, p. 123) explicou que “trata-se dos meios de reprodução do capital e dos meios de reprodução das forças de trabalho, isto é, dos meios de consumo individuais e coletivos”.

colonização europeia são parte de um processo histórico de dependência e dominação. Pois para o autor a articulação do sistema de produção capitalista é caracterizada por uma relação dominante pelos países “centrais” ou uma “relação de poder assimétricas” tornando tais sociedades dependentes dessas relações (CASTELLS, 2009, p. 16).

Estas sociedades, dentre elas o Brasil e outros países da América Latina analisados, sofreram um processo de urbanização muito rápido, gerando cidades e aglomerados urbanos denominados por Castells de “macroencefalias urbanas”, ou seja, uma rede urbana desestruturada e apoiada em um sistema metropolitano interdependente da cidade principal, como é o caso da cidade de São Paulo e sua região metropolitana (RM).

1.3.1 Urbanização dependente e metropolização.

Castells (2009) avalia que a urbanização das regiões “subdesenvolvidas” não é uma réplica do processo que atravessaram os países industrializados. Para estes países o autor considera que houve uma “urbanização dependente”, um processo que expressou grandes desigualdades econômicas e sociais.

Segundo o economista Thomas Piketty (2014), na metade do século XX, autores como Simon Kuznets, consideraram que a desigualdade provocada pela industrialização cairia com o tempo na medida em que ela atingisse padrões mais elevados. Kuznets (apud Piketty, 2014) afirmava que a desigualdade iria aumentar numa primeira fase do capitalismo industrial e depois cairia gradativamente com a consolidação desse sistema¹². Contudo, não foi isso que aconteceu. Na verdade, as desigualdades aumentaram ao longo do século e a previsão de Kuznets não se confirmou.

¹² “A ideia de que a desigualdade aumenta durante as primeiras fases da industrialização, pois apenas uma minoria está em condições de se beneficiar dos ganhos iniciais do processo, e, mais adiante, nas etapas avançadas do desenvolvimento industrial, cai de forma automática ou endógena, quando uma fração cada vez maior da população passa a desfrutar do crescimento econômico” (KUZNETS *apud* PIKETTY, 2014, p. 21). Esta ideia é bastante Neoliberal e reflete até certo ponto uma realidade observada apenas nos Estados Unidos no período pós segunda guerra mundial, porém, aliados a outros fatores como o surgimento do setor financeiro global.

Os países de industrialização mais tardia tornaram visíveis ao longo do tempo as desigualdades do sistema capitalista, entre as quais se vê o modelo de apropriação do espaço. Esses países são considerados dependentes por Castells:

Uma sociedade é dependente, quando a articulação de sua estrutura social, em nível econômico, político e ideológico, exprimem relações assimétricas com uma outra formação social que ocupa, frente a primeira, uma situação de poder. Por situação de poder, entendemos o fato de que a organização das relações de classe na sociedade dependente exprime a forma de supremacia social adotada pela classe no poder na sociedade dominante. (CASTELLS, 2009, p. 82).

Para ele, a relação de dependência e dominação é o que caracteriza o desenvolvimento desses países na sociedade capitalista. Considerados subdesenvolvidos, estes iniciaram seu processo de industrialização no final do século XIX, porém, uma industrialização ainda arraigada na produção e desenvolvimento do setor agrícola, com pouca formação do trabalhador para o ritmo da sociedade capitalista e com dificuldades de maquinaria que tornasse o produto competitivo, o que não impediu também o movimento de migração do campo para as cidades. Ao que podemos concluir que é essa uma das características da urbanização e também das suas contradições nas sociedades subdesenvolvidas.

Já o modelo de urbanização brasileiro, o qual Santos (2008a) denominou de “urbanização pretérita” foi marcado pela imensa transformação de um Brasil rural em um Brasil urbano num período muito curto de tempo. Nas palavras do autor, “alcançamos neste século (século XX), a urbanização da sociedade e a urbanização do território” (SANTOS, 2008a, p. 9).

Ao nosso entender, a urbanização do Brasil não é somente um processo de dependência ou de urbanização tardia, mas sim, de um rápido processo que gerou ao longo do século XX a construção de uma sociedade desigual. As contradições do processo de urbanização e suas especificidades, ao qual o Brasil se inseriu serão exposta nesta parte e está mais diretamente ligada aos objetivos da pesquisa:

– Que é o processo de ocupação do espaço por um grande excedente de população atraída para as cidades que por sua vez ainda se estruturava ao passo que a nova população urbana, inserida no modelo de desenvolvimento do sistema capitalista determinava o modelo de produção e ocupação do solo. Fruto da dessa

urbanização acelerada são as grandes cidades que surgiram desse processo no Brasil, como a cidade de São Paulo, que de pequena Vila no início do século XX, passou a ser uma grande metrópole em menos de 50 anos.

Em poucas palavras, para resumir o que representou tamanho crescimento, Santos (2008a) que dedicou seus estudos a decifrar estas questões da geografia urbana, diz que a grande cidade, (São Paulo) cresce, e tem perfil industrial, logo é palco dos novos capitais e fluxos financeiros. E, por esses motivos se tornou polo de atração de novos empregos e atraiu milhares de trabalhadores (em sua maioria que fizeram o movimento campo-cidade). É nesse rápido crescimento que a problemática se estabelece.

A pobreza e os desequilíbrios socioterritoriais das cidades dos países subdesenvolvidos, principalmente os da América Latina, tanto para Castells (2009) quanto para Santos (2008a), deveram-se ao fato de que a urbanização gerou a superconcentração de população em aglomerados urbanos num período muito curto de tempo, produzindo um espaço urbano complexo e desigual. A urbanização pretérita da sociedade brasileira, portanto, “torna-se criadora de pobreza” (SANTOS, 2008a, p. 10).

Os fenômenos acima citados são, portanto, as características da transformação do Brasil em um território majoritariamente urbano com o passar do século XX. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2010) em 1970, a população urbana ultrapassou a população rural.

Tabela 1: Brasil Urbano e Brasil Rural em 1960 e 1970 * em milhões.

Brasil Urbano 1960	Brasil Rural 1960
32.004.817	38.897.526
Brasil Urbano 1970	Brasil Rural 1970
52.904.744	41.603.839

Fonte: IBGE (2010) (Adaptado).

A inversão do rural para o urbano caracterizou o modelo de urbanização no Brasil. Esse fenômeno contribui para o aumento significativo das médias e grandes

cidades brasileiras e o surgimento de um espaço novo na organização das cidades, por exemplo, a metrópole¹³. Esse processo foi denominado de “metropolização da sociedade brasileira” (SANTOS, 2008a).

A metropolização foi um fenômeno observado a partir da década de 1970 com o surgimento dessas médias e grandes cidades. Além delas, observou a consolidação de cidades milionárias (como São Paulo e Rio de Janeiro). Estas, para Santos (2012) reuniam grande parte da população e dos investimentos nacionais. O que demonstra a predefinição do desenvolvimento de alguns eixos urbanos.

Em referência a esse momento, tomamos como exemplo para melhor elucidar a problemática desse processo, a cidade de São Paulo, que em poucos anos observou um grande aumento populacional e o surgimento de uma Região Metropolitana interdependente da cidade e com o parque industrial mais avançado do país (CEBRAP, 1975).

A região agrupava boa parte da riqueza nacional. E o crescimento econômico usufruía “uma posição privilegiada em relação ao subdesenvolvimento de outras regiões do país¹⁴”. Porém, o crescimento econômico que gozou as médias e grandes cidades brasileiras não se mostraram suficientes para incluir toda a população na distribuição dessa riqueza, pois o processo de ocupação e organização desse espaço com suas bases no sistema capitalista produziu um espaço com grandes desigualdades sociais.

A metrópole que se conhece hoje cresceu primeiramente pautada na acumulação do capital. Mas à medida que a acumulação era fator de crescimento para São Paulo e Região Metropolitana, a distribuição da riqueza não tinha a mesma proporção. Pois, pesquisas realizadas ainda na década de 1970, constatava que “o intenso crescimento econômico da cidade de São Paulo, tem sido acompanhado da deterioração das condições de vida de amplas parcelas da população” (CEBRAP, 1975, p. 21).

¹³ É importante frisar também que o gradativo aumento populacional urbano a partir dos anos de 1970 é acrescido do aumento nas taxas de natalidade versus a queda nas taxas de mortalidade (SANTOS, 2012).

¹⁴ Para compreender o crescimento econômico de São Paulo na década de 1970, ver: **São Paulo na economia brasileira**, IN **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**, CEBRAP. São Paulo. Edições Loyola, 1975.

Pelo sentido conferido a essa dinâmica do capital, a cidade que crescia a um ritmo nunca antes percebido, relega aos mais pobres à exclusão social. Nesse processo, a ocupação do território da cidade segue a mesma lógica e se deu através das péssimas condições socioeconômicas, em conjunto com a anuência do Estado na elaboração de políticas públicas, o que contribuiu para o aumento das desigualdades sociais¹⁵ e a não garantia de direitos básicos.

Entendemos que o modelo de urbanização/metropolização das sociedades subdesenvolvidas, em especial no Brasil, ocorreu através de uma extensa ocupação desigual do território, o que fomentou a produção de um espaço de ocupação horizontal e fragmentado. Esse modelo de ocupação do espaço, de acordo com Seabra (2004) na cidade de São Paulo e Região Metropolitana foi marcado pela sequência “cidade-bairros-subúrbios-metrópole-periferia”

A produção do espaço em São Paulo ocorreu de acordo com a dinâmica do capital, e direta ou indiretamente ligada as formas de produção e distribuição da riqueza (CEBRAP, 1975). A cidade produziu nesse processo distintas formas de organização do espaço, como os bairros nobres e os periféricos, com estrutura urbana e sem estrutura.

Para Seabra (2004. p. 272) no interior destes bairros periféricos estavam “as favelas, as ocupações clandestinas de imóveis e terrenos”. A autora considera que São Paulo e Região Metropolitana geraram nesse período uma “economia de aglomeração”.

Neste ponto, o subúrbio se torna periferia, numa acepção de que a periferia, de acordo com Burgos (2008), é uma expressão da exclusão territorial dos trabalhadores, com conteúdos históricos que configura a metropolização e a fragmentação do espaço. Burgos (2008), analisando o trabalho de Damianni (2004) infere que a periferia se configura em um território empobrecido, sendo a periferia

¹⁵ As condições de vida de uma população dependem de uma série de fatores, ligados direta ou indiretamente às formas de produção e distribuição da riqueza. Para a maioria da população de São Paulo, constituída de trabalhadores assalariados e de suas famílias, as relações de emprego são decisivas. Tanto pelas condições que exerce o trabalho como pela remuneração que determina seu acesso aos bens e serviços à disposição dos habitantes da cidade. Mas ao lado da organização empresarial, a própria organização do espaço urbano, da infraestrutura e dos serviços depende diretamente da quantidade de dinheiro à disposição do eventual comprador, isto é, da distribuição de renda. (CEBRAP, 1975, p. 22).

propriamente dita ou as mais distantes o local da exclusão socioespacial, e até mesmo às áreas degradadas da região central o lugar da pobreza e da “ilegalidade”, que é oposto da concepção de subúrbio, que é o lugar que precede a periferia (BURGOS, 2008).

Para Martins (apud BURGOS, 2008), o subúrbio e a periferia têm uma relação de deterioração, deterioração “do mundo suburbano” e que surge com os “escombros da urbanização”. Nesse sentido,

o subúrbio é a negação da periferia. O subúrbio e periferias são dois espaços diferentes, com problemas distintos: o problema da periferia é o problema do tumulto da ocupação, o da urbanização patológica, da exclusão, da falta de efetivas alternativas de inserção no mundo urbano. (...) o próprio centro da cidade de São Paulo é hoje periferia. (Martins, 2001, p. 79 apud BURGOS, 2008).

Burgos (2008) conclui então, que a noção de subúrbio ficou anacrônica em relação à periferização produzida na modernidade. A autora afirma que foi o sistema ferroviário que ligava o espaço da cidade com seu entorno era o subúrbio. E quando o exército de trabalhadores se desloca (domicílio-trabalho) por um extenso espaço relativamente homogêneo, funcional à reprodução social, temos então a periferia. E os espaço da cidade e do subúrbio parece ter os limites bem delimitados, já a periferia não possui estas características.

A ascensão da cidade e a generalização da urbanização aceleraram o processo de produção de um espaço urbano cada vez mais fragmentado. Porém, na cidade de São Paulo, a urbanização baseada no subdesenvolvimento da economia aliada a outros fatores ampliou o sentido do espaço como produto na reprodução social da cidade.

As cidades, os referenciais urbanos e a paisagem, se transformam rapidamente nesse processo, que produz e reproduz os espaços na/da cidade. Assim, Carlos (2007) traz a ideia de que a cidade se torna um instantâneo, e há uma transformação na forma urbana que se constrói sobre outras na eterna busca pelo novo. E o novo, sob o contexto da urbanização acelerada da sociedade capitalista, revela-se na produção e na reprodução do espaço, e na rápida transformação da cidade.

Esses conceitos, apresentados neste capítulo serão verificados também no próximo capítulo, ao tratar do processo de urbanização da cidade de São Paulo que se constituiu ao longo do século XX em um espaço urbano contraditório, fragmentado, com visíveis desigualdades econômicas e sociais, principalmente pelo surgimento de sua extensa periferia urbana, e dentro deste contexto, será apresentado a formação socioespacial de Itaquera, na Zona Leste do Município de São Paulo.

Capítulo 2

Itaquera no processo de urbanização da cidade de São Paulo.

– Quando o trem da Central do Brasil alcança o vale do Ribeirão da Pedreira, abre-se aos olhos do viajante um panorama que tem algo de inesperado. De fato, depois da Vila Guilhermina, o povoamento é tão disperso que chega a surpreender a presença de um núcleo urbano, mais ou menos concentrado e extenso, como o existente em Itaquera. Por outro lado, a paisagem bastante modificada pela mão do homem, dá-lhe um certo encanto e atrai, logo de início, o forasteiro (AZEVEDO, 1945, p. 101).

O bairro que São Paulo vai mostrar ao mundo em 2014 que tem cara de periferia e espaço de sobra para crescer (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Os dois trechos acima retratam dois momentos distintos da região de Itaquera: o primeiro extrato, da década de 1940 cita que é surpreendente o fato de existir um núcleo urbano tão distante do centro da capital, bastante alterado “pela mão do homem” e que encanta e atrai a atenção dos que não são de lá. Setenta anos depois, uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo comenta que o mesmo espaço, com cara de periferia, ainda tem espaço para crescer.

Este capítulo aborda a urbanização da cidade de São Paulo e a formação socioespacial de Itaquera, sobre o qual o modelo de produção e reprodução do espaço urbano expôs grandes desigualdades econômicas e socioespaciais no desenvolver do século XX. Estes são os componentes intrínsecos desse processo, que neste segundo capítulo aparecerão de forma cronológica.

No capítulo, um exame sobre a urbanização da capital paulista impulsionada pelo processo de industrialização em conjunto com o rápido crescimento populacional expõe as mudanças pelas quais passou a cidade de São Paulo e Itaquera ao longo do século XX.

Compreendemos neste ponto, a necessidade do levantamento da história de Itaquera – assim como abranger o processo de ocupação do solo e da formação socioespacial em direção ao leste da cidade de São Paulo até a consolidação do modelo centro-periferia ao largo dos últimos cinquenta anos.

A última parte apresenta as inúmeras mudanças na região desde a chegada dos Conjuntos Habitacionais da COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo) a partir da década de 1970, quando Itaquera se consolida como periferia. O texto apresenta também as atuais características do distrito, através da pesquisa documental sobre a realidade social, econômica e espacial encontrada na região, para que assim, possamos contribuir para a análise no terceiro e no quarto capítulos.

Para tanto, investimos em referências distintas: como obras sobre a história, o desenvolvimento e o processo de urbanização da cidade de São Paulo, como Azevedo (1945); Bomtempi (1970); Prado Jr, (1989); Lemos & França (1999); Toledo, (2003) e autores que trataram das contradições do processo de reprodução do espaço urbano da metrópole, Frúgoli Jr. (1995); Burgos (2008); Santos (2008); Mautner (2010); Wilhelm (2011); Rolnik (2012), entre outros.

Um dos poucos autores que se dedicou a uma pesquisa aprofundada e etnográfica sobre os subúrbios da porção leste do Município de São Paulo foi o professor Aroldo Edgard de Azevedo (1910 – 1974), que apresentou à Universidade de São Paulo no ano de 1945 sua tese para o concurso à cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o trabalho intitulado Subúrbios Orientais de São Paulo (1945), uma obra que expôs as condições vividas na época nos bairros da Penha, Itaquera e São Miguel, além das atuais cidades de Itaquaquecetuba e Poá.

Mais adiante, em 1985, por ventura de um concurso de monografias promovido pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), Amália Inês Geraiges de Lemos e Maria Cecília França publicaram pela Série Histórias dos Bairros de São Paulo o livro Itaquera (1999), que retomou em parte a pesquisa de Aroldo de Azevedo, agora numa perspectiva da explosão demográfica e do surgimento da periferia, introduzindo novos dados sobre a região, como a chegada dos conjuntos habitacionais e o aumento da população urbana, em contraposição à diminuição da

área rural do distrito. A obra foi atualizada numa segunda edição em 1999, com mais informações.

Foram, também, de enorme contribuição os documentos pesquisados no Arquivo Histórico Municipal da cidade de São Paulo, que ajudaram a entender a formação socioespacial e o processo de urbanização do Município de São Paulo, do Distrito de Itaquera e dos demais bairros da região.

As origens de Itaquera, nos quatro primeiros séculos (1500-1900), apesar de já conhecida, a região era desabitada e exercia apenas a função de passagem (AZEVEDO, 1945). No entanto, para a construção da ideia que almeja apresentar este capítulo, dar-se á ênfase ao século XX, contemplando a urbanização da cidade de São Paulo e a transformação do espaço em direção ao leste e a Itaquera – as formas de ocupação do território e o povoamento da região, até a consolidação da periferia e seus contornos problemáticos.

2.1 Ita-Aker.

Os primeiros relatos sobre o povoamento da região de Itaquera regressam ao século XVII quando o aldeamento de São Miguel (na época chamado de São Miguel do Uraraí) era uma região habitada por índios e religiosos nos arredores da capela de mesmo nome às margens do rio Tietê. Até então, os relatos pesquisados colocam a vizinha Itaquera como uma extensa área vazia e desabitada, servindo apenas como local de passagem para os índios (AZEVEDO, 1945; LEMOS & FRANÇA, 1999).

Existem várias interpretações para o significado do nome Itaquera; em Guarani, pode significar “Pedra Dura, Pedra a Dormir, Pedra Avermelhada, Buraco de Pedra e até mesmo Margens Graníticas¹⁶” em referência a um córrego ali existente chamado “Taquera” (AZEVEDO, 1945).

¹⁶ Há várias definições do significado de Itaquera devido à sua corruptela Ita-Aker. Ver LEMOS & FRANÇA (1999) e Azevedo (1945).

Referências sobre a região aparecem por volta de 1686 (AZEVEDO, 1945; BOMTEMPI, 1970; LEMOS & FRANÇA, 1999), no entanto, existem divergências sobre o ano e a data exata de sua fundação. Lemos & França (1999) apontaram que em um inventário do ano de 1675, Fernando Munhoz, que teria sido o construtor da Capela de São Miguel (inaugurada em 1620), recebeu como pagamento de seus serviços, terras situadas entre os rios Jacuí e Itaquera, estendendo-se para o norte até o rio Tietê, figurando assim o primeiro documento sobre as origens de Itaquera.

Segundo Bomtempi (1970), Itaquera, apesar de distante e desabitada, no século XVII era nominalmente conhecida. Outras duas datas aparecem em registros históricos; 1682 e 1775. A última sendo da origem da Fazenda do Carmo, atual Parque do Carmo. Hoje, para fins de comemoração, Itaquera celebra seu aniversário no dia 10 de Novembro, sendo considerado como data de fundação o ano de 1686 (LEMOS & FRANÇA, 1999).

Um documento existente no Arquivo Municipal da cidade de São Paulo¹⁷ refere-se à Itaquera como um lugar para o pouso de Bandeirantes, que iam para as Minas Gerais em busca do ouro. Nele, Itaquera aparece como região de passagem e descanso para viajantes no período do Brasil Colônia.

Lemos & França (1999), citando este mesmo documento, e utilizando de suas próprias pesquisas demonstraram que:

Ao iniciar do século XVIII (1700) a Penha de França, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes eram as principais etapas dessa longa viagem de dois meses. Foi desse caminho que surgiu um simples pouso de viajantes, chamado Itaquera, a mesma denominação de um córrego ali existente. Durante muito tempo assim permaneceu, como pouso de viajantes. Próximo ao núcleo central de Itaquera existiu a famosa Casa Pintada que, em 1830 não passava de um modesto e muito mau rancho; este estaria a atual Vila Santana. (LEMOS & FRANÇA, 1999, p.24).

A **figura 1** é uma fotografia em preto e branco de uma pintura que representa o Sítio Casa Pintada, local conhecido por ter sido um pouso de viajantes e um dos primeiros registros da região de Itaquera.

¹⁷ Documento sem data e referências disponível na pasta “Itaquera” no Arquivo Histórico Municipal da cidade de São Paulo.

Figura 1: Sítio da Casa Pintada.

Fonte: Lemos & França (1999). Reprodução de uma tela a partir de um desenho de autoria presumível de Debret - Museu Paulista.

Itaquera, como exposto por Azevedo, no tempo do Brasil Colônia, exercia uma função de passagem e pouso de viajantes rumo ao interior do Brasil, tanto que é possível encontrar textos, disponíveis na obras consultadas que se referem à região como Paragem de Itaquera. E foi assim que de acordo com Lemos & França (1999) permaneceu até o final do século XVIII.

No final do século XVIII, Itaquera inicia um novo capítulo, pois ali se instalaram os Padres Carmelitas¹⁸ na Fazenda Caaguaçu (Mato Grande), onde hoje também está localizado o Parque do Carmo. É justamente nesse momento que Itaquera começa a se desenvolver junto à região da Penha (LEMOS & FRANÇA, 1999).

A Fazenda Caaguaçu, posteriormente chamada de Nossa Senhora do Carmo, que veio a pertencer aos Padres Carmelitas Fluminenses é muito antiga (LEMOS & FRANÇA, 1999). Segundo matéria contida na obra consultada¹⁹, “nas terras de

¹⁸ Carmelitas ou Ordem do Carmo: É uma ordem Católica que surgiu no final do Século XI em Carmelo – Itália. (hoje, atual ordem terceira do Carmo).

¹⁹ Gazeta do Tatuapé (1984) IN LEMOS & FRANÇA (1999).

Caaguaçu, foram plantados pés de café, laranjeiras, chás, além de verduras e outras frutas, sendo nela feita também a criação de gado”.

Por volta de 1910, segundo a mesma matéria, as terras já não eram mais férteis, motivo que deu origem à sua divisão. A fazenda foi então desmembrada em quatro outras grandes propriedades, sendo estas; a do Carmo, a de Caçapava, mista de café e pasto, a do Rincão das Taipas e o Sítio da Casa Pintada. Há relatos também de outro sítio, o do Jacú. Todas as propriedades eram de religiosos e dedicados à produção agrícola (LEMOS & FRANÇA, 1999).

Foi assim que, anos mais tarde, essas propriedades foram vendidas e por fim loteadas. Portanto, podemos considerar que o desmembramento destas propriedades agrícolas foi fundamental para a incipiente formação e povoamento de Itaquera no início do século XX. Há de se considerar também, que esse período coincide com a implantação da estrada de ferro na região.

2.2 A urbanização da cidade de São Paulo e o surgimento dos subúrbios da porção leste do município.

São Paulo foi fundada por religiosos Jesuítas. O aldeamento se estabeleceu em 1554 no alto de uma colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, e permaneceu praticamente inalterado durante quatro séculos. São Paulo era apenas uma vila isolada do resto do país (PRADO JR, 1989; TOLEDO, 2003).

Contudo, foi no final do século XIX e início do século XX, que São Paulo passou a se destacar no cenário brasileiro, como importante entreposto comercial (TOLEDO, 2003). Pela cidade, cruzavam duas grandes ferrovias, uma que do interior produtor de café seguia ao Porto de Santos (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí), e outra que rumava para a capital do Brasil (Rio de Janeiro) (Estrada de Ferro Central do Brasil). As ferrovias favoreceram o surgimento das primeiras indústrias depois da decadência do período cafeeiro no Estado de São Paulo (TOLEDO, 2003).

Outro fato foi a profunda migração do campo para a cidade, alavancada pelo fenômeno da industrialização/urbanização. Nesse processo, o campo perdeu força, e milhares de pessoas migraram para as cidades em busca das novas oportunidades (PRADO JR, 1989; TOLEDO, 2003).

Outra contribuição para o crescimento urbano foi que São Paulo em vias de industrialização, recebeu milhares de imigrantes assim como outras cidades brasileiras que cresceram rapidamente no decorrer daquele período, mesmo que boa parte dos imigrantes tenham buscado o campo para viver (PRADO JR, 1989; TOLEDO, 2003; SANTOS, 2008).

A imigração, as migrações internas e o movimento campo-cidade, inflaram rapidamente o núcleo urbano da cidade de São Paulo, Jorge Wilhelm (2011, p.38) assinalou que “a cidade de São Paulo, que contava com 65 mil habitantes em 1890, recebeu naquela década uma onda de quase um milhão de Italianos!” O mesmo autor afirma que “a expansão territorial foi tão considerável, que poderíamos afirmar ter sido a São Paulo de hoje totalmente construída no século XX, existindo pouquíssimas construções a testemunhar sua existência nos quatro séculos precedentes” (WILHEIM, 2011 p. 41).

Durante as primeiras décadas do século XX, São Paulo e o Brasil receberam outras levas de imigrantes, principalmente no período entre guerras, dentre estes, muitos se estabeleceram na cidade de São Paulo realizando diversas tarefas e moldando a característica miscigenada da metrópole que se formava, e anos mais tarde, as migrações internas contribuíram para que São Paulo se tornasse a cidade mais populosa do Brasil (WILHEIM, 2011).

Nesse período, São Paulo já contava com duas estradas de ferro, construídas primeiramente para o escoamento da produção agrícola do interior para o litoral que, naquele período “transformou totalmente a cidade” no entendimento de Rolnik (2012, p. 15). Pois do alto da colina não era possível a instalação de linhas de trem, portanto, houve a necessidade de buscar as terras mais baixas junto aos fundos de vale para a construção das linhas férreas, o que favoreceu a ocupação dessas áreas.

O surgimento da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (EFSJ), ligando o interior ao litoral a partir da Estação da Luz, e posteriormente com a integração de diversas linhas férreas (entre elas a Estrada de Ferro do Norte), que passou a se chamar no fim do século XIX Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro partindo da Estação do Brás passando pela porção leste do município de São Paulo favoreceu tal salto no desenvolvimento repentino da cidade e proporcionou a expansão da pequena vila a povoar os seus subúrbios.

Azevedo (1945) e Wilhelm (1965) corroboram também para explicar as consequências do rápido crescimento da cidade de São Paulo: a expansão cafeeira, a multiplicação das vias férreas e a imigração em massa contribuíram para isso. Acrescentando anos mais tarde, outros dois fatores importantes para o acelerado processo de urbanização; que foi a criação do parque industrial de São Paulo e o loteamento de grandes propriedades localizadas nas áreas suburbanas.

Sobre este período, Toledo (2003), no livro *A Capital da Solidão*, narra a trajetória da cidade de São Paulo desde a suas origens até o ano de 1900, passando por diversos “atores” que de alguma forma marcaram o planalto paulistano. Dentre eles, destaca-se João Teodoro²⁰ (1828-1878) que foi Presidente da Província de São Paulo entre 1872 e 1875, sendo ele considerado o primeiro “urbanista” da cidade (TOLEDO, 2003).

A administração de João Teodoro foi responsável pela construção das linhas férreas em São Paulo e também pelo alargamento das ruas. Um dos primeiros bairros emergentes devido ao alargamento das vias e impulsionado pela construção da Estação da Estrada de Ferro do Norte foi o bairro do Brás localizado ao leste do centro da cidade, fato que Moura (apud Toledo, 2003, p. 373), entende que essa **“ação de Teodoro dá a entender que ele atribuía importância particular à expansão da cidade para o lado leste”** (grifo nosso).

Foi a partir da construção da Estrada de Ferro do Norte, posteriormente denominada Estrada de Ferro Central do Brasil que Itaquera e outros bairros da

²⁰ Para mais informações sobre João Teodoro, ver o capítulo: O primeiro urbanista - do referido livro: *A capital da Solidão* de Roberto Pompeu de Toledo (2003).

porção leste do município saíram do “isolamento”, pois a cidade entrou na era dos transportes sobre trilhos (AZEVEDO, 1945, 1958; LEMOS & FRANÇA, 1999, TOLEDO, 2003).

Foi João Teodoro que nas palavras de Toledo (2003) apercebeu-se da oportunidade que representava para a cidade a era da estrada de ferro. E já prevendo o crescimento da rede urbana da cidade, escreveu em um relatório:

A capital, engrandecida, circundada de atrativos e gozos, chamará a si os grandes proprietários e capitalistas da província, que nela formarão seus domicílios, ou temporárias e periódicas residências. O comércio lucrará, ampliando seu consumo. As empresas se fundarão com os recursos vastos e acumulados de seus novos habitantes. As forças produtivas da população, enfim, serão mais fecundamente empregadas” (TOLEDO, 2003, p. 370).

As palavras de João Teodoro evidenciam as características da cidade a partir daquele momento, a cidade industrial e a expansão urbana baseada na propriedade surgiriam com o avanço da urbanização. Lemos & França (1999) também ressaltam a importância da estrada de ferro para expansão das áreas suburbanas de São Paulo, o que para as autoras significou o fim do “isolamento” de alguns núcleos da cidade, como Itaquera:

Com a estrada de ferro, São Paulo começa a conquista de seu município, criando a sua zona suburbana, inteiramente ligada à linha férrea [...] A estação de Itaquera só foi inaugurada em 1877, com o nome de São Miguel. São Miguel, aliás, foi deixada de lado pela linha tronco e só em 1932 é inaugurada a variante que liga São Miguel a Poá. (LEMOS & FRANÇA, 1999, p.44).

Verificou-se, então, o povoamento das áreas próximas às linhas férreas e arredores, primeiramente pelos funcionários da estrada de ferro, que por sua vez atraíram outros moradores, incluindo os primeiros imigrantes que iniciaram o que foi durante muitos anos a principal função das áreas suburbanas; a agricultura de subsistência e o pequeno comércio local, sempre paralelo à via férrea (AZEVEDO, 1945; LEMOS & FRANÇA, 1999).

Após alguns anos, as indústrias instaladas no entorno do eixo central da cidade começaram a migrar para as regiões mais distantes, devido ao aumento do

valor dos terrenos e dos imóveis nas áreas centrais. Por fim, as indústrias instalaram-se às margens das linhas férreas, fomentando uma urbanização baseada na ocupação do espaço pela indústria. João Teodoro deixou a presidência em 1875, ano que a estrada de ferro chegou a Mogi das Cruzes, cruzando enfim os subúrbios da porção leste do Município de São Paulo (TOLEDO, 2003).

O professor e pesquisador Pierre de Monbeig (1908 - 1987) em um texto intitulado O crescimento da cidade de São Paulo, Monbeig (apud Szmrecányi, 2004, p.18) observa que “vindo do Rio de Janeiro, após a estação de Mogi das Cruzes, a cinquenta quilômetros de São Paulo, o trem atravessava uma sucessão de campos pelados sem nenhum atrativo”.

A **figura 2** representa as duas linhas férreas que cruzavam a porção leste do município e seus núcleos populacionais. A Penha era o maior e já gozava de áreas industriais e bairros operários, já Itaquerá, ainda era um subúrbio pequeno, que para Azevedo (1945) detinha uma importante função agrícola para a região. Ainda é possível verificar a centralidade de Itaquerá juntamente com a Penha na porção leste do município.

Figura 2: Representação das linhas férreas na porção leste do Município de São Paulo.
Fonte: Azevedo (1945).

Esta representação cartográfica do ano de 1945 permite ver a ocupação esparsa que descrevia Aroldo de Azevedo, mas que logo começou a se transformar, o que sugere uma pergunta: De que forma foram ocupados esses subúrbios de São Paulo já que a cidade deixava o núcleo central e expandia rumo às regiões mais distantes?

Estes fatores mencionados foram preponderantes para a conquista dos subúrbios paulistanos, mormente após a construção da estrada de ferro, que desde as cercanias do centro da capital, cortava a região leste até atingir outros municípios, como Poá, Itaquaquecetuba e Mogi das cruzeiras (AZEVEDO, 1945), assim como ressaltaram Lemos & França (1999, p. 44), pois, “com a estrada de ferro, São Paulo começa a conquista de seu município, criando a zona suburbana, inteiramente ligada à linha férrea”.

Ainda de acordo com as autoras (1999, p. 44) “todos os aglomerados que foram servidos prematuramente pela estrada de ferro passaram a ter uma evolução estreitamente ligada aos trilhos”. Daí, os subúrbios da porção leste se inserem no processo de expansão da cidade, que caracterizaram novas funções; residenciais e agrícolas (AZEVEDO, 1945), enquanto outros núcleos, os mais próximos ao centro irão se industrializar (LEMOS & FRANÇA, 1999).

Sobre essas funções, Azevedo (1945) escreve que uma grande parcela da população, incluindo os imigrantes, procuraram os subúrbios para residir, pois os preços baixos das casas e dos loteamentos eram o principal atrativo dessas regiões. Junta-se a isso a facilidade dos transportes sobre trilhos. “A função agrícola é também muito importante e constitui, sobre certos aspectos, uma tradição dos subúrbios de São Paulo” Aires de Casal (apud AZEVEDO, 1945).

A ocupação dos subúrbios ao leste do centro foi bastante distinta no início do século XX. Enquanto, desde o Brás até a região da Penha, a função desses bairros era voltada às primeiras indústrias e como consequência a construção de vilas operárias, os lugares mais distantes como Itaquera e Lajeado (atual Guaianases) se formaram através da pequena agricultura e do comércio local, pois faziam parte do “cinturão caipira do Município de São Paulo” (AZEVEDO, 1945; LEMOS & FRANÇA, 1999).

2.2.1 Transformações em Itaquera: 1900-1950

Como mencionado, Aroldo de Azevedo (1945) produziu trabalhos dedicados exclusivamente à região leste da cidade de São Paulo. Em um trecho de seu livro, ele analisa como era a região por volta dos anos de 1940:

Na direção de Leste, após a região da Penha, tanto para os lados de São Miguel como de Itaquera, inicia-se a verdadeira zona rural dos subúrbios paulistanos, com seus grandes espaços sem nenhum sinal de presença do homem, pleno domínio da natureza (AZEVEDO, 1945, p. 97).

Azevedo demonstra também como era a paisagem naquela época, dizendo que em Itaquera “as colinas do terciário oferecem-nos cotas mais elevadas, com altitudes de 800 e mesmo 900 metros em sua porção meridional, onde se localiza o divisor de águas entre o Aricanduva e outros afluentes do Tietê, cujo curso tem o sentido N-S” (AZEVEDO 1945, p. 99). Na região, ainda de acordo com o autor também corriam os rios Itaquera, Jacuí e Jacú, todos afluentes do Tietê. “A vegetação rasteira do alto das colinas torna-se mais abundante nas encostas, e, sobretudo, no fundo dos vales, onde não são raras algumas capoeiras²¹. Muitas Araucárias podem ser vistas em áreas restritas”.

“A região possui dois núcleos de maior destaque; Itaquera e Lajeado, além de uma série de pequenas “Vilas” que aparecem ora próxima à via férrea, ora um pouco mais afastadas” (AZEVEDO, 1945, p. 101)

Ao redor de Itaquera desenvolveram-se alguns bairros, ou vilas, como a Vila Sant’ana, a Vila Campanella e a Vila Carmozina, esta última é a mais próxima da antiga estação, onde em 1928 se instalou a igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Na Vila Sant’ana, um dos núcleos mais antigos de Itaquera, localizava-se o Sítio Casa Pintada, local de pouso para viajantes (AZEVEDO, 1945; LEMOS & FRANÇA, 1999).

²¹ Capoeiras ou Floresta Secundária (Capoeira): vegetação que surge após a destruição da cobertura vegetal pela ação antrópica para uso agrícola ou pecuário, obedecendo a uma sucessão natural. Fonte: Wikipedia.

Em Azevedo (1945) encontra-se uma explicação sobre o desenvolvimento de Itaquera:

O desenvolvimento de Itaquera deve-se até certo ponto, ao crescimento da capital paulistana, pois foi sentindo a futura expansão da metrópole que a Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola, adquiriu em 1919, aos Padres Carmelitas a Fazenda do Carmo, situada entre os rios Verde e Jacú, propriedade da Província Carmelita Fluminêense desde os princípios do Século XVIII. Fez então o primeiro loteamento e assim nasceu a atual Vila Carmozina [...] O aspecto geral de Itaquera agrada em virtude de seu caráter semi-rural. As habitações modestas em sua maior parte, não acotovelam uma ao lado das outras, mas se disseminam pela localidade entremeadas por pequenas culturas e por abundante arvoredo, cuja folhagem dá uma nota particular à monótona paisagem campestre dos arredores (AZEVEDO, 1945, p. 103).

Por mais que Itaquera se posicionasse como um subúrbio em expansão e importante entreposto comercial do cinturão caipira, alguns problemas impediram o crescimento contínuo que já usufruíam outros bairros da capital. A escassez de empregos, a falta de asfaltamento, de esgotamento e de água encanada impediram o desenvolvimento durante muitos anos – mas talvez o principal elemento ausente naquele tempo era a de luz elétrica, o que para Azevedo (1945) inviabilizou a chegada da indústria.

Nesse processo, a urbanização passa a gerar certos conflitos no processo de produção do espaço urbano da cidade. Enquanto o centro e as novas áreas industriais receberam investimentos em infraestrutura, os subúrbios mais distantes cresceram em número de população, mas não acompanharam o mesmo modelo de desenvolvimento urbano da cidade.

Com o crescimento da população local e a pouca oferta de trabalho, a maioria dos habitantes trabalhavam no centro da cidade ou para lá se dirigiam a fim de vender seus produtos e ou força de trabalho. Para Azevedo (1945, p. 105) “isto explica o movimento de sua pequenina estação por onde transitam em média duas mil pessoas, diariamente²²”.

²² Entre as décadas de 1920 e 1940.

Lemos & França (1999, p. 46) escrevem que é dessa época o terceiro número do primeiro jornal de Itaquera de 1926, o jornal contempla as transformações que o local estava vivendo, já mostrando o crescimento dos negócios imobiliários na região.

O referido jornal dá, no entanto, alguns anúncios interessantes sobre uma convocação da liga dos lavradores e Proprietários de Terrenos no Município de São Paulo para tratar de assuntos referentes a terras sitas na Penha, São Miguel, Itaquera e outros pontos. Há um intitulado “Villa Carmozina, (800m de altitude), situada na Estação de Itaquera – EFCB onde se chama a atenção para os preços reduzidos dos terrenos, a pequena distância do centro (30 minutos de trem), o preço da passagem e o pitoresco da paisagem. Cita ainda a presença de 600 prédios no local. (LEMOS & FRANÇA, 1999, pg. 46).

Mesmo com o aumento da população, Itaquera não atraiu indústrias devido às distâncias e a falta de luz elétrica, portanto, continuou como um núcleo urbano, porém, ainda com características rurais, que, segundo Azevedo (apud LEMOS & FRANÇA, 1999, p.50), “basta lembrar aqui que, pela lei n.º 14.334 de 30 de Novembro de 1954, Itaquera passa a se chamar Itaquera do Campo”.

A produção agrícola se intensificou com as imigrações do início do século XX. Muitos estrangeiros vieram habitar a região de Itaquera, que fora dividida em diversos lotes pela Companhia Comercial Pastoril Agrícola, configurando inúmeras colônias de imigrantes que se instalaram próximos ao rio Jacú e se dedicaram à produção agrícola, sobretudo os Japoneses (800 a 1000 pessoas) que chegaram à região por volta de 1922 (AZEVEDO, 1945).

E por muito tempo, mesmo após o abandono da atividade rural pelas outras colônias, os japoneses continuaram a cultivar frutas, hortaliças e flores, que são comercializadas ainda hoje no mercado local e no atual aquário de Itaquera junto à região da Avenida Jacú-Pêssego. Para Azevedo (1999, p. 115) “do ponto de vista econômico, a “Colônia²³” teve grande importância não só para a região de Itaquera, como principalmente para a própria capital paulista” – a Colônia de Itaquera pode

²³ Segundo Azevedo (1945) o nome Colônia dá margem a interpretações errôneas, pois não se trata de um núcleo colonial, foi a Cia Comercial, Pastoril e Agrícola que adotou o nome para ressaltar o caráter rural da região. Que logo atraiu brasileiros, japoneses, alemães, russos, lituanos, checoslovacos, poloneses que ali se fixaram, sobretudo os japoneses.

ser considerada o mais importante centro agrícola da região”. E nessa mesma direção, Oliveira (2004, p.135) aponta que a agricultura criou uma paisagem distinta do restante da região, pois “numerosas são as chácaras e os pequenos sítios, onde se cultivam hortaliças, flores e frutas diversas, ou criam galinhas destinadas à produção de ovos”.

Corroborando com Oliveira, por volta de 1940, Azevedo (1945) descreve Itaquera semelhante à vizinha São Miguel, com inúmeras colinas e núcleos esparsos de povoamento, porém, Itaquera destacava-se pela agricultura e o uso do subsolo para a extração de cascalho e pedras. Completa descrevendo que “a paisagem natural da região de Itaquera, ainda pouco humanizada, podia ser melhor observada do que na Penha”. (AZEVEDO, 1945, p. 97).

Figura 3: Habitação de japoneses na colônia de Itaquera
Fonte: Azevedo (1945).

Na **figura 3**, podemos identificar o tipo de residência encontrada em Itaquera e as características ainda rurais do entorno por volta de 1940.

Tal qual a produção agrícola, algumas atividades de exploração do solo eram encontradas na região de Itaquera, como a fabricação de tijolos em olarias e a extração de cascalho. Mas uma das principais atividades seu deu pela Pedreira de Itaquera, onde o granito de lá extraído era de ótima qualidade e foi utilizado em muitas construções na capital, inclusive para as paredes da Catedral da Sé no centro de São Paulo (AZEVEDO, 1945; OLIVEIRA, 2004).

A **figura 4** permite observar exatamente uma residência vizinha à pedreira de Itaquera. Observamos uma casa muito simples em meio a pedras e uma ocupação esparsa. A pedreira funcionou por muitos anos e o terreno aonde atualmente foi construído o estádio de futebol e as infraestruturas viárias que serão apresentadas no último capítulo se localizam exatamente na região da antiga pedreira de Itaquera. A propriedade da pedreira até hoje pertence à família do ex-presidente do Sport Club Corinthians Paulista, Vicente Mateus.

Figura 4: Casa vizinha da grande pedreira de Itaquera.
Fonte: Azevedo (1945).

Outra característica da região observada por Lemos & França (1999) foi que desde o início de século, muitos terrenos eram comprados por trabalhadores que residiam na região central e iam a Itaquera para passar os finais de semana, pois o “clima da região era agradável e recomendado para os pulmões”. “Os lotes mais comuns eram de 20x50 metros e por serem baratos, eram comprados por operários do centro” (LEMOS & FRANÇA, 1999, p. 51).

As autoras completam dizendo que:

Enquanto a luz elétrica não chegou, as três vilas (Carmozina, Santana e Cristianópolis) eram autênticos campos bucólicos, aonde as pessoas vinham do centro de São Paulo e ali faziam piqueniques, brincavam, corriam. Após a vinda da luz elétrica (1951), **após dez anos de lutas, houve uma verdadeira duplicação, triplicação, quadruplicação da população e aí deixou de ser o ambiente bucólico para ser mais dinâmico do que o progresso exige.** (LEMOS & FRANÇA, 1999, p. 51, grifo nosso).

Esse período marca o avanço da urbanização e as intensas transformações socioespaciais pelas quais passaria a região de Itaquera a partir dos anos cinquenta. As mudanças mais visíveis assim como afirmaram as autoras foram o aumento da população e o loteamento de chácaras e fazendas. Até aquele momento, Itaquera não passava de uma Zona Rural com função agrícola e um núcleo urbano voltado à pequena estação, como assinalou Azevedo (1945).

A figura 5 nos permite verificar a ocupação esparsa e as características rurais de Itaquera. A imagem identifica a estrada de Itaquera a São Miguel, que apesar de rural já possuía luz elétrica (diferente de outras localidades da zona suburbana).

Figura 5: A estrada Itaquera - São Miguel.
Fonte: Azevedo (1945).

Para destacar esse período e concluir essa etapa “bucólica” de Itaquera Azevedo assevera que:

De qualquer forma, não há nenhum exagero em dizer que Itaquera representa certo papel de “capital” regional, não só por ser o maior aglomerado da região que ora examinamos, como por outros fatores: Em primeiro lugar, como centro religioso, uma vez que possui a principal igreja da zona, sede paroquial, frequentada aos domingos e dias santificados por muitos que vivem nas “Vilas” próximas; em segundo lugar, como pequeno centro cultural, graças à presença de um Grupo Escolar e do cinema, sobretudo que atraem a população da redondeza; e finalmente como um mercado de certo destaque, devido as suas casas comerciais (notadamente do gênero alimentício) e a sua feira que se realiza junto à estação aos domingos pela manhã, sendo frequentada por moradores não só das “Vilas” próximas, como também de Lajeado, e até mesmo da região da Penha (Vila Matilde e Guaiaúba) (AZEVEDO, 1945, p, 105).

Azevedo escreve também sobre uma característica importante de Itaquera na época, mas que se confirmou na medida em que a população crescia, em devidas proporções, Itaquera exercia um papel de centralidade na região. As observações de

Azevedo apontam as primeiras transformações em Itaquera, provocadas pela urbanização da cidade. Assim, podemos dizer que o povoamento e as transformações socioespaciais em Itaquera se intensificaram somente partir da década de 1940, pois devido aos fatores já citados, Itaquera começa a se configurar como um bairro-dormitório, servindo de moradia para os trabalhadores que utilizavam a estrada de ferro rumo à região central diariamente, ainda que tivesse um importante papel local.

2.2.2 O avanço da urbanização e a consolidação de Itaquera como bairro-dormitório: 1950-1970.

Após o núcleo urbano da capital permanecer por quase 400 anos no alto da colina, os subúrbios começam a tomar forma após a sua ocupação ocasionada pela ferrovia e pelas indústrias, onde até então, localizava-se a zona rural do município e regiões não habitadas.

O crescimento das indústrias em conjunto com as imigrações e migrações internas estabeleceu uma nova forma de ocupação na cidade; o espraimento da população pelos subúrbios ainda pouco habitados. De acordo com Rolnik (2012, p.42) “somam-se a isso, principalmente, a partir dos anos 1940, a verticalização nas zonas centrais e a consolidação do centro/sudoeste da cidade como polo privilegiado de centralidade”. Interessante ressaltarmos que a cidade de São Paulo, crescia a um ritmo acelerado e promovia um processo de metropolização jamais visto.

Para Caio Prado Jr:

A região de São Paulo não oferece à primeira vista atrativos capazes de explicar a localização aí de um grande centro de mais de dois milhões de habitantes, que representa a segunda cidade do Brasil e a terceira da América do Sul²⁴. (CAIO PRADO JR. 1989, p, 7).

²⁴ Com estas palavras, Caio Prado Jr. (1907 – 1990) inicia a obra *A Cidade de São Paulo* (1989). Nela, ele descreve quais fatores levaram a pequena Vila de São Paulo se tornar uma grande metrópole no seu quarto centenário (1954).

Rolnik (2012, p. 43) corrobora afirmando que “em 1950, a cidade de São Paulo tinha mais de dois milhões de habitantes e crescia mais de 5% ao ano”. E isso se torna mais intenso nas décadas de 1950 e 1960, atingindo mais de seis milhões de habitantes em 1970 (ROLNIK, 2012).

A metropolização da cidade se consolida justamente nessa época, acompanhando a consolidação econômica da própria indústria e do comércio. Esse processo, portanto, acarreta na urbanização de outras áreas da cidade, promovendo assim, as áreas mais distantes, como afirmou Wilhelm (1965, p.10) aonde “o processo de metropolização foi, portanto, caracteristicamente o preenchimento dos vazios que separavam os núcleos existentes”. Como é possível observar na evolução do crescimento demográfico na **figura 6**. Em pouco tempo, entre 1950 e 1962 a mancha urbana aumentou e alcançou os subúrbios mais distantes.

A mancha vermelha evidencia exatamente a ocupação dos subúrbios da cidade, nota-se que para o leste, aonde a urbanização havia chegado até a Penha, entre 1950 e 1962 alcançou outros bairros, como Itaquera, Guaianases, São Miguel, Itaim Paulista e Ermelino Matarazzo.

Figura 6: Área urbanizada 1949-1962.
Fonte: EMPLASA (2003) (Adaptado).

Para Santos (2012), nos países subdesenvolvidos a explosão demográfica foi muito maior nos núcleos urbanos do que no resto do território. No Brasil, entre 1940 e 1955, observa-se um crescimento natural de 51% e uma taxa de migração de 49%. No mesmo período, São Paulo cresceu 5,1% ao ano²⁵. Ainda segundo Santos (2012), o motivo para esse crescimento se explica devido ao fato de que enquanto no resto do país a população cresceu por meio do cálculo entre a taxa de natalidade e a de mortalidade, as grandes cidades, como São Paulo, receberam migrantes vindos de todas as partes, e esse fenômeno, para o autor é característico dos países subdesenvolvidos.

O denso crescimento populacional e as características desiguais desse processo, a produção do espaço urbano extrapolou as contradições urbanas do modelo capitalista, que se consolidaram nos subúrbios de São Paulo, dando origem às chamadas periferias, tão específicas também nas grandes metrópoles brasileiras a partir da década de 1970. Podemos constatar que os inúmeros problemas sociais e urbanos problematizados anos mais tarde, surgiram neste período.

A previsão de Wilhelm (1965) era que no ano 2000, a população da cidade de São Paulo atingiria 13 milhões de habitantes, alcançando as “fraldas da Serra do Mar²⁶”. Além da expansão da malha urbana, a urbanização generalizada provocou o adensamento de diversas áreas a partir dos anos de 1960 – e o consequente surgimento de novos núcleos populacionais bastante densos e precários (WILHEIM, 1965).

A urbanização estava ligada principalmente ao potencial econômico comercial e industrial da cidade de São Paulo, que atraiu milhares de pessoas de diversos estados brasileiros. Embora o Brasil ainda contasse com a imigração estrangeira, ao menos em menor quantidade, mas que nunca cessou (ROLNIK, 2012).

A grande massa de migrantes encontrou muitas dificuldades na metrópole que surgia, “a sedução fácil de uma teoria de conveniência harmoniosa e divertida é negada, entretanto, pela geografia socioeconômica das origens” (ROLNIK, 2012,

²⁵ Cf. SANTOS, Milton. pp. 34 e 35. Manual de Geografia Urbana, São Paulo, Edusp, 2012.

²⁶ No ano de 2000 a cidade alcançou o número de 10.434.252 milhões de habitantes. Cf. Histórico demográfico da Cidade de São Pulo. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php

p.45), ou seja, a cidade que crescia absorveu a mão de obra dos migrantes, mas a periferia, aos olhos do poder público se configurou no habitar dos menos favorecidos – ou como enfatizou a Rolnik “do migrante nordestino”.

É nesta mesma época que a expansão urbana da cidade de São Paulo evidencia um fenômeno novo – ocorre a conurbação; onde a mancha urbana do município rompe a divisa com as outras cidades da atual região metropolitana, formando um só tecido urbano, não sendo mais possível identificar os limites da cidade (ROLNIK, 2012).

A ocupação dos subúrbios ocasionou uma forte demanda por moradia e serviços públicos essenciais, mormente ligados à infraestrutura e ao acesso às condições básicas de sobrevivência por parte da população. Entretanto, é nesse processo que emerge a relação contraditória do espaço urbano generalizado como mercadoria, com valor de uso e valor de troca, pois, mesmo nas periferias, a especulação imobiliária e reprodução do capital no espaço moldam o modelo de ocupação socioespacial.

A produção do espaço, portanto, passa a ser definida pelo seu valor de troca, assim como o espaço urbano passa a ter uma maior dinâmica em relação aos seus fixos e fluxos, e aos sistemas de objetos e sistema de ações, que analisamos no capítulo 1 por meio da reflexão de Milton Santos (2006).

Enquanto as regiões próximas ao centro da cidade, mais valorizadas, recebiam investimentos em infraestrutura, como afirmou Rolnik (2012), os subúrbios produziam um espaço urbano desigual. Pois o modelo de ocupação do espaço se deu através da autoconstrução de moradias, ocupação de áreas irregulares e normalmente próximas aos rios e córregos, muito antes da chegada de serviços básicos.

O processo de urbanização ocorreu de forma muito parecida em todas as direções da cidade, porém, para seguir os objetivos desse trabalho, daremos ênfase ao processo de periferação do Distrito e do bairro de Itaquera – e os problemas do crescimento desorganizado e do modelo de planejamento que antecede à atual análise.

Nesse extremo da cidade, após 1950 iniciou-se uma nova forma de ocupação e uso do solo, mais uma vez as indústrias se expandiram margeando a ferrovia, ocupando espaços antes dedicados à agricultura, atraindo por sua vez grande demanda em busca de emprego e moradia. Atraiu especialmente uma população de baixa renda com propósito de vender sua força de trabalho e se estabelecer perto do emprego (LEMOS & FRANÇA, 1999), mas que não foi suficiente para atender à grande demanda por empregos e à pouca oferta de moradias e serviços básicos.

Em Itaquera, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela aceleração do povoamento – diversas chácaras e fazendas foram loteadas e vendidas, como no caso das Fazendas do Carmo e Caaguassu que deram origem as diversas “Vilas de Itaquera” (LEMOS & FRANÇA, 1999), consolidando a ocupação horizontal e estritamente residencial de Itaquera.

Umas dessas fazendas, localizadas atualmente no bairro de Artur Alvim, foi incorporada pelo poder público para a construção de moradias populares, os afamados conjuntos habitacionais de Itaquera, que serão abordados no próximo subitem.

2.3 De subúrbio à periferia: Itaquera e os problemas urbanos do crescimento desordenado.

A partir do cenário construído até o momento, observamos dois fatores fundamentais sobre Itaquera e o processo de ocupação do espaço da região:

– O primeiro é que o bairro perdeu suas características rurais e observou o loteamento de diversas propriedades. O segundo é que justamente no período (após 1960) que Itaquera, bem como toda a região suburbana de São Paulo inicia um processo de crescimento horizontal (periferização), originado pela explosão demográfica e urbana, que enceta um processo de exclusão e segregação socioespacial. É nesse processo que surgem as extensas e “problemáticas” periferias urbanas da cidade de São Paulo.

Para Burgos (2008) a formação da periferia da cidade de São Paulo ocorreu sob o contexto do processo de “industrialização - urbanização - metropolização”. Além disso, a autora afirma que a transformação do subúrbio paulistano em periferia está diretamente ligada à reprodução da classe trabalhadora no processo de industrialização da cidade (BUGOS, 2008).

Mautner (2010, p. 248) explica que o assalariamento da população, principalmente na indústria e a falta de opções de moradia deu origem a um trinômio na forma de ocupação do solo nas periferias; **“loteamento popular, casa própria, autoconstrução”** (grifo nosso).

A transformação do subúrbio em periferia rapidamente alterou o perfil e o modelo de ocupação do solo. À margem das políticas públicas, as periferias cresceram sem controle e “a expressão ‘periferia’ que serve para designar os bairros afastados do centro, tornou-se sinônimo, em certos meios, da noção de marginalização ou de exclusão social” (CEBRAP, 1975, p. 23).

A partir da década de 1960, dois grandes processos comandaram a rápida expansão da cidade; “os loteamentos periféricos e a produção maciça de moradias por autoconstrução” (LEMOS & FRANÇA, 1999, p.74). As grandes chácaras, que guardavam os últimos resquícios de ruralidade da região de Itaquera foram sendo loteadas com o intuito de absorver o crescimento demográfico do início daqueles anos.

Mas o crescimento muito rápido acarretou problemas na dinâmica de ocupação do solo em detrimento da oferta de moradias disponíveis. Para Lemos & França (1999), a urbanização intensa gera um déficit muito grande de moradias, especialmente para aquela população de menor poder aquisitivo. Paralelamente, a especulação imobiliária recebe um forte impulso em consequência da grande demanda residencial. É sob esse contexto que Wilhelm (1965) assevera a relação contraditória entre a urbanização e o modelo de produção do espaço na cidade de São Paulo. A exclusão socioespacial toma maiores proporções a partir do final da década de 1960. Amaral (2001, p. 10) afirma que “a grande maioria da população se virou como pôde: em favelas a beira de córregos, na autoconstrução de suas casas na periferia, em lotes irregulares, adensando cortiços, em condições extremamente precárias”.

A **tabela 2** demonstra a situação de Itaquera e do Município de São Paulo quanto ao acesso aos serviços básicos no final da década de 1960.

Tabela 2: Domicílios desprovidos de serviços básicos. Itaquera e MSP 1968.

*Em porcentagem do total de domicílios existentes.

Área	Água	Esgoto	Pavimentação	Coleta de Lixo
D. Itaquera	89,3	96,9	87,5	71,9
Média total MSP	52,4	41,3	34,3	15,9

Fonte: Adaptado de PUB 1968 IN CEBRAP (1975).

Os problemas urbanos da periferia se tornaram mais intensos a partir do crescimento dos bairros mais distantes, a falta de serviços públicos caracterizaram as lutas e os movimentos sociais na época. A **tabela 2** demonstra que alguns serviços essenciais como água, esgotamento e coleta de lixo eram quase inexistentes em Itaquera, principalmente nos novos loteamentos e ocupações de autoconstrução.

Com os graves entraves que surgiram com a ocupação desordenada dos subúrbios da cidade, a administração pública resolveu por meio da COHAB (Companhia Metropolitana de habitação de São Paulo) que havia entregado até o ano de 1975 apenas 3.597 habitações populares²⁷ alavancar a produção em massa de moradias e construir dois gigantescos conjuntos habitacionais em Itaquera²⁸.

O intuito era “conter” a crescente ocupação de áreas ilegais e dar uma resposta aos movimentos sociais que se fortaleceram nessa época. Rolnik (2012) lembra que as lutas sociais pela resolução dos problemas urbanos, como moradia, infraestrutura e serviços públicos datam da década de 1970. Amaral (2001) afirma que esses problemas urbanos são considerados “indutores” dos movimentos sociais, que se estruturavam, lutando por direitos básicos, além da moradia digna, acesso

²⁷ Cf. PREFEITURA. **São Paulo, a cidade, o habitante, a administração**: 1975-1979. São Paulo, 1979.

²⁸ Os Conjuntos Habitacionais Manoel de Nóbrega e José de Anchieta, conhecidos como COHAB I e o Conjunto Habitacional José Bonifácio, conhecido como COHAB II.

aos serviços públicos, saúde, educação e principalmente uma grande demanda por creches²⁹.

Portanto, na região de Itaquera foi construído um dos maiores projetos habitacionais já feitos para São Paulo (PMSP 1979). De acordo com as diretrizes do PUB (Plano Urbanístico básico) ainda de 1968, a administração da cidade planejava um grande investimento no eixo leste-oeste da capital. Haja vista a construção da linha (3) vermelha do metrô – que do plano original (da Barra Funda até o Tatuapé) se estendeu até Itaquera.

A esse respeito, Ramalhão (2003), em dissertação de mestrado discute o impasse sobre a definição do traçado da linha 3 vermelha rumo a Itaquera – no qual tanto o metrô quanto a COHAB mostraram interesse na região, sendo ambos os projetos financiados com recursos do extinto BNH (Banco Nacional de Habitação).

As obras do Metrô e os conjuntos deveriam ficar prontos ao mesmo tempo, porém, a pesquisa de Ramalhão ressalta o enorme descompasso na implantação desses dois projetos, pois, quando da conclusão dos conjuntos habitacionais entre o final da década de setenta e início de oitenta, os trilhos do Metrô ainda não haviam chegado a Itaquera, fato que ocorreu somente em 1989, com muitos anos de atraso, dificultando ainda mais a mobilidade da população de Itaquera.

Por outro lado, o poder público enaltecia o projeto dos conjuntos habitacionais e do metrô, que traria o “desenvolvimento” para a região. Conforme um trecho da publicação São Paulo: 1975-1979: A cidade, o habitante, a administração, período da gestão Olavo Setúbal.

“Só em Itaquera, no extremo Leste da segunda linha do metrô, está prevista a construção de 30 mil casas e apartamentos, onde 150³⁰ mil moradores contarão com farta condução” (PMSP, 1979 p. 87).

²⁹ Esses movimentos surgiram em diversos bairros da Zona Leste, principalmente no Bairro de Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista como o apoio de lideranças da Igreja Católica.

³⁰ A população que veio a residir nos conjuntos habitacionais é muito maior do que o computado pela administração pública, pois para LEMOS & FRANÇA (1999, p. 94) “esquece-se dos “penetras”, dos parentes e amigos que demandam um abrigo enquanto “cavam” um emprego, recém-chegados, do Nordeste, de Minas, do interior”.

As **figuras 7,8, e 9** representam o mapa de localização de Itaquera e duas imagens da construção dos conjuntos habitacionais da COHAB.

Figura 7: Localização do Distrito de Itaquera na cidade de São Paulo.
Fonte: Elaboração própria (2014).

Figura 8: Início das obras de construção dos Conjuntos Habitacionais em Itaquera 1978.
Fonte: PMSP (1979).

Figura 9: Construção dos Conjuntos Habitacionais em Itaquera.
Fonte: PMSP (1979).

Notam-se nas duas fotos aéreas que os conjuntos habitacionais ocuparam extensas áreas ainda pouco habitadas (baixa densidade). As fotografias remetem a um tempo em que Itaquera passava por uma transição de subúrbio distante a periferia. A consequência foi que a construção das moradias impulsionou o mercado informal de terras na região. Portanto, podemos dizer que a construção dos conjuntos habitacionais da COHAB também impulsionou a ocupação de terras na Zona Leste e em Itaquera, primeiramente pelo baixo valor do solo e pela possibilidade de possuir uma casa própria para muitos, e, segundo, pela chegada de serviços públicos para a região, como apontaram Lemos & França (1999).

Apesar do discurso de que municipalidade se encarregaria da “urbanização” dos conjuntos e também do entorno, o que realmente aconteceu foi o isolamento desses conjuntos com o restante da cidade. A promessa de fomentar políticas de desregulamentação do uso do solo, da redução das exigências para legitimação da posse de terras devolutas e isenção das taxas de pavimentação não foram cumpridas pela Prefeitura, apressando a ocupação de locais não adequados à moradia (LEMOS & FRANÇA, 1999).

Por isso, mesmo antes da finalização das obras da COHAB, a falta de infraestrutura básica deu origem a um modelo de urbanização feita de loteamentos ilegais e precários, “para aqueles que não tiveram a ‘sorte’ de residir nos conjuntos” como observou Rolnik (2012, p. 50).

Rolnik (2012) conclui que “essa política (dos grandes conjuntos habitacionais) teve como consequência a expansão horizontal da cidade, acompanhada pelo agravamento das condições de circulação e drenagem” [...] (ROLNIK, 2012, p. 50), levando a sérios problemas ambientais e urbanos, questões que se configuram como um dos principais problemas de Itaquera até os dias de hoje. Pois,

a maioria dos conjuntos foi implantada em terrenos totalmente impróprios do ponto de vista geomorfológico, já que essa urbanização periférica ultrapassou as áreas da bacia sedimentar (onde os terrenos tem baixo potencial de erosão) para atingir os solos do complexo cristalino, de maior declividade e altamente vulneráveis a erosão. Com a remoção da vegetação e as obras de terraplanagem, os solos expostos são sistematicamente conduzidos pelas chuvas, assoreando rios e córregos. (ROLNIK, 2012, p. 50, 51).

O crescimento exponencial da população e da ocupação em Itaquera gerou enorme repercussão na mídia da época, como apresentado em uma matéria de jornal na obra de Lemos & França (1999) sob o título “Falta tudo nesta área de Itaquera³¹”. Abaixo, trechos da reportagem mostrando qual era a situação encontrada pelos moradores de Itaquera.

As ruas são de terra, irregulares, cheia (sic) de buracos e mato, sem meio-fio, calçadas ou sarjetas [...] A falta de água encanada e de rede de esgoto faz com que as crianças do bairro apresentem uma das maiores taxas de verminose [...] O baixo nível de renda da população reflete-se no grande número de casas construídas clandestinamente e nas paredes externas das habitações, mostrando os tijolos. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1979 apud LEMOS & FRANÇA, 1999).

Os problemas mais comuns eram a falta de saneamento, asfaltamento, luz, falta de transporte, acompanhados por outros, como a escassez de escolas e hospitais.

É possível perceber que a chegada dos conjuntos e a rápida ocupação de Itaquera favoreceram o crescimento exponencial do distrito e, como consequência, deixaram grandes lacunas urbanísticas para a região. Percebe-se assim, que os problemas urbanos que a região traz até os dias de hoje, se expressam no modelo de planejamento urbano adotado pelo poder público na época e na escassez de políticas públicas que consolidou uma periferia que se desenvolveu à margem da “legalidade”.

Para Singer (apud LEMOS & FRANÇA, 1999, p. 94) “a grande cidade capitalista quanto mais cresce, menos lugar tem para os seus pobres”.

³¹ Cf. Outras notícias referidas à época podem ser consultadas nos anexos do trabalho de LEMOS & FRANÇA, **Itaquera: História dos Bairros de São Paulo**. São Paulo, PMSP, 1999.

2.4 A consolidação de Itaquera como periferia da cidade de São Paulo.

É exatamente nas décadas de 1970 e 1980 que a periferia se consolida, a grande massa de trabalhadores buscou as regiões mais distantes para construir suas casas. Frúgoli Jr. (1995) aponta que em vez dos cortiços do centro histórico e das vilas industriais, a população mais pobre, principalmente os migrantes construíram suas casas com as próprias mãos, ou em mutirões de fim de semana (Autoconstruções).

O autor afirma, que a falta de infraestrutura básica e a ausência do poder público são as características desse processo, quando após a construção das casas, os moradores deveriam reivindicar junto à municipalidade os serviços de infraestrutura.

Ainda acompanhando o pensamento de Frúgoli Jr. sobre a expansão da periferia, o autor indica que:

Tal processo liga-se ao fato da especulação imobiliária passar a nortear o crescimento da cidade com a expansão das fronteiras urbanas sob a égide do investimento privado dotando as futuras áreas de moradias de mínimas condições, com a classe trabalhadora arcando com a compra do terreno, do material necessário, a propriamente dita e a conquista para a área de bens de consumo coletivo (FRÚGOLI JR. 1995, p. 29).

Importante ressaltar também, que apesar da expansão das periferias, a região central de São Paulo sofre uma perda populacional muito grande, em alguns distritos centrais e intermediários, a taxa de crescimento foi até mesmo negativa (ROLNIK & FRÚGOLI JR, 2001).

Isso explica uma tendência observada nesse período; o esvaziamento do centro e das antigas áreas industriais localizadas às margens das ferrovias e próximas ao centro. Essa tendência foi determinada pelo processo de reestruturação do capitalismo a partir do final da década de 1970 favorecendo o aumento na verticalização de zonas mais consolidadas e urbanizadas da capital, que

compuseram a partir daí o chamado centro expandido, que por sua vez, passou a receber mais investimentos públicos, principalmente no eixo sudoeste da capital³².

Esses investimentos se transformaram nas características principais do processo de produção e reprodução do espaço urbano do centro expandido da capital. A cidade passa a ter no mercado imobiliário e no terciário avançado³³ uma forma de multiplicação do capital através do maciço investimento em regiões específicas da cidade e apostando na valorização do solo urbano (NOBRE, 2000, FIX, 2001).

Grandes projetos urbanos se instalaram na cidade naquela época, e o processo de urbanização passa a identificar os espaços de maior valor de troca, observando as relações conjuntas entre o poder público e a iniciativa privada. Estes temas serão abordados no capítulo 3, para conceituar os grandes projetos urbanos na atualidade.

Para Ermínia Maricato (2000), “uma lógica perversa” se configura na cidade de São Paulo, enquanto as áreas que cercam o centro são beneficiadas por obras de urbanização, embelezamento e incentivos à ocupação vertical, tanto o centro como as regiões mais distantes são abandonadas e deixadas à ilegalidade e à segregação. De acordo com a autora, estabelece-se nesse momento “a cidade legal versus a cidade ilegal”.

Para Rolnik & Frúgoli Jr. (2001), essa exclusão urbanística relegada às periferias gerou inúmeros problemas, como o adensamento e a favelização em áreas socialmente mais frágeis, fomentando a ocupação das margens dos córregos

³² O eixo sudoeste da cidade de São Paulo recebeu a partir dos anos oitenta e principalmente nos anos noventa diversas intervenções urbanísticas a fim de explorar o potencial de uma região que aos olhos do poder público e do mercado imobiliário viria a se tornar uma nova centralidade. Grandes projetos e operações urbanas como a água espreitada e faria lima reconverteram a região em um novo centro financeiro e terciário da cidade. Para melhor compreensão sobre o tema ver: (NOBRE, 2000; FIX, 2001) no quarto capítulo.

³³ Para FERREIRA (2003), de forma muito resumida, o terciário avançado, termo cunhado por Sassen (1996) são novas dinâmicas econômicas, de flexibilização e desregulação da economia, de aumento dos fluxos de capital e do papel do capital financeiro, de fortalecimento da economia de serviços por sobre a economia industrial do pós-guerra, estariam provocando a necessidade das cidades responderem a uma nova demanda significativa por edifícios capazes de atender às exigências de um novo e moderno setor econômico.

e encostas íngremes. O padrão de moradia também se modificou, de acordo com as observações feitas pelos autores:

[...] Onde a verticalização do uso residencial foi mais intensa, a população moradora diminuiu, reduzindo a densidade, e, conseqüentemente, “exportando” populações para periferias mais distantes, no próprio município, e no entorno metropolitano (ROLNIK & FRÚGOLI JR. 2001, p. 45).

Na **figura 10**, vemos o contínuo crescimento demográfico que figurou na cidade de São Paulo a partir dos anos de 1970. Entre 1970 e 1980, a cidade e a região metropolitana receberam mais de três milhões de migrantes³⁴. O mapa indica a localização de Itaquera nesse processo.

³⁴ Cf. Milton Santos. A urbanização Brasileira (2008). Obra do autor que contém dados e informações sobre a urbanização do Brasil e das suas principais cidades.

Figura 10: Área urbanizada 1975-1985.
Fonte: EMPLASA (2003) (Adaptado).

Enquanto a moradia no centro expandido se verticalizava, como no Tatuapé (Zona Leste) e Santana (Zona Norte) e novos eixos de alto padrão se formavam nos condomínios fechados da região metropolitana como em Alphaville e Cotia, segundo Rolnik & Frúgoli Jr. (2001), a periferia concentrava grandes entraves urbanísticos. Imperava a exclusão socioespacial, a ilegalidade na ocupação do solo e um modelo de planejamento urbano que gerou ao longo dos anos muitos problemas sociais. Retomando as palavras de Santos (2008, p. 105) quando ele conclui que “quanto maior as cidades, mais visíveis se tornam essas mazelas”.

Ainda para Rolnik & Frúgoli Jr. (2001), a exclusão de parte da população das áreas mais distantes do eixo de desenvolvimento econômico, produziu e reproduziu a impossibilidade dessas populações compartilharem dos mesmos benefícios do desenvolvimento humano da “grande cidade”. O que confirmava a realidade de uma cidade Dual.

A pesquisa de Rolnik & Frúgoli Jr. (2001) sobre a reestruturação urbana da Zona Leste, demonstrou também que o mercado formal de habitação pouco atuou nas áreas mais distantes, a não ser pelos conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público, como abordado no subitem anterior. Entretanto, esses conjuntos, para Rolnik & Frúgoli Jr. (2001, p. 46) encontram-se “cercados por loteamentos clandestinos, como pouca ou nenhuma urbanidade”. Nesse contexto, a exclusão territorial e a negação ao direito à cidade dão forma à estrutura urbana da imensa periferia que se consolidou nesse período.

No sentido de compreender o planejamento urbano no Brasil, Maricato (2000, p. 122) enfatiza que “o urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade”. Essa parte da cidade corresponde à cidade oficial em contrapartida com a cidade ilegal das distantes e excluídas periferias. A autora conclui que o modelo de desenvolvimento que se instala na metrópole resulta no “planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns.” (MARICATO, 2000, p. 125).

O aspecto urbano se concretiza em Itaquera após a chegada dos conjuntos habitacionais. Aos poucos, como já mencionado, os espaços nos arredores desses conjuntos são ocupados. As vilas, antes separadas, se juntam num tecido só. Por

isso, é na década de 1980 que o processo de ocupação rápido nos oferece um cenário urbanístico contraditório.

Sobre esse momento, LEMOS & FRANÇA (1999) na conclusão de sua obra afirmam que:

As “Vilas” foram se instalando, como vimos, sobretudo de 1950 pra cá, mas de forma acelerada só a partir de 1970. Sem infraestrutura, sem planejamento – favelas, bairros de autoconstrução da habitação invadiram muitos dos vazios deixados ali. Entre o antigo subúrbio dormitório que se concentrara ao lado da estação e a Colônia, os dois polos que até o início da década de 70 eram responsáveis pelo aspecto semi-rural do urbano que ali progredia, **havia muito espaço**. Em processo acelerado, sem dúvida, mas num espaço de tempo relativamente grande, **não deixaram nunca de criar problemas para a população mais antiga**. (LEMOS & FRANÇA, 1999, p. 93, grifo nosso).

Apesar de todos os problemas urbanos que emergiram da ocupação em Itaquera, há certa “diferença” entre os que vivem nos conjuntos da COHAB e os que ocuparam outras áreas do distrito, porém ambos encontram-se excluídos, à margem do desenvolvimento econômico da metrópole, como mostram as autoras nesse trecho:

Enquanto os bairros “periféricos da periferia” abrigam uma população miserável, subempregada ou desempregada, vivendo muito de expedientes ou mesmo de mendicâncias, as COHAB’s são habitadas por uma classe média baixa (tal classificação tem base na exigência salarial – três a cinco salários mínimos – para ser mutuário na COHAB). Contudo, esta ou aquela população são carentes, foram banidas do centro por falta de recursos, por instabilidade de vida – constituem as grandes vítimas do capitalismo selvagem (LEMOS & FRANÇA, 1999. p. 95).

As autoras alertam para outros aspectos após a chegada das COHAB’s em Itaquera; como o esfacelamento das áreas verdes, a falta de saneamento básico para os que não moram nos conjuntos e a falta de infraestrutura de serviços básicos, como transporte e comércio para todos, previstos nos projetos, mas que nunca foram completamente instalados, além de outras questões que são relativas à explosão urbana e demográfica da periferia. Questões que causaram inúmeros problemas para a região (Lemos & França, 1999).

Estas questões, para Lemos & França, decorrem da ideia que:

Logicamente, problemas que não existiam antes, quando era apenas uma área suburbana, invadiram o meio, penetrando “à força” de todos os lados. Acotovelamentos nos ônibus e nos trens, acúmulos de detritos nos rios, inundações, lixo acumulado, assaltos, estupros, acidentes de trânsito passaram a entrar no cotidiano da vida de todos. E a sociedade de consumo, criando necessidades que antes não existiam, acirra ainda mais os conflitos (LEMOS & FRANÇA, 1999, p. 97 - 98).

A produção de um espaço desigual caracteriza-se como um modelo na periferia, em conjunto com seus inúmeros problemas socioespaciais. O distrito de Itaquera transformou-se rapidamente de subúrbio paulistano a periferia urbana problemática, e a década de oitenta é o período da consolidação desse modelo.

Com o aumento da população, o poder público a partir dos anos de 1980 passa a direcionar seus investimentos em eixos urbanos, a fim de melhorar as condições de habitação e mobilidade. Esse período coincide com a reestruturação do capitalismo mundial, onde a cidade de São Paulo avança no modelo de cidade terciária, voltada ao comércio e serviços, porém, sem ter deixado suas raízes industriais.

As propostas públicas a partir de 1980 eram de desenvolver o eixo leste-oeste da capital, mas o que se viu foi somente o setor sudoeste e o chamado centro expandido ganharem com investimentos públicos, não somente em infraestrutura. Na Zona Leste, até o Tatuapé, chamada de Zona Leste ‘1’ houve uma intensa valorização do solo, fortemente impulsionada pelo setor imobiliário através da consolidação dos condomínios verticais. Nesse processo, o solo passa a ser uma mercadoria eficaz no processo de reprodução do capital no centro expandido.

Para a Zona Leste ‘2’ (a partir do bairro do Patriarca) a promessa do governo de levar o metrô e a extensão da radial leste até Itaquera tardou muito a se concretizar. A expectativa de que o metrô chegaria junto com a finalização da construção dos conjuntos não aconteceu, e o metrô em Itaquera foi inaugurado apenas em 1989.

Para Lemos & França (1999) e Ramalhos (2013) esse fato contribuiu para o isolamento dos conjuntos habitacionais. Mas os planos e os projetos urbanos para a

região sempre estiveram ao menos nos objetivos do poder público. Os conjuntos habitacionais, o terminal do metrô e até mesmo a possível construção de um estádio de futebol estavam nos planos da municipalidade, como demonstrado na **figura 11**, do ano de 1979.

Figura 11: O conjunto habitacional Itaquera I e os projetos do terminal do Metrô e do estádio do Corinthians 1979.

Fonte: PMSP (1979) IN Ramalhos (2013).

Estas propostas apresentadas na **figura 11** conformavam o modelo de gestão pública das décadas de 1970 e 1980, que segundo Rolnik (2012), inauguravam a “era dos planos” na cidade de São Paulo, que fortaleceu a exclusão socioespacial, pois para a autora:

A era dos planos inaugura na cidade uma prática absurda que permanece até nossos dias: por um lado, produzir planos e projetos que reiteram padrões, modelos e diretrizes de uma cidade produzida racionalmente, que ninguém conhece; por outro, negociar o destino da cidade, dia a dia, com os interesses econômicos, locais e corporativos pelos instrumentos da política real, que são os loteamentos de espaços de poder para grupos políticos e a sustentação destes grupos por meio de relações incestuosas com empreiteiras e prestadores de serviço (ROLNIK, 2012, p. 56).

O descompasso entre o planejamento e as ações do poder público conformou um modelo desigual, um espaço segregado e com alguns entraves urbanos. A urbanização horizontal rumos às franjas do município acirrou a problemática da periferia, atingindo quase todo o município, principalmente as áreas mais distantes ao sul e ao leste da cidade. No mapa (**figura 12**), observamos a consolidação da mancha urbana em São Paulo. Verificamos também, uma urbanização quase total. Em Itaquera, especificamente, até 2002, uma grande área em cor vermelha é ocupada próximo ao parque do Carmo, assim como nos extremos da Zona Leste.

Figura 12: Área urbanizada 1993-2002.
Fonte: EMPLASA (2003) (Adaptado).

Retomando o pensamento de Rolnik (2012), a respeito do modelo de planejamento adotado pela administração pública a partir das décadas de setenta e oitenta. Para a autora, a “era dos planos” contemplou o centro expandido por meio de planos urbanísticos e incentivos à verticalização, fomentando o surgimento de “novas centralidades”.

Ao mesmo tempo em que o centro se esvaziava de população residente, as áreas mais distantes da periferia recebiam obras de mobilidades e mais projetos de habitação social, ainda mais distantes dos locais de emprego.

Para finalizar o capítulo, a luz destes planos urbanísticos, verificou-se que em Itaquera, a partir da construção dos conjuntos habitacionais, e a chegada do metrô, outros grandes projetos viriam a acontecer no distrito, porém, mormente ligados à criação de infraestrutura viária e de mobilidade.

Entre 1980 e 2000, diversos projetos urbanos se estabeleceram em Itaquera, como segue:

- O terminal do Metrô Corinthians Itaquera que foi inaugurado em 1989 juntamente com o pátio de manobras.
- A construção da Avenida Jacú-Pêssego/Nova Trabalhadores: que cortou o bairro fazendo uma ligação em pista rápida com poucos cruzamentos desde Mauá e Santo André (Região Metropolitana) até a Rodovia Airton Senna, com fácil acesso à cidade de Guarulhos, ao Aeroporto Internacional e ao Rodoanel Mário Covas.
- A interligação tarifária do Metrô com a CPTM no ano de 2000 visando facilitar a mobilidade e a intermodalidade entre os transportes.
- A construção da Avenida José Pinheiro Borges (Nova Radial) sobre os trilhos da CPTM, que por sua vez teve parte da via aterrada sobre o centro de Itaquera e uma nova estação de trem sob a Avenida Jacú-Pêssego (Estação Dom Bosco). No entanto, uma estação chamada Parada XV de Novembro foi desativada. Este projeto, do início dos anos 2000 objetivava também melhorar o trânsito entre o Distrito de Itaquera e o de Guaianases.

- A operação Urbana Rio Verde-Jacú (2004), que era o princípio das propostas de que Itaquera poderia ser uma centralidade na Zona Leste. Porém, a Operação Urbana foi abandonada e quase nenhuma proposta concretizada poucos anos depois.
- O terceiro grande projeto é objeto de análise desta pesquisa: o Polo Institucional Itaquera, um projeto que foi retomado juntamente com a construção do estádio de futebol para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 visa trazer o desenvolvimento econômico e social para o distrito, por meio de incentivos fiscais para empresas e a construção de infraestruturas urbanas de acesso e mobilidade, além de equipamentos sociais que serão mais bem explorados no **capítulo 4**. Um projeto que a princípio, interfere na estrutura urbana da região e poderá transformar a dinâmica socioespacial do distrito a partir dessas diversas intervenções.

Todos estes projetos criaram grandes infraestruturas urbanas, (principalmente a construção da Avenida Jacú-Pêssego) e foram elaborados para sanar grandes problemas de mobilidade, pois com o aumento exponencial da população e a velha estrutura da cidade de criar empregos no centro e nas regiões “modernas” era necessário para o desenvolvimento econômico da cidade que a força trabalhadora tivesse acesso mais rápido aos empregos. Contudo, esses projetos não foram suficientes para sanar os problemas socioespaciais de Itaquera, que chegou ao século XXI com tantos problemas quanto os das décadas passadas.

A formação socioespacial e a ocupação do espaço em Itaquera ocorreram até o final do século XX de forma desigual, exaltando as contradições de um processo de urbanização acelerado e excludente. A ineficácia das políticas públicas se configurou ao longo dos anos na produção de um espaço fragmentado e espacialmente precário em muitas regiões da cidade, assim como em Itaquera. O próximo subitem, nesse sentido, demonstra como se apresenta Itaquera no século XXI.

2.5 Características atuais de Itaquera.

Este subitem apresenta os principais dados e características atuais tanto do bairro como do Distrito de Itaquera, como o perfil demográfico, os índices sociais, os diferentes usos do solo, a questão habitacional, a educação, a renda, entre outros fatores que visam traçar o perfil socioeconômico da região.

Nesta parte, utilizamos a pesquisa documental – entre os documentos analisados estão: cartografia, documentos oficiais e indicadores sociais de diversos órgãos que atuam na elaboração de dados relacionados à cidade de São Paulo e as suas características socioeconômicas e socioespaciais.

Na atual subdivisão dos distritos municipais, o Distrito de Itaquera está localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo, distante vinte quilômetros do centro e pertencente à Subprefeitura de mesmo nome – exatamente entre os distritos das Subprefeituras de São Matheus ao Norte, Cidade Tiradentes, Guaianases e Itaim Paulista ao leste, São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo ao Sul e Aricanduva e Penha à Oeste. Na **figura 13**, observamos que na Zona Leste, Itaquera é um distrito central e com a maior área dentre os demais distritos da região. O distrito detém uma população de 523.848 habitantes dentro de uma área de 54,30 Mil km² (PMSP, 2013).

O Distrito está distribuído entre os seguintes bairros: Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo, assim como suas demais Vilas, Jardins e Parques. Geograficamente, a paisagem de Itaquera se eleva a 800 e 900 metros de altitude em colinas do terciário, onde correm alguns cursos d'água afluentes do rio Tietê, como o Aricanduva e o Jacú (AZEVEDO, 1945) ³⁵.

Itaquera destaca-se pelos grandes conjuntos habitacionais construídos a partir da década de 1970, pelo aglomerado de pessoas que ali vivem e utilizam o transporte público diariamente para trabalhar, normalmente em outras regiões; pela existência de equipamentos urbanos como o terminal e a garagem do Metrô, pelos poucos colonos japoneses que ainda cultivam plantas na região da Avenida Jacú-

³⁵ Mais informações sobre as características físicas da região estão disponíveis em AZEVEDO, Aroldo Edgar de. **Subúrbios orientais de São Paulo** FFCL (1945).

Pêssego e assim como “outras periferias” Itaquera é um distrito heterogêneo, que concentra classes sociais distintas, locais de urbanização consolidada e de exclusão social.

No distrito, localiza-se também o Parque do Carmo, o segundo maior parque urbano da cidade, que contém em seu interior uma APA (Área de Proteção Ambiental) municipal. E mais recentemente Itaquera ficou conhecida pela construção do Estádio de futebol do Sport Club Corinthians Paulista e pela realização de jogos e da abertura oficial da Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014.

A **tabela 3** expõe a evolução da população em Itaquera, bem como a densidade demográfica do distrito e destaca o bairro de Itaquera que detém uma população atualmente de 204.871 habitantes.

Tabela 3: Evolução da população dos Bairros de Itaquera 1996 – 2010.

Subprefeitura	Bairros	População 1996	População 2000	População 2010
	Cidade Líder	107.913	116.666	126.597
	Itaquera	189.775	201.291	204.871
	José Bonifácio	105.808	107.069	124.122
	Parque do Carmo	59.838	63.985	68.258
Itaquera				
Total	4	463.334	489.011	523.848

Fonte: PMSP (2015) (Adaptado).

A **figura 13** apresenta um mapa do Distrito de Itaquera e de seus bairros. O mapa representa a atual divisão administrativa das subprefeituras do Município de São Paulo. O Distrito de Itaquera possui quatro bairros, Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo. O bairro de Itaquera (de mesmo nome do distrito) é o mais antigo e onde se localizava o primeiro núcleo urbano, e até hoje considerado o “centro” do distrito.

Figura 13: Distrito de Itaquera e seus bairros.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) (2014).

Nesta parte do capítulo, portanto, será apresentada uma síntese dos indicadores sociais do Distrito de Itaquera. Para fins de comparação, os números apresentados sempre que possível serão demonstrados juntamente com os números totais do município de São Paulo e ressaltados os índices do bairro de Itaquera.

De acordo com o IBGE (2010) os índices sociais dizem respeito aos aspectos sociais de uma determinada população. Os indicadores levam em conta as condições de vida, desigualdades e exclusão social. Também são considerados os aspectos demográficos, a situação da população, educação, trabalho, padrão de vida, distribuição de renda e saúde.

Jannuzzi explica que:

Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2009, p. 2).

Nesta parte, a pesquisa documental foi feita utilizando dados oficiais da Prefeitura do Município de São Paulo e os indicadores utilizados foram classificados segundo os seguintes eixos: Usos do solo, habitação, trabalho e renda, escolaridade, saúde, saneamento básico, acesso a equipamentos esportivos, de lazer e culturais e vulnerabilidade social.

O intento desta parte da pesquisa é justamente apresentar a situação encontrada em Itaquera no período da construção do estádio de futebol “Itaquerao” e das obras do Polo Institucional Itaquera, que serão discutidos com maiores detalhes no **capítulo 4**.

I. Usos do solo.

Itaquera, até meados da década de 1970, como já referido anteriormente, possuía características rurais, com núcleos urbanos pequenos e esparsos. Os conjuntos habitacionais, a consequente explosão demográfica e a construção do metrô conferiram ao distrito, rapidamente “um ar de urbanidade”. As atividades do distrito foram substituídas; da agricultura e das casas e chácaras da “bucólica Itaquera de outrora”³⁶ por habitações e novos loteamentos.

De acordo com Lemos & França (1999), uma série de reportagens do jornal Folha de São Paulo da década de 1980 mostrava como era o bairro naquele momento de transição, do rural para o urbano, pela rápida ocupação do território e os desdobramentos dos problemas sociais. Em umas das reportagens, o título dizia:

³⁶ Palavras de Aroldo de Azevedo (1945).

“A cidade expande suas misérias: criminalidade, sub-habitação e falta de infraestrutura acompanham o crescimento³⁷”.

O texto da matéria afirmava que “a Zona Leste é, atualmente, a região que mais cresce na cidade”. “E os urbanistas são unânimes em reconhecer que essa é a direção que São Paulo se expandirá, pelo menos até o ano 2000” (FOLHA DE SÃO PAULO apud LEMOS & FRANÇA, 1999).

As proposições do jornal se confirmaram e a cidade expandiu horizontalmente no território. Atualmente, Itaquera é um distrito extremamente residencial. Sendo que em sua maioria, o uso residencial se subdivide em residencial horizontal e vertical de baixo padrão, seguido por residencial horizontal e vertical de médio e alto padrão (INFOCIDADE, 2013).

Os outros tipos de utilização do solo se dividem entre comércio e serviços, principalmente, nas áreas centrais dos bairros; equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde e as áreas destinadas aos armazéns e indústrias.

Cabe notar que as áreas onde a utilização é destinada às indústrias e aos armazéns ficam no percurso da Avenida Jacú-Pêssego (**figura 14**, áreas de cor roxa), também são circundadas por áreas sem informações (áreas de cor branca), que são grandes espaços ainda desocupados, em uma área de possível expansão do capital imobiliário. No entanto, essas áreas representam atualmente grandes ocupações residenciais de baixo padrão ou resquícios de chácaras que ainda produzem (principalmente flores) para o comércio local, além da existência de muitas áreas desocupadas.

A **figura 14** apresenta a tipologia de usos e ocupação do solo em Itaquera.

³⁷ Reportagem do Jornal Folha de São Paulo disponível para consulta na íntegra em LEMOS & FRANÇA (1999, p. 102).

Figura 14: Usos do Solo em Itaquera.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Municipal de Finanças. Departamento de Rendas Imobiliárias. (Adaptado) (2014).

A respeito da terminologia utilizada, vale a ressalva de que quando falamos em habitação ou residência de baixo padrão, compreendemos a forma de construção ou autoconstrução de moradias em bairros periféricos, onde não houve planejamento ou assistência por parte de técnicos ou interferência da administração pública, o que determinou a ocupação e crescimento “ilegal” da periferia. Este termo, pode ser facilmente confundido com habitação de baixo custo, que são aquelas aplicadas a programas de habitação de interesse social ou até mesmo ao mercado de habitação popular onde se pressupõe que elementos do planejamento urbano também sejam considerados pelo poder público.

Assim, consideramos que o Distrito de Itaquera, como um todo, posiciona-se como um distrito de ocupação residencial, com áreas destinadas a outras atividades. Essas áreas residenciais, como mostrado na **figura 14**, em sua grande maioria são

de baixo ou médio padrão, muitas delas ocupam áreas de risco ou fruto de “ocupações ilegais” em terrenos não apropriados.

II. Habitação.

Morar em São Paulo, assim como em outras grandes cidades brasileiras constitui um dos grandes entraves urbanos desde que as cidades passaram o campo no número de habitantes (AMARAL, 2001). A questão da moradia na cidade de São Paulo sempre foi fruto de muito debate e infelizmente o déficit habitacional perdura até os dias de hoje. O mercado imobiliário e o poder público tiveram dificuldades de suprir as necessidades de grande parcela da população, e ofereceram poucas alternativas viáveis para a população de baixa renda (AMARAL, 2001).

Desde a fundação do BNH³⁸ que financiou a moradia para milhões de brasileiros nas décadas de 1960, 1970 e 1980, principalmente, os da classe média, foram poucas as medidas semelhantes para suprir a grande demanda por habitação das classes mais baixas, que se viram “obrigadas” a ocupar as periferias das cidades, o que determinou a dinâmica de ocupação e produção do espaço na cidade de São Paulo ao longo daquelas décadas.

Em grande escala, na cidade de São Paulo, o que se pôde constatar foi a construção de milhares de apartamentos e casas nos conjuntos habitacionais da COHAB. Para Amaral (2001, p.9), os conjuntos habitacionais da COHAB financiados com recursos do BNH, estão em sua grande maioria na periferia da cidade, e “caracterizaram-se pela monotonia, falta de serviços e de equipamentos e, enfim, pela não relação com o entorno”.

O financiamento dos conjuntos habitacionais com recursos do BNH era baseado na produção de moradias, e não no usuário (AMARAL, 2001), e apesar de ser voltado aos que não possuíam casa própria, grande parcela da população não

³⁸ Fundado no início da Ditadura Militar, o BNH usava os recursos do FGTS para financiar a produção pública de moradias populares. Todavia, o BNH durante muitos anos financiou a classe média e a infraestrutura das cidades se tornando um dos principais bancos do País. Cf. AMARAL, Ângela de A. C. **Habitação na cidade de São Paulo**. PÓLIS/PUC, São Paulo, 2001.

era incluída nos programas, pois não tinham renda mínima para conseguir uma residência.

Além da questão do financiamento da casa própria, que nunca atendeu às necessidades do usuário/morador, os conjuntos habitacionais eram muito distantes dos locais de trabalho e em seu entorno não existia infraestrutura suficiente para atender à grande demanda que surgiu em poucos anos – problemas de transporte, saúde e educação eram comuns nessa época, fomentando o aumento da precariedade urbana nesses conjuntos habitacionais (MAYER et al, 2004).

Sobre a questão habitacional (especificamente dos conjuntos), a crítica repousa na escala desses empreendimentos e no fato de que essa política produziu espaços socialmente segregados e distantes, que influenciou a dinâmica de ocupação e uso dos espaços, assim como ressaltou Mayer et al:

É uma dinâmica localizada de forma precisa em áreas formadas por conjuntos habitacionais de interesse social que apresentam graves problemas de inserção urbana e social de sua população. A escala dos empreendimentos e sua concentração na periferia do Município de São Paulo e nas periferias metropolitanas contribuem para a formação de espaços socialmente confinados e distantes. Seus moradores reproduzem frequentemente, nos trechos urbanos onde esses conjuntos se inserem, a prática de produzir ilegalidades, construindo informalmente espaços de comércio e serviços nas áreas de uso comum dos condomínios e no espaço público. O interior desses imensos territórios apresenta inclusive outras formas de invasões na forma de favelas, que ocupam muitas vezes os espaços destinados aos equipamentos de serviços previstos no projeto original, porém, não executados, ou a beira de córregos e áreas íngremes. (MAYER et al, 2004, p. 204).

No contexto dos conjuntos habitacionais, Itaquera se torna um dos distritos mais populosos da cidade. A construção dos conjuntos nas décadas de 1970 e 1980 impulsionou o aumento demográfico no Distrito (LEMOS & FRANÇA, 1999), com o surgimento de novos bairros e “ocupações ilegais” bastante comuns àquela época até a conurbação com outros distritos periféricos.

Segundo dados da PMSP (2010), até o ano de 2010, as moradias em Itaquera eram em grande parte de ocupação horizontal, cerca de 35.246 domicílios

são em apartamentos, muitos deles localizados na COHAB³⁹ e de outros programas habitacionais, como demonstra a **tabela 4** sobre a tipologia de domicílios encontrados em Itaquera.

Tabela 4: Domicílios segundo tipologias residenciais do Distrito de Itaquera 2010.

Unidades Territoriais	Total de Domicílios	casa	Casa de vila ou em condomínio	Apartamento	Casa de comodors, cortiço ou cabeça de porco
Itaquera	155.664	116.729	1.922	35.246	1.767
Cidade Líder	37.584	34.324	355	2.333	572
Itaquera	60.092	49.699	1.050	8.974	369
José Bonifácio	37.828	14.613	40	22.859	315
Parque do Carmo	20.161	18.093	476	1.080	511

Fonte Infocidade (2010) (Adaptado).

Notam-se a existência de muitas habitações do tipo casa de cômodos, cortiços ou cabeça de porco⁴⁰ onde estão localizados, por definição de conceito os núcleos multifamiliares, e normalmente, famílias em situação de vulnerabilidade social.

É grande também o número de favelas encontradas no distrito, algumas delas de características bem marcantes, como a Comunidade da Paz⁴¹, localizada à margem do Rio Verde a poucos metros do estádio do Corinthians e das obras do Polo Institucional Itaquera. Segundo dados oficiais do mapeamento existem

³⁹ Importante reforçar que os Conjuntos habitacionais conhecidos como COHAB 1 localizados no bairro de Artur Alvim pertencem atualmente à Subprefeitura da Penha e não mais de Itaquera, como na época da construção, diminuindo consideravelmente o número de apartamentos (cerca de 30 mil).

⁴⁰ É a unidade de moradia multifamiliar, isto é, com várias famílias diferentes, apresentando as seguintes características: uso comum de instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque, etc.); utilização do mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar, etc.); várias habitações (domicílios particulares) construídas em lotes urbanos ou com subdivisões de habitações em uma mesma edificação, geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação.

Fonte: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/conceitos_e_definicoes_censo_2010.pdf

⁴¹ Cf. No último capítulo deste texto mais informações sobre a situação da favela da Paz.

cinquenta e cinco favelas no Distrito de Itaquera e cinquenta e oito segundo outra publicação da própria Prefeitura do Município de São Paulo⁴².

As favelas estão distribuídas no território em todos os bairros, num total estimado de 10.575 famílias⁴³. As favelas encontram-se nas áreas de ocupação mais recente e principalmente às margens de córregos e áreas de risco, como é o caso das favelas situadas no bairro de Itaquera (que demandariam estudos mais aprofundados). A situação das favelas é demonstrada na **tabela 5** e a nas **figuras 15 e 16**:

Tabela 5: Número de Favelas em Itaquera 2013.

Distrito de Itaquera	Número de favelas	3,37%
Cidade Líder	15	0,92%
Itaquera	14	0,86%
José Bonifácio	8	0,49%
Parque do Carmo	18	1,10%

Fonte: Infocidade (2013) (Adaptado).

Uma publicação editada pela PMSP (2010), reconhece que a Zona Leste detém um grande número de favelas, e Itaquera, como mostra a **figura 15** possui 58 favelas e uma grande população de favelados, configurando-se na região que concentra o maior número de favelas na Zona Leste da cidade.

⁴² Cf. Cidade informal no século XXI. PMSP (2010).

⁴³ Os dados referentes ao número de famílias vivendo em favelas são dos anos de 2010 e 2013, podendo ter aumentado entre 2014 e 2015 devido ao processo socioespacial observado em Itaquera.

Figura 15: Número de Favelas da Região Leste e dados sobre Itaquera.
 Fonte: A cidade Informal no Século XXI (PMSP, 2010) (Adaptado).

Nesta mesma publicação, encontramos a definição de favelas, segundo ela, as favelas são,

núcleos habitacionais precários, com moradias autoconstruídas, formadas a partir da ocupação de terrenos públicos ou particulares. Estão associados a problemas da posse da terra, a elevados índices de precariedade ou à ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos e população com baixos índices de renda. (PMSP, 2010).

Mike Davis, em sua obra *Planeta Favela*, classifica uma favela a partir do entendimento de outros autores de diferentes épocas e lugares. Para o autor, é um consenso entre os estudiosos que a favela concentra um “resíduo social excluído” do processo de urbanização das cidades no século XX. Além de tudo, a favela é o local das habitações informais, onde impera a pobreza e péssimas condições de vida (DAVIS, 2006). Essas condições observadas por Davis coincidem com as características das favelas e dos núcleos de loteamentos irregulares que se estende por todo território da cidade de São Paulo e também em Itaquera, onde observamos

maior incidência desses núcleos próximos aos rios e córregos da região. A **figura 16** representa a localização das favelas e os núcleos subnormais em Itaquera.

Figura 16: Distribuição das favelas em Itaquera 2013.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PMSP (2013).

III. Trabalho e renda.

Este indicador refere-se ao eixo trabalho e renda, e será analisado o número de estabelecimentos de comércio, serviços e indústria de transformação e sua relação com o número de empregos por cada setor. A construção civil não foi considerada por ser um setor com dados flutuantes, porém, no ano de 2012 havia 5.398 trabalhadores empregados neste setor em Itaquera (INFOCIDADE, 2013). Observa-se que estes números dizem respeito ao número de estabelecimentos e

empregos gerados em Itaquera, sendo que os trabalhadores podem ou não residir no distrito.

Tabela 6: Número de estabelecimentos e empregos por setor em Itaquera 2012.

	Comércio		Serviços		Indústria de Transformação	
	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos
MSP	109.939	931.615	136.787	2.503.217	30.116	573.843
Itaquera	2.394	21.799	1.506	32.336	811	14.531

Fonte: Infocidade, (2015) (Adaptado).

Na **tabela 6** constata-se que o número de empregos e de estabelecimentos do setor de comércio e serviços é maioria, todavia, o setor de transformação industrial representa 811 estabelecimentos que geram 14.531 empregos. Já a renda por emprego gerada de modo formal excluindo a administração pública em Itaquera pode ser verificada na **tabela 7** – desde a mais baixa renda até a mais alta.

Tabela 7: Renda gerada por setor no MSP e em Itaquera 2012. *em salários mínimos⁴⁴.

	MSP	Dist. de Itaquera	Cidade Líder	Itaquera	José Bonifácio	Parque do Carmo
Total	4.358.243	74.281	16.262	27.036	13.739	17.244
Até 0,50	71.657	1.050	220	363	201	266
0,51 a 1	90.891	2.106	541	1.163	214	188
1,01 a 1,50	909.195	16.725	4.301	7.756	2.273	2.395
1,51 a 2	987.241	21.092	5.184	7.125	4.507	4.276
2,01 a 3	866.791	16.437	3.282	5.704	3.295	4.156
3,01 a 4	413.963	8.039	1.259	2.040	2.091	2.649
4,01 a 5	234.888	2.744	490	834	436	984
5,0 a 7	265.703	2.825	539	935	395	956
7,01 a 10	199.980	1.439	303	381	185	570
10,01 a 15	156.323	1.106	97	458	92	459
15,01 a 20	69.106	335	22	112	26	175
mais de 20	92.505	383	24	165	24	170

Fonte: Infocidade (2015) (Adaptado).

⁴⁴ R\$ 788 Reais.

Ao analisar esses dados, é possível fazer algumas considerações sobre a renda gerada pelo setor produtivo em Itaquera. Quatro faixas de renda podem ser analisadas como de baixa remuneração, que na **tabela 7** está representada pela cor cinza. Em sua grande maioria estão os salários que vão desde 0,5 salários mínimos a dois salários mínimos. Isso representa 40.973 indivíduos dos 74.281 que trabalham em Itaquera. A faixa laranja representa os trabalhadores que ganham entre dois e sete salários mínimos, num total de 30.045 indivíduos de média renda.

Entre sete e vinte salários mínimos, considerados de alta renda representam 2.280 indivíduos (cor verde) e de altíssima renda apenas 383 do total de trabalhadores do Distrito de Itaquera (cor azul). Concluimos que dos mais de quatro milhões de indivíduos empregados na cidade de São Paulo em 2012, destes, 74.281 estavam lotados em Itaquera e na maioria recebendo salários muito baixos, entre 0,5 e 2 salários mínimos. Na **tabela 7** podemos observar os dados referentes ao bairro de Itaquera.

A análise dos índices de emprego e renda informa que grande parte dos empregos gerados em Itaquera é de baixa remuneração e estão vinculados em grande maioria ao comércio e ao setor de serviços, e poucos empregos são gerados na área industrial.

IV. Educação.

A respeito da escolaridade, Itaquera possui um índice acima do percebido no total da cidade de São Paulo e detém 3,4% de sua população considerada analfabeta, como demonstra a **tabela 8**.

Tabela 8: Analfabetos e taxa de analfabetismo MSP e Itaquera 2010.

Unidades Territoriais	Analfabetos	Taxa de analfabetismo
	2010	2010
MSP	281.847	3,2%
Itaquera	13.647	3,4%

Fonte: Infocidade (2015) (Adaptado).

Por mais que o índice de analfabetismo pareça baixo, a questão fundamental é a situação de desigualdade existente entre os níveis de escolaridade. Este fato ocorre, pois os indivíduos sem instrução alguma ou que têm grau de instrução fundamental incompleto representam a maioria em Itaquera em comparação com outros distritos da cidade, como Pinheiros, Vila Mariana e Mooca, onde este índice é muitas vezes maior. E o oposto se revela quanto ao índice dos que têm ensino superior completo. Estes dados podem ser observados nas cores ressaltadas na **tabela 9**.

Tabela 9: Nível de instrução população com mais de 10 anos MSP e Itaquera, Pinheiros, Vila Mariana e Mooca.

Unidades Territoriais	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
MSP	9.783.868	3.683.120	1.798.580	2.610.334	1.572.070
Itaquera	448.891	187.187	92.061	128.222	34.777
Pinheiros	267.592	36.116	23.361	60.657	145.754
Vila Mariana	317.003	44.321	30.096	74.505	165.683
Mooca	309.462	86.460	48.625	88.479	83.300

Fonte: Infocidade (2015). (Adaptado, foram excluídos os dados do nível não determinado).

Em Itaquera, o índice de população com grau de instrução superior é inferior aos observados em outros distritos, e do total analisado nos bairros de Itaquera, mais de 187 mil pessoas possuem grau de instrução incompleto em sua maioria.

V. Saúde.

A saúde pública no Brasil apesar de garantida pela Constituição Federal⁴⁵ não é um serviço público satisfatório e de acesso universal. A mesma constituição

⁴⁵ Artigo 196 da Constituição Federal: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

garante a saúde como de responsabilidade do público e do privado, e no sistema capitalista a ação do Estado fornece meios para que o privado sobressaia sobre o público. Sem entrar em detalhes sobre a qualidade da saúde pública no Brasil, principalmente no atendimento básico, segue uma análise sobre a situação da saúde em Itaquera.

Em Itaquera, se encontra um hospital administrado por uma instituição filantrópica: o Hospital Santa Marcelina, referência na região. O distrito conta com 213 leitos hospitalares frente aos 3.226 leitos da MSP (INFOCIDADE, 2013). De acordo com o mesmo índice, Itaquera não possui hospitais estaduais e existem três hospitais particulares que oferecem 658 leitos, por volta de três vezes mais que a rede pública. O atendimento básico computa uma rede de dez AMA's (Assistência Médica Ambulatorial) e um AME (Assistência Médica de Especialidade).

Considera-se, portanto, que o atendimento de saúde em Itaquera, ainda que exista um hospital de referência está muito aquém das necessidades da população e não atingem os padrões básicos de atendimento.

VI. Saneamento básico.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. Essas medidas devem ser adotadas pelos três níveis de governo (Municipal, Estadual e Federal) e contemplar o abastecimento de água tratada; coleta e tratamento de esgoto; limpeza urbana; manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais.

No Brasil, 82,5% da população é atendida com o abastecimento de água tratada, destes, apenas 48,6% têm acesso à coleta de esgoto e somente 39% desse esgoto é tratado corretamente no país⁴⁶. E Segundo o mesmo índice, São Paulo não figura entre as cem cidades que universalizaram a coleta e tratamento de esgoto no século XXI.

⁴⁶ Informações obtidas através de dados da ONG Trata Brasil. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>: Acesso em 01/05/2015.

Tabela 10: Total de domicílios ligados ou não na rede de esgoto 2010.

Unidades Territoriais	Total de domicílios	Ligado à rede	Não ligado
MSP	3.570.406	3.285.168	285.238
Distrito de Itaquera	155.562	140.919	14.643
Cidade Líder	37.563	33.704	3.859
Itaquera	60.032	55.149	4.883
José Bonifácio	37.828	35.136	2.691
Parque do Carmo	20.139	16.929	3.209

Fonte: Infocidade (2015).

A tabela 10, referente ao total de domicílios ligados ou não à rede de esgoto na cidade de São Paulo demonstra que em Itaquera 14.643 Mil domicílios não possuem coleta de esgotamento sanitário. Esse dado ajuíza também o déficit na coleta total do MSP. No MSP, a coleta atinge 97% do total das residências, mas apenas 75% são tratados (INFOCIDADE, 2013).

VII. Esporte, lazer e cultura.

Outra característica deficitária nas regiões de periferia se dá pela falta de equipamentos de lazer, esporte e cultura. Os índices são relativamente melhores em Itaquera que em outras regiões da periferia da cidade de São Paulo.

Existem alguns centros culturais em Itaquera, como a oficina cultural Alfredo Volpi que dispõe de cursos e oficinas voltados às artes, dança, música entre outros. E a casa da memória, localizada na antiga casa do chefe da estação. Com a desativação e demolição da antiga estação ferroviária, o local ficou abandonado durante muitos anos e hoje abriga a Casa de Memória de Itaquera. As únicas salas de cinema estão dentro dos dois shoppings centers da região.

Segundo a prefeitura do município de São Paulo (2015) existem dois Centros Educacionais Esportivos (CEE), um Centro Esportivo de Lazer (CEL) e treze Centros da Comunidade (CDC). Este último é um equipamento gerido pela própria comunidade e oferece em sua grande maioria práticas esportivas. E também dois Centros Educacionais Unificados (CEU) que possuem certa estrutura para o lazer e a prática esportiva e cultural.

Em Itaquera, no entanto, estão localizados dois grandes equipamentos de lazer; o SESC Itaquera e o Parque do Carmo. O SESC (Serviço Social do Comércio) é um local a serviço da comunidade, porém, com restrição de uso a alguns equipamentos, pois para acessá-los, como as piscinas, é necessário ser comerciante.

O Parque Olavo Egydio Setúbal ou Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, é segundo maior parque urbano de São Paulo, uma importante referência para a região e cumpre uma função ambiental essencial para a cidade e principalmente para a Zona Leste. O parque tem uma área de 1.500.000 m² e abriga em seu interior uma APA (Área de Proteção Ambiental) municipal. Equipamentos de Esporte, lazer e recreação. É muito frequentado aos finais de semana.

VIII. Vulnerabilidade Social

Na cidade de São Paulo a periferia tem um sentido bastante dual. Sempre se opondo às regiões centrais. Na periferia impera a ilegalidade, a falta de infraestrutura, a pobreza. Nas palavras de Mautner (2010, p. 253) a periferia é uma “contraposição à parte central, estruturada e acabada”.

Nesse contexto, a dualidade é mais um problema do fenômeno urbano, da urbanização e do modelo de produção do espaço observado na cidade de São Paulo. Problema que se configura nas desigualdades sociais e na segregação socioespacial.

O crescimento físico-territorial da cidade fez com que ao longo do processo de urbanização fossem ocupados diversos espaços desprovidos de infraestruturas e muitas vezes em locais de risco, como encostas, várzeas e fundos de vale. Padrão que interferiu gradativamente na qualidade de vida urbana de grande parcela da população excluída. Da mesma maneira em que a periferia expõe uma heterogeneidade em suas formas de ocupação. Onde, no mesmo espaço, encontram-se ricos, pobres, incluídos e excluídos.

O conceito de vulnerabilidade social, portanto, abrange várias dimensões, pois ela caracteriza todos os aspectos relacionados aos indivíduos e famílias que

habitam determinada região, principalmente no que se refere à exposição destes aos riscos sociais, ambientais e urbanos.

Para Abramovay (2002), a vulnerabilidade social é em certa medida a situação em que os recursos e as habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. É observado normalmente a deterioração das condições de vida deste grupo social.

Nesse sentido, se torna um ciclo vicioso, pois há uma determinada relação entre a educação e a renda, que se apresenta na baixa escolaridade ou educação limitada dos indivíduos com a vulnerabilidade social de certas regiões da cidade.

A **figura 17** demonstra o índice de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo e destaca o Distrito de Itaquera.

Figura 17: Índice de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo 2010.
Fonte Fundação SEADE/ Secretaria de desenvolvimento urbano (SMDU, 2010) (Adaptado).

O mapa representa o índice de vulnerabilidade social e os grupos analisados. A dimensão utilizada é a renda por domicílio como podemos ver na **tabela 11**: do mais baixo ao mais alto índice de vulnerabilidade social.

Tabela 11: Índice de vulnerabilidade social cidade de São Paulo 2010.

Índice	Baixíssima	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Dimensão renda	R\$ 9.125	R\$ 3.203	R\$ 2.137	R\$ 1.596	R\$ 1.380	R\$ 1.207

Fonte: SEADE/ Secretaria Municipal de desenvolvimento urbano (SMDU, 2010) (Adaptado).

O índice de vulnerabilidade social é determinado por diversas características e dimensões. No caso de Itaquera, representado no mapa, os índices variam bastante, o que justifica a heterogeneidade do distrito, todavia, a predominância é de índices de vulnerabilidade social muito baixa, baixa, média e alta.

Neste item foram apresentadas as atuais características socioeconômicas e socioespaciais do Distrito de Itaquera, com destaque para os seus bairros. Tivemos o intuito de demonstrar através de dados que Itaquera no século XXI possui características bastante heterogêneas, e ainda exhibe inúmeros problemas como precariedade na habitação, além de muitas favelas e comunidades em situação de vulnerabilidade social. Constatamos também que o acesso aos serviços públicos é de baixa qualidade. Portanto, Itaquera apresenta-se como uma região fragmentada e com aparentes desigualdades socioespaciais e velhos problemas ainda não solucionados, assim como é característico das periferias brasileiras.

Capítulo 3

Projetos urbanos: Uma contextualização atual.

Por aqui, o 'plano estratégico' cumpre o papel, ao mesmo tempo, desregular, privatizar e fragmentar, dando ao mercado um espaço absoluto e reforçando a ideia de cidade autônoma que necessita instrumentar-se para competir com as demais na disputa por investimentos, de modo à transformá-la em uma máquina de produzir renda.

Ermínia Maricato (2014)

Este terceiro capítulo apresenta primeiramente algumas considerações acerca da compreensão atual sobre o planejamento urbano (HARVEY, 1996; ARANTES, MARICATO & VAINER, 2000; NOVAIS, 2010; DUARTE, 2011). Investe nas relações de interesse entre o capital privado (principalmente o capital imobiliário), o Estado e os demais agentes sociais na elaboração de projetos urbanos que influem na dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano da/na cidade.

As transformações espaciais atualmente têm sido orientadas a partir do planejamento estratégico e da elaboração de grandes intervenções em determinados fragmentos da cidade a fim de reproduzir no espaço urbano a lógica do capital por meio do valor de troca conferido a esses espaços. E principalmente no que infere a reprodução do mercado imobiliário.

Num segundo momento, o texto aborda os Grandes Projetos Urbanos (GPUs) como ferramenta do planejamento estratégico que emerge da reestruturação produtiva do sistema capitalista no final do século XX, onde o espaço urbano (da/na cidade) passa a ter maior valor de troca e se generaliza na forma de mercadoria para responder às novas necessidades de alguns agentes sociais (FIX, 2001; LUNGO, 2007; CUENYA et al, 2013; SANCHEZ, 2013; VAINER, 2013).

Estes projetos objetivam o desenvolvimento de determinadas áreas da cidade mediante investimentos do setor privado, contudo, no movimento afirmador do

neoliberalismo, o Estado arca com toda a infraestrutura para a elaboração destes megaprojetos e nesse processo gera grandes contradições.

O texto também apresenta uma síntese dos megaeventos, que por demandarem a criação de grandes estruturas para sua realização também provocam transformações no espaço das cidades e assim como os grandes projetos urbanos, os caracterizamos como um projeto urbano, que provocam grandes investimentos públicos e privados e consequentes transformações socioespaciais (READER, 2008; GUSMÃO, 2012).

Por outro lado, consideramos que na realidade brasileira surge uma contradição entre os grandes projetos urbanos, os megaeventos e as necessidades da população no Brasil. Pois a aplicação desse modelo de planejamento acirra a segregação socioespacial e gera processos de valorização do espaço e a consequente expulsão de população residente.

Compreendemos que o modelo de planejamento urbano atualmente se baseia em grande parte na transformação dos espaços da cidade em mercadoria. Esse modelo vem sendo aplicado nos últimos anos como forma de colocar as cidades dentro de um contexto global de competitividade, que atraem para si o capital internacional sob o contexto da criação de grandes infraestruturas e também da realização de grandes eventos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol.

Por assim dizer, esse modelo é caracterizado por um padrão de gestão estratégica, onde o Estado e os demais agentes sociais reproduzem o capital na elaboração de grandes projetos urbanos ligados a estratégias de mercado, com orientações políticas onde se verifica estratégias de city marketing e market-oriented urban planning⁴⁷ (ASHWORTH & VOOGD apud SANCHES, 2001).

Para Lungo (2007) “estos proyectos comprenden numerosos tipos de intervenciones, pero se caracterizan primordialmente por su gran magnitud en

⁴⁷ Tradução: planejamento urbano orientado ao mercado.

tamaño y escala, lo que plantea un reto para los instrumentos tradicionales de gestión y financiamiento urbanos⁴⁸”.

Para Moura (2010, p. 9) os “master projects” ou grandes projetos urbanos “são ações voltadas à reestruturação e adequação do espaço para os fluxos e a realização do capital”. Nesse sentido, o referencial teórico deste terceiro capítulo, portanto, propõe uma discussão sobre esse conteúdo e é composto de autores que analisam essa temática sob uma ótica crítica do pensamento atual acerca da gestão do território urbano.

3.1 Sentidos do planejamento urbano.

O planejamento urbano é uma ferramenta adotada pelo Estado a fim de ordenar o território da cidade, regulamentar as formas de uso do solo, visa o bem estar da coletividade e o desenvolvimento econômico e social. Novais (2010) considera que o planejamento urbano é o conjunto de técnicas aplicadas ao espaço físico, ou assemelha-se como a soma das estratégias dos governos para o desenvolvimento das cidades.

É importante ter em mente que a definição de planejamento urbano está intrinsecamente relacionada ao estudo das cidades, Duarte (2011, p. 24) coloca que essa definição também está ligada a outros termos, como “desenho urbano, urbanismo e gestão urbana”.

O urbanismo, por exemplo, termo mais usado pelos arquitetos e planejadores está mais ligado às formas territoriais e ao desenho urbano do que à gestão do território. Todavia, para o mesmo autor, há um consenso em que planejar a cidade deveria ser uma disciplina multidisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento humano (DUARTE, 2011).

Apesar de conceitos e definições serem fechados e perigosos, e haja vista essa multidisciplinaridade, Duarte define o planejamento urbano como “o conjunto

⁴⁸ Tradução: Estes projetos compreendem numerosos tipos de intervenções, mas se caracterizam primordialmente por sua grande magnitude em tamanho e escala o que coloca um desafio para os instrumentos tradicionais de gestão e financiamento urbanos.

de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo” (DUARTE, 2011, p. 26).

No Brasil, o planejamento urbano seguiu um traçado moderno e funcionalista, bem como centralista-tecnocrata (SANCHEZ, 2013) que tinha como máxima ser funcional ao processo de acumulação do capital, principalmente nas cidades industriais.

Nota-se que atualmente, a palavra planejamento vem acompanhada do termo estratégico. Não obstante, identificamos uma relação entre o planejamento urbano para a cidade e o planejamento estratégico da cidade – que tem origens na gestão estratégica das empresas privadas (CASTELLS, 2009; HARVEY, 1996; VAINER, 2000; NOVAIS, 2010). No entanto, em que período houve essa mudança de paradigma?

Novais (2010), ao explicar as mudanças do planejamento urbano para o estratégico, o condiciona à lógica do capitalismo. Pois atualmente, as cidades também se inserem numa economia globalizada, e concorrem no mercado mundial de forma competitiva e estratégica.

O Estado, alinhado aos interesses privados, atua de forma a facilitar a reprodução do capital-trabalho e das relações entre o público e o privado. De acordo com Offe (apud NOVAIS 2010, p. 35) “o Estado capitalista caracteriza-se pelo comprometimento com o processo de acumulação” - onde está incluído o planejamento urbano. Nesse sentido, foi rápido o processo de mudança do planejamento urbano para o planejamento estratégico das cidades fomentado por interesses privados e facilitado pelo neoliberalismo estatal.

O Estado e os agentes detentores do capital passaram a ter domínio sobre os modos de produção e reprodução dos espaços nas cidades, bem fundamentados nos preceitos da estratégia de mercado e na competitividade, beneficiando o setor privado na acumulação do capital e na reprodução da mais-valia. E esse modelo ganhou maiores proporções a partir da reestruturação do capitalismo mais ou menos a partir de 1975.

Nas palavras de Vainer (2000, p. 76) crítico do modo estratégico que as cidades são conduzidas, “o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”. Essa nova realidade de gestão urbana não se diferencia muito da gestão empresarial, onde o foco principal é a reprodução do capital e o lucro acima de tudo. Ainda de acordo com o autor:

Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana (VAINER, 2000, p. 76).

As novas formas de gestão urbana são pautadas pela competitividade entre as cidades, levando em conta a qualidade e produtividade dos serviços, os preços e a qualificação da força de trabalho. Nesse momento, foram abandonadas as questões mais urgentes das cidades, como os problemas sociais e o crescimento urbano desorientado.

Vainer (2000) apresenta as diferenças principais entre o planejamento urbano estratégico e o planejamento tradicional. Sendo que, enquanto o planejamento tradicional está deixando de se preocupar com questões urbanas mais urgentes como a racionalização do uso do solo, os problemas habitacionais entre outros grandes desafios urbanos. O planejamento estratégico se detém a competitividade urbana, ao posicionamento da cidade no mercado de consumo global com a intenção de atrair novos projetos e investimentos. As cidades, nas palavras do autor, portanto, “entram na disputa pelo capital”.

Arantes (2000) critica esse modelo de planejamento e contribui afirmando que as cidades só se tornarão protagonistas se forem dotadas de um plano estratégico capaz de gerar respostas aos desafios da globalização. E esses desafios passam pela competitividade entre cidades ao pretenderem se tornar “megacidades”.

Já para o Geógrafo Inglês David Harvey, em um texto sobre o a administração urbana no capitalismo tardio⁴⁹, indaga qual o real papel do gerenciamento dos grandes centros urbanos na atualidade? Segundo esse autor, deveriam os governos sustentar ou mesmo ter um papel direto na criação de novas empresas? Preservar as fontes de empregos que vão se esgotando ou simplesmente criar infraestruturas, projetos e incentivos fiscais, promover atrações culturais e sociais que remodelariam antigas formas de atividade econômica e atrairiam outras? (HARVEY, 1996).

Ainda para o autor, “o governo local hoje, assim como no passado, pode oferecer sua própria forma de ‘empresariamento’, para fazer face à enorme mudança social e econômica acarretada pela reestruturação tecnológica e industrial?”. (BLUKETT & JACKSON apud HARVEY, 1996, pp. 108 – 142).

Harvey afirma que:

Em primeiro lugar, **o novo empresariamento tem como característica a noção de “parceria público privada”**, na qual as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização dos poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego (HARVEY, 1996, p. 52, grifo nosso).

A mudança de paradigma entre o planejamento tradicional para o estratégico ocorre exatamente no período de reestruturação econômica do capitalismo. A fim de reverter o processo de decadência econômica advinda da crise econômica das grandes cidades. A matriz econômica passa do industrial para o setor terciário (NOBRE, 2000; FIX, 2001). Nesse processo, os mais beneficiados são os grandes proprietários de terras urbanas, que através do mercado imobiliário passam a comandar os rumos do crescimento das cidades.

Outros fatores que levaram ao desenvolvimento do setor terciário na nova economia global, mormente nas grandes cidades de acordo com Nobre (2000) foi a desregulamentação urbanística e os investimentos públicos no território como parte

⁴⁹ David Harvey chama de capitalismo tardio as sociedades de industrialização tardia, como o Brasil e a América Latina por exemplo.

de uma série de políticas públicas que facilitaram a explosão de um mercado voltado aos grandes empreendimentos.

Ao invés de limitar o crescimento das cidades, o Estado passou a fomentar iniciativas de desenvolvimento local em espaços diversos. Sanchez (2010) afirma que esses projetos de cidades competitivas, contudo, estão em total descompasso com as desigualdades sociais de nossa sociedade (brasileira, no caso).

A reestruturação econômica consolidada no final do século XX, portanto, é sucedida da reestruturação do espaço, ou seja, o território urbano passa por uma nova dinâmica. Sanchez (2010, p. 41) aponta que é no processo de reestruturação urbana que um novo fenômeno acontece, “a passagem do espaço mercadoria para a cidade mercadoria”.

A ideia da cidade como mercadoria emerge também de uma nova realidade urbanística, onde no atual sistema, a cidade passa a ser vendida “num mercado global”. Como exemplo podemos citar os grandes projetos de revitalização dos centros urbanos ou de regiões portuárias, voltados tanto para o setor terciário/imobiliário quanto para o turismo em grandes cidades (Puerto Madero, Battery Park, London Docklands), entre outros (NOBRE, 2000; ALLIS, 2012).

A discussão de Sanchez (2010) levada a cabo por diversos outros autores como Vainer (2000) acerca da cidade como mercadoria, ascende questões como o que se vende ao vender a cidade? (VAINER, 2000; SANCHEZ, 2010).

O foco passa a ser a imagem da cidade – ela se vende como mercadoria, cria símbolos baseados na cultura global e busca atrair investimentos. Para Vainer (2000) as novas formas de gestão urbana tratam claramente as cidades como mercadoria e também como empresas que necessitam de estratégias para serem competitivas no mercado global. A criação de símbolos remete a uma grande contradição, pois chega-se ao ponto das cidades ficarem tão parecidas que não é possível identificá-las, tudo em nome da competitividade e da atração do grande capital internacional.

Na **figura 18**, observamos a semelhança do Skyline de três grandes cidades mundiais.

Figura 18: Símbolos e características das cidades globais: (Sydney, Nova Iorque e São Paulo).
Fonte: Google imagens (2014).

Para as cidades que se pretendem globais⁵⁰, usa-se doutra estratégia advinda do universo empresarial: o chamado marketing do lugar ou city marketing. Para Heliana Vargas (1998, p.15) “o marketing do lugar é frequentemente responsabilidade do poder público, isoladamente ou em conjunto com a iniciativa privada” [...].

A responsabilidade compartilhada na criação de cidades globais quase sempre produzem símbolos ou ícones arquitetônicos e urbanísticos (MOURA, 2011). E este contexto favorece a introdução de novos objetos na paisagem das cidades.

⁵⁰ Cidades Globais ou Mundiais é um termo cunhado nas pesquisas de Saskia Sassen, após a publicação de seu livro intitulado “A cidade global” (SASSEN, 1996). Quando ao analisar as cidades de Londres, Nova Iorque e Tóquio demonstra que para competir num mercado globalizado, as cidades necessitavam de estratégias as quais garantissem vantagens para atrair empresas transnacionais e dinamizar o fluxo de capital, que se transferia do setor industrial para o que a autora chamou de “terciário avançado” da economia. A autora cita até mesmo a cidade de São Paulo em uma lista das futuras cidades globais, mas com restrições e níveis hierárquicos. Porém, não são poucos os acadêmicos que rebatem essa ideia de que São Paulo seria ou viria a ser uma cidade global. Para maiores informações Cf. FERREIRA, J.S W. **São Paulo, o mito da cidade-global: ideologia e mercado na produção da cidade**, 2003 e KOULIOUMBA S. **A Questão da Cidade Mundial: Mito ou Realidade. Um olhar a partir do Hemisfério Sul**, 2003.

Essa estratégia apresenta-se como mais uma ferramenta do planejamento urbano estratégico nas grandes cidades. Ecoam desta forma, a quantidade de cidades que investem em publicidade e ícones arquitetônicos para atrair turistas, eventos e novos negócios para seus modernos centros de convenções e hotéis luxuosos. Investe-se na concepção da imagem do lugar, e até mesmo na venda do lugar, buscando atingir benefícios econômicos através da reprodução do capital na venda e na especulação do espaço urbano.

Igualmente, as cidades e os países competem entre si para serem sede de grandes eventos mundiais, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo FIFA de Futebol, entre outros eventos, tendo na cultura global sua maior forma de expressão e nos investimentos milionários patrocinados pelo poder público e grandes empresas transnacionais.

A ideia de pertencer ao rol de cidades globais traz à tona a necessidade de readequar espaços através de grandes intervenções urbanas e criação de infraestruturas. Nessa mesma direção, Alves (2006) sinaliza que para se tornar global, as cidades necessitam passar por grandes transformações espaciais, que criam “conflitos e questionamentos” sobre o modo de se fazer tais mudanças no espaço urbano.

A autora cita a cidade de São Paulo como exemplo desse processo:

Assim, a “opção” ou o projeto à entrada ou pertencimento na rede de cidades globais implica na manutenção das desigualdades espaciais na cidade. Ao mesmo tempo criam-se discursos que tentam promover um consenso sobre as questões de modo a evitar, na medida do possível, os conflitos e questionamentos sobre as estratégias e ações ligadas às transformações no espaço da cidade desenvolvidas pelo ou com o aval do poder público. Em geral, as mudanças espaciais aparecem como obras de grande magnitude, aliadas ao discurso do quanto importante ela é para a vida dos cidadãos paulistanos, reforçando as ideias de uma São Paulo grandiosa, a mais importante do Brasil e, do ponto de vista econômico, da própria América Latina, da qual todos os cidadãos deveriam ter orgulho de pertencer. As ações, que se inserem nas estratégias de mercado, são postas como essenciais para a resolução de problemas urbanos (como congestionamentos, atração de investimentos que gerariam empregos, entre outros) e encobrem as diferenças sociais (já que se fala em uma sociedade paulistana como se fosse homogênea) e a luta pelo direito à cidade (ALVES, 2006).

É nesse sentido que o atual modelo de planejamento urbano investe em determinados espaços da cidade através da elaboração de obras de grande magnitude, como afirmou Alves, que influem na dinâmica de produção do espaço e da reprodução do capital no espaço.

Se a readequação do espaço urbano foi uma necessidade à reprodução do capital a partir da reestruturação econômica do capitalismo, o planejamento urbano estratégico surgiu para dar respostas a esse novo desafio. Assim, as grandes transformações espaciais se tornaram realidade e definem a reprodução do espaço, bem como a sua expansão nas cidades.

A elaboração de grandes projetos e a opção em sediar grandes eventos, portanto, são ferramentas que visam tornar as cidades competitivas num mercado global de cidades, e que demandam grandes investimentos. Uma dessas ferramentas são os grandes projetos urbanos e os megaeventos, que serão discutidos nos próximos subitens. Contudo, esse novo modelo que generaliza o espaço urbano como mercadoria é palco de disputas e conflitos entre os diversos atores que atuam na dinâmica socioespacial.

3.2 Grandes Projetos Urbanos.

O planejamento urbano estratégico transformou o espaço das cidades em mercadoria no processo de reestruturação do capitalismo, “na mão” dos diversos agentes sociais, principalmente dos agentes imobiliários, financeiros e dos governos locais, que utilizam de estratégias e ferramentas aplicadas ao espaço urbano para reproduzir a lógica do capital e a expansão do mercado imobiliário.

Uma dessas estratégias, pelo menos nos últimos 30 anos são os chamados Grandes Projetos Urbanos (GPUs) (LUNGO, 2007; ULTRAMARI & REZENDE, 2007; MOURA, 2011; ALLIS, 2012; CUENYA et al. 2013; OLIVEIRA & LIMA JR, 2013). Muitas vezes com caráter identitário e voltados a um pensamento único⁵¹ atrelado

⁵¹ Cf. Otília Arantes. **Uma estratégia fatal**. IN ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, 2000.

ao discurso de renovação ou requalificação urbana que aparecem como instrumento de reestruturação física de áreas em decadência ou frentes de expansão imobiliárias nas cidades.

A literatura sobre o tema é relativamente nova – o urbanismo, principalmente o acadêmico, trata do assunto com certa visão crítica enquanto os agentes sociais com interesses específicos colocam os GPUs como a grande solução para a renovação urbana e para mudar a imagem das cidades ou de fragmentos do espaço urbano.

Este subitem faz uma análise sobre o tema em referências mais contemporâneas, que contribuem para um exame em que a realidade dos grandes projetos urbanos surge da desregulamentação da legislação urbana e do planejamento estratégico de vertente neoliberal adotado pelo poder público nos últimos anos.

A reestruturação da economia mundial modificou profundamente as grandes cidades que viram seu capital industrial migrar para outras regiões em troca de novos mercados (comércio e serviços). Ou então, observou-se o crescimento do setor terciário e a criação de novas centralidades (NOBRE, 2000; FIX, 2001; ALVES, 2006), provocando deste modo, também, uma reestruturação urbana, como aconteceu em São Paulo em regiões como a Av. Nações Unidas, Água Espraiada e Nova Faria Lima, promovendo a explosão do mercado imobiliário e mudanças na dinâmica de uso e ocupação do solo nessas áreas a partir dos anos de 1990.

No processo de reestruturação do capitalismo, São Paulo que passava do capital industrial para o capital financeiro, em especial, ao crescimento exponencial do setor terciário da economia investe no espaço urbano como fonte de multiplicação do capital e de novas centralidades (ALVES, 2006).

O surgimento dos megaprojetos em São Paulo, como afirmou Mariana Fix (2001, p.116) não dependeu apenas da reestruturação econômica e do novo mercado terciário, mas para a autora, esse fenômeno “exige uma infraestrutura também avançada”, pois a cidade passa a concentrar grandes projetos em infraestrutura urbana e obras públicas, como pontes, túneis e viadutos, com maciço investimento do Estado.

Para Lungo (2007) os “macroprojetos de renovação urbana” como ele os classifica, passaram a ser tema importante no Brasil e na América Latina ultimamente, devido ao processo de globalização, da desregulamentação urbanística e das novas formas de encarar o planejamento urbano – ou seja, atrelado às novas formas de gestão pública e privada das cidades numa perspectiva global.

Ao analisar esse novo modelo de intervenção urbana, Lungo (2007, p. 293) aponta quatro características fundamentais dos grandes projetos urbanos, a ver:

- una estructura de gestión urbana que implica la asociación de varios actores públicos y privados, nacionales e internacionales;
- necesidades considerables de financiamiento que requieren formas complejas de interrelaciones entre estos actores;
- la concepción e introducción de nuevos procesos urbanos que tienen por finalidad transformar la ciudad; y
- el cuestionamiento de las perspectivas tradicionales de planificación urbana, puesto que estos proyectos tienden a sobrepasar el alcance de las normas y políticas prevalecientes.⁵²

Os grandes projetos urbanos visam à requalificação de fragmentos da cidade com o fim de renovar áreas antes em degradação ou desvalorização onde existem o interesse do mercado imobiliário, ou seja, busca-se a reinvenção das cidades voltadas para o mercado como afirmou Sanchez (2010), que transferiu para o capital-imobiliário e da construção civil a revalorização dos espaços, bem como a criação de novas centralidades e frentes de expansão urbana.

Para Cuenya (2013), os projetos urbanos de grande impacto têm como finalidade reunir aspectos culturais em sua concepção, como espaços voltados ao

⁵² Tradução: - uma estrutura de gestão urbana que envolve a associação de vários atores públicos e privados, nacionais e internacionais;

- necessidades de financiamento significativos que requerem formas complexas de interações entre esses atores;
- a concepção e introdução de novos processos urbanos que visam transformar a cidade; e
- questionar as perspectivas tradicionais de planejamento urbano, como esses projetos tendem a exceder o âmbito de normas e políticas vigentes.

lazer e ao consumo, bem como arquitetura vanguardista e com caráter tecnológico. Para a autora, a criação destes novos espaços, revalorizam as antigas áreas industriais e portuárias, margem de rios e ferrovias que repousavam em extrema decadência.

Como exemplo, podemos citar mais uma vez, as renovações urbanas ocorridas em Nova Iorque (Battery Park); Londres (London Docklands); Buenos Aires (Puerto Madero), que para Vainer (2013) nos dois primeiros, estaria a gênese dos grandes projetos de renovação urbana.

Os grandes projetos urbanos aparecem como realidade concreta nas agendas públicas de grandes cidades, Vainer (2013) afirma que, todavia, há uma grande lacuna entre a teoria e a prática no planejamento urbano. Nesse sentido, completa que os GPUs já produziram muitas intervenções urbanas, porém, o autor pergunta quais os efeitos estas intervenções urbanas têm sobre as nossas cidades? Lungo (apud Vainer, 2013, p. 140) aponta que “es necesario profundizar en el análisis de estos impactos, apoyándose en el estudio de casos concretos”⁵³.

Assim, tomando como exemplo os grandes projetos de intervenção urbana que ocorreram na cidade de São Paulo, observamos que os GPUs apareceram a partir da década de 1990 na forma das Operações Urbanas Consorciadas (OUC)⁵⁴.

A primeira Operação Urbana a ser aprovada na cidade de São Paulo, como apresentou Fix (2013) foi a Operação Urbana Anhangabaú, na Gestão da Prefeita Luiza Erundina (1988-1992), que depois se transformou em Operação Urbana Centro. Desde então, outras OUCs foram aprovadas na cidade de São Paulo (Faria Lima, Água Espraiada, Água Branca) além de mais, três novas operações (Lapa-Brás, Mooca-Vila Carioca e Rio Verde-Jacú).

Ao analisar as Operações Urbanas Consorciadas, Fix (2013) aponta que na medida em os “problemas urbanos” cresciam sem soluções para resolvê-los, e

⁵³ **Tradução:** “Para responder é necessário aprofundar a análise destes impactos, apoiando-se em estudos de casos mais concretos”.

⁵⁴ As Operações Urbanas Consorciadas são instituídas através de projeto de lei específico municipal, é regulamentada através do Estatuto das Cidades Lei 10.257/2001 que em seu art. 32 § 1º “Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”.

devido à imensa insatisfação do mercado imobiliário com as diretrizes do zoneamento urbano, deram origem a propostas mais localizadas, voltadas ao desenvolvimento de certos eixos da cidade. Onde as OUCs promoveram a **“abertura de novas fronteiras urbanas”** (FIX, 2013, p. 247, grifo nosso).

Nesse sentido, a autora lembra que duas operações urbanas (Faria Lima e Água Espraiada) estavam localizadas no perímetro de eixo de expansão do setor de negócios da região sudoeste da capital, quando nesta mesma época o mercado imobiliário realizava o lançamento de inúmeros empreendimentos imobiliários de alta classe que remetiam a uma ideologia de imagem globalizada para a região.

É importante ressaltar que a essência das OUCs está fincada na parceria público-privada. Entretanto, num primeiro momento, o Estado atua como âncora segundo Fix (2013). Ainda para a autora, “os projetos de operações urbanas geralmente incluem importante investimento do Estado para criar uma perspectiva de valorização atraente para os investidores privados” (FIX, 2013, p. 248).

O principal desacordo desse novo modelo de gestão das cidades repousa na crítica de alguns autores (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000), onde a ideologia do plano e a transformação de fragmentos da cidade beneficiam somente o capital privado, enquanto o resto da cidade sufoca com grandes entraves urbanísticos. Assim, como declara Maricato (2000) ao dizer que no planejamento urbano recente “as ideias estão fora do lugar e o lugar fora das ideias⁵⁵”.

“A fórmula mágica⁵⁶”, portanto, para garantir a eficiência dos grandes projetos urbanos é a parceria entre o poder público e os interesses privados. Fix (2001, p. 71) aponta que a “parceria” é uma justificativa na qual o Estado não teria condições de assumir grandes obras urbanas e adota um papel de “promotor” (normativo, regulador, indutor) para os agentes do setor privado.

⁵⁵ A autora credita a frase a Francisco de Oliveira, que por sua vez utilizou do ensaio de Roberto Schwartz intitulado “as ideias fora do lugar”, que é uma reflexão importante sobre a sociedade brasileira para definir as ideias da autora sobre o planejamento e a legislação urbana no Brasil. (MARICATO, 2000, p. 121).

⁵⁶ Cf. Mariana Fix. **Parceiros da exclusão**: Duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada, São Paulo. Boitempo, 2001.

Ainda para Fix (2001), os megaprojetos demandam também um grande investimento em infraestrutura urbana. Os projetos de expansão urbana necessitam de diversas obras públicas mais eficientes.

Todavia, no processo de elaboração e construção desses grandes projetos, a aliança entre o poder público e a iniciativa privada, assim como observou Fix (2001) exclui a sociedade civil e os afetados diretamente pelas obras e pelas consequências destes grandes projetos.

Em seu livro, Fix demonstra como essa parceria não inclui e provoca a violação dos direitos humanos das pessoas atingidas por grandes projetos urbanos quando o Estado e o setor privado são os “parceiros da exclusão” no processo de transformação do espaço urbano. Portanto, a exclusão e a segregação social advinda desse modelo de administração urbana são, na medida em que os grandes projetos fomentam o desenvolvimento econômico de determinadas áreas o grande ônus desse processo (FIX, 2001).

Por outro lado, Lungo (2007) aponta o que deveria acontecer na elaboração dos grandes projetos urbanos:

Un asunto clave con respecto al uso del espacio público generado por estos proyectos es evitar la segregación espacial y humana. Es indispensable prestar mucha atención para proteger a los habitantes de las zonas donde se desarrollan macroproyectos urbanos contra las consecuencias negativas de la regeneración urbana. Sin duda alguna éste es uno de los aspectos más difíciles de los grandes proyectos urbanos. (LUNGO, 2007, p. 296).⁵⁷

O autor refere-se a uma ideia inserida no discurso oficial do poder público, enquanto agente facilitador do desenvolvimento em que todos se “beneficiarão” do resultado dos grandes projetos urbanos.

Por outro lado, ao desenvolver projetos de requalificação urbana, a dinâmica desse processo exclui aos poucos o “lado mais fraco”, que normalmente não suporta a pressão do mercado e são expulsos de suas residências ou locais onde

⁵⁷ Tradução: Uma questão fundamental em relação ao uso do espaço público gerado por esses projetos é evitar a segregação humana e espacial. É essencial prestar atenção para proteger os habitantes das áreas onde são desenvolvidos projetos urbanos contra as consequências negativas da regeneração urbana. Sem dúvida este é um dos aspectos mais difíceis de grandes projetos urbanos.

reproduzem sua vida cotidiana por força de desapropriações e ou pressões por parte dos agentes interessados no valor de troca do espaço urbano.

Esse processo pode ser entendido como gentrificação,⁵⁸ elitização ou aburguesamento do território, que aos poucos substitui a população local por outra de uma classe social maior – expulsando enfim, os mais pobres.

Nessa direção, fazem sentido as palavras de Arantes (2000, p. 31), quando fica claro que os projetos urbanos e “o planejamento dito estratégico pode ser mais do que um outro eufemismo para gentrificação”. Sanchez (2010, p. 63) contribui para o debate afirmando que o rumo das políticas urbanas no Brasil está em desacerto com as questões mais emergentes da sociedade, e afirma que “o planejamento urbano e as práticas espaciais orientadas à reestruturação do espaço das cidades definitivamente não têm a desigualdade social como questão central”.

Outro aspecto a ser considerado pelos grandes projetos de reestruturação urbana é a valorização imobiliária, que é intrínseca à realização de megaprojetos e estão alinhadas às políticas de expansão urbana promovidas pelo poder público em parceria com a iniciativa privada.

Para Vainer (2013, p. 159) “tudo indica que os projetos quase sempre deflagram processos de geração de mais-valia imobiliárias, apropriadas, via de regra pelos proprietários e/ou promotores”. Dito isto, Compreendemos que o planejamento urbano das grandes cidades ao longo do processo de reestruturação da economia capitalista se tornou um grande negócio urbano.

Enquanto as ações desses agentes produzem uma cidade planejada em fragmentos, o Estado capitalista fornece condições para a reprodução do capital ao investir nesses grandiosos projetos urbanos, ao passo que as condições de vida de grande maioria da população, principalmente as das periferias que convivem com os velhos problemas advindos do processo de urbanização continuam sem solução.

⁵⁸ Gentrificação foi um termo empregado por Smith (1996) para designar a percebida expulsão dos habitantes de determinada região através da valorização dos espaços pelos diversos agentes econômicos que deles se beneficiam. Sanchez (2010, p. 61) explica que “gentrificação dos espaços é um processo de reapropriação deles pelo mercado através de operações urbanas que lhes conferem novo valor econômico e simbólico, geralmente orientado ao consumo – residencial ou de serviços – das camadas médias. Apesar de apresentados, para fins mercadológicos, como espaços “revitalizados”, são espaços onde a população original vivencia a “revitalização” como processo que gera a expulsão e apartação social”.

A atuação dos agentes sociais continua a reproduzir um espaço desigual, já que estes projetos, repetindo a fala de Arantes (2000), possuem um caráter “identitário” e “tentam” reproduzir uma cidade global, ao passo que esconde suas mazelas mais evidentes.

Em São Paulo, na medida em que os grandes projetos urbanos, as operações urbanas e outras políticas públicas voltadas à gestão estratégica do território se tornaram realidade, a valorização e a criação de novas centralidades tornou-se uma regra neste processo.

As Operações Urbanas Consorciadas Água Espraiada e Faria Lima aos olhos do Estado e dos promotores imobiliários foram um sucesso. O chamado quadrante sudoeste ou o mais novo no centro da cidade foi marcado pela expansão de uma nova fronteira urbana (FIX, 2001). Contudo, o sucesso dessas operações urbanas veio ao custo da exclusão social de milhares de famílias que moravam nessas regiões (FIX, 2001).

Outras operações urbanas estão em curso em São Paulo e provocam o mesmo debate sobre as consequências de sua implantação. Como é o caso das Operações Urbanas Água Branca e Mooca-Vila Carioca, que tem como similaridade estarem localizadas nas regiões de várzea e do leito das ferrovias e antigas áreas industriais de São Paulo caracterizadas como “decadentes” e que, portanto necessitam de planos para se “renovarem”?

A crítica se baseia no fato de que o poder público e a iniciativa privada “escolhem” fragmentos do espaço e nele desenvolvem seus planos. Pois identifica no território áreas onde o capital tem elementos suficientes para se reproduzir, e nesse sentido, produzir um novo espaço sobre o que foi determinado “decadente” ou onde há a necessidade de projetos de requalificação urbana. Mas que na verdade se tornam frentes de expansão do capital imobiliário gerando a mais-valia do solo urbano (CUENYA et al, 2013).

Portanto, os projetos urbanos, numa perspectiva contemporânea de acordo com Allis (2012) orientam a administração das cidades atualmente, em contrapartida do planejamento urbano para a cidade como um todo. E ainda, o autor reafirma que

os GPUs derivam da reestruturação do capitalismo, sendo assim, capturam fragmentos da cidade e os transformam para atender interesses específicos.

A fim de organizar uma caracterização dos grandes projetos urbanos, Sanchez et al (2013) e Oliveira & Lima Jr. (2013) analisam a multiplicidade de dimensões existentes na elaboração destes projetos, sendo estas totalmente relacionadas às estratégias e parcerias entre o capital privado e o Estado aplicadas ao espaço urbano.

Para os autores, as dimensões são: política; institucional; simbólica; arquitetônico-urbanística; fundiária; socioambiental e econômico-financeira (SANCHEZ et al, 2013; OLIVEIRA & LIMA JR, 2013), que serão analisadas a seguir:

A dimensão política dos grandes projetos urbanos reconhece o contexto no qual são realizados tais projetos (como grandes legados para as cidades) atrelados aos governantes que buscam “deixar uma marca” ou relacionar a “imagem de sua gestão” a esses projetos. Também, como afirmaram Oliveira & Lima Jr. (2013, p. 178) “os projetos representam momentos de afirmação da importância da articulação de capitais privados com a administração pública no processo de desenvolvimento urbano”. Outra característica apontada por Sanchez et al (2013) são os movimentos de resistência contra a elaboração de grandes projetos por parte dos afetados por esse modelo de desenvolvimento urbano.

A dimensão institucional dos grandes projetos urbanos para Oliveira & Lima Jr. (2013) se dão pelo processo de reafirmação do Estado e da iniciativa privada como “parceiros” na elaboração de “novos instrumentos urbanísticos e arranjos institucionais”. Para os autores, “o Estado é o principal motor e fiador de todos os processos, evidentemente em articulação com os setores da sociedade que lhes dão suporte” (OLIVEIRA & LIMA JR, 2013, p. 179).

Assim como para Sanchez et al (2013, p. 193) a dimensão institucional “investiga os processos decisórios, os atores e os modos de operação e implementação do projeto (formação de parcerias, inserção de novos dispositivos legais e institucionais), [...] e disputas (políticas, econômicas, simbólicas) nas diversas escalas”.

A dimensão simbólica também possui aspectos vinculados às motivações dos projetos, além de “criar” um marco ou símbolo que cause algum tipo de impacto (SANCHEZ et al, 2013). Igualmente, são estratégias de marketing urbano, voltadas à afirmação política ou de recuperação econômica de determinados lugares (OLIVEIRA & LIMA JR, 2013).

Assim como o simbólico, a dimensão arquitetônico-urbanística é um aspecto de extrema relevância em grandes projetos urbanos. E exemplos não são raros no Brasil e no mundo, como a criação de museus, grandes obras de renomados arquitetos e equipamentos normalmente culturais voltados ao lazer. Do mesmo modo que não obstante, às vezes, são intervenções descaracterizadas do urbano local e que a partir delas, propõem-se grandes reestruturações urbanas (OLIVEIRA & LIMA JR, 2013). Ou como aponta Sanchez et al (2013, p. 193), quando a criação de grandes marcos arquitetônicos e urbanísticos estão diretamente ligados às “áreas de especial interesse urbanístico”. Onde exista a possibilidade de reestruturação ou readequação do espaço urbano, pois incluem a participação dos diversos atores na concepção dos projetos.

A dimensão fundiária tem como objetivo, em síntese, segundo Sanchez et al (2013, p.193) “verificar as mais-valias fundiário/imobiliária e a existência ou não de instrumentos para a sua captura, e os impactos na dinâmica imobiliária com a evolução dos preços nas regiões afetadas [...]”. Outro aspecto de acordo com os autores é a transformação na estrutura urbana das regiões afetadas por grandes projetos urbanos que normalmente acontecem em regiões de expansão da cidade.

A dimensão Socioambiental de acordo com Sanchez et al (2013, p. 193) “aborda, sobretudo aspectos relativos ao acesso social e controle público dos equipamentos, à implantação da chamada Agenda Social e a avaliação de impactos sócio-ambientais”. Porém, Oliveira & Lima Jr. (2013) afirmam que no Brasil, não se dá a importância devida aos impactos socioambientais na implantação de grandes projetos urbanos.

Por último, os autores supracitados nessa parte atribuem à dimensão econômico-financeira a responsabilidade dos atores públicos e privados em relação aos investimentos. Mas, os grandes projetos urbanos usualmente são financiados com recursos públicos, na medida em que cabe uma crítica a esse modelo, pois

segundo Oliveira & Lima Jr (2013, p. 184-185) “enquanto os custos são distribuídos por toda a população, os benefícios dos investimentos públicos favorecem mais claramente os proprietários e promotores imobiliários do que o poder público e a população local”.

Ao analisar todas essas dimensões acerca dos grandes projetos urbanos, podemos concluir de antemão que tais projetos de grande magnitude são práticas de gestão estratégica do espaço urbano, que geram mais valias imobiliárias, processos de revalorização de espaços e possuem características simbólicas e arquitetônico-urbanísticas, que, normalmente se desenrolam na forma de criação de infraestruturas e equipamentos urbanísticos. Que, todavia, assim como conclui Moura (2011, p. 10) “as práticas recentes das grandes intervenções provocam rupturas, conflitos e impactos territoriais, sociais, políticos, econômicos e ambientais”.

E não são apenas os grandes projetos urbanos que provocam essa dinâmica socioespacial, pois, dentre as estratégias e parcerias do Estado com o capital privado estão os megaeventos como outra importante ferramenta de transformação dos espaços nas cidades e que por suas características demandam a criação de grandes intervenções no espaço. Desde o sucesso do “modelo Barcelona” (SANCHEZ, 2010), os megaeventos, principalmente os esportivos têm se tornando importantes estratégias de transformação espacial.

Moura (2011) reafirma esta condição, pois, como suporte aos megaeventos, os grandes projetos e intervenções são propostas visando adequar a infraestrutura das cidades por exigência das entidades organizadoras.

Em 2007, o Brasil foi eleito para realizar a Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014, e logo depois, após algumas tentativas, a cidade do Rio de Janeiro sediará as Olimpíadas em 2016. Tais acontecimentos promoveram a especulação sobre o espaço urbano e o surgimento de grandes projetos para as cidades sede, em termos gerais, estes megaventos necessitam criar estruturas urbanas necessárias para sua plena realização e para satisfazer interesses específicos, além dos equipamentos esportivos.

Vainer (2013) sinaliza que os megaeventos e as mudanças no espaço remetem ao maciço investimento público na construção de equipamentos esportivos e infraestrutura necessária para a realização desses megaeventos. Os megaeventos como estratégia de marketing das cidades institui a necessidade de reformular políticas urbanas e criar vias para que grandes projetos entrem na agenda pública a fim de criar condições para sua realização, como é no caso da Copa do Mundo FIFA de futebol e das Olimpíadas.

Nesse sentido, para contribuir para a análise dos grandes projetos urbanos, suas relações e contradições no processo de produção e reprodução do espaço urbano, o próximo subitem investe em algumas considerações sobre o que são e o que representam os megaeventos atualmente; e para que posteriormente apresentemos as mudanças socioespaciais em Itaquera advindas dos grandes projetos urbanos e do megaevento copa do mundo.

3.3 Megaeventos.

Antes de iniciar este subitem, algumas considerações deverão ser feitas: Primeiro, megaevento é um tema muito amplo e pode ser estudado por diversas áreas do conhecimento; como economia, administração, turismo, áreas ligadas aos esportes e ao lazer, entre outras. Todavia, no que tange aos objetivos desta pesquisa, trataremos dos megaeventos como uma escolha do poder público que está atrelada ao planejamento urbano estratégico das cidades, a fim de dar cabo aos temas relacionados a este capítulo.

Segundo, os megaeventos, sob a ótica desta pesquisa, estão atrelados à elaboração de grandes projetos urbanos, pois a área de estudo proposta por este trabalho inclui além de um projeto urbano (Polo Institucional Itaquera) a construção do estádio de futebol para a realização da Copa do Mundo FIFA em 2014 e toda estrutura necessária para sua plena realização.

Nestas circunstâncias, podemos inferir de antemão um questionamento: Quais são as relações da escolha do local para sediar os jogos da copa do mundo com o surgimento de um grande projeto urbano na região de Itaquera?

A ideia de um grande projeto urbano na região de Itaquera existe há muito tempo; no Plano de Desenvolvimento Estratégico de Itaquera, que era parte do Plano Diretor do município em 2002 e as propostas da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú já continham este projeto, mas até a indicação de que a Copa do Mundo FIFA 2014 seria em Itaquera, ele não havia saído do papel.

Os megaeventos, principalmente os esportivos, talvez desde o “sucesso” das Olimpíadas de Barcelona em 1992, detêm uma forte imagem vinculada aos legados urbanos que deixam para as cidades ou para os países-sede destas competições multi-esportivas, além das receitas geradas por um efeito multiplicador na economia, tanto nos anos pré e pós-evento, quanto durante a sua realização, que atraem milhares de visitantes e turistas para os locais de competição.

Para uma análise geral do que são, e representam os megaeventos para as comunidades receptoras, o governo federal brasileiro lançou uma publicação denominada legados dos megaeventos esportivos (2008) com intuito de demonstrar as benesses e o grande negócio que era a realização de um megaevento no País.

Para definições básicas do que são esses grandes eventos, um artigo existente nessa publicação, sobre o desenvolvimento urbano em sedes de megaeventos esportivos. Reader (2008) aponta que estes são estratégias das cidades em busca de grandes investimentos, principalmente em grandes obras estruturais. São também de grande repercussão internacional, remetendo às cidades e países-sede a imagem de um destino qualificado, para turistas e para negócios transnacionais.

Reader (2008) faz uma breve síntese das principais características dos megaeventos:

A promoção de eventos tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelas cidades na busca de maior atração de financiamentos e investimentos. Tais eventos podem ser de diferentes naturezas, organizados por distintos atores e instituições que desempenham as mais diversas atividades na sociedade. Há uma predileção especial dos gestores empreendedores pelos eventos com repercussão internacional, uma vez que poderão conferir uma imagem mais qualificada para a cidade sede. Além disso, os eventos internacionais podem significar a circulação de turistas com alto poder aquisitivo, dispostos a consumir os serviços e bens comercializados localmente. Para abrigar estes eventos a cidade sede deve apresentar alguns equipamentos diretamente relacionados com o evento em si, como centro de convenções e hotéis, além de amenidades culturais e uma adequada infraestrutura de transporte que permita o deslocamento dos participantes da competição (READER, 2008, p. 201).

Na fala do autor, que também reflete o discurso oficial do governo federal brasileiro sobre a “importância” dos megaeventos para o desenvolvimento do País, é possível identificar, portanto, o viés econômico no conteúdo dos megaeventos. Chamado de estratégia de megaeventos (READER, 2008), as cidades assim como “batalham” para atrair empresas transnacionais e mudar a imagem através da criação de símbolos e marcos arquitetônicos na paisagem, concorrem entre si a fim de realizar esses megaeventos esportivos, que durante muitos anos antes da sua realização investem na sua transformação espacial, ou seja, investem em grandes projetos urbanos.

A transformação espacial se dá pela criação de infraestrutura e equipamentos que dependem de muito capital, mormente arcados pelo poder público e que beneficiam centenas de empresas que também concorrem para patrocinar tal evento global.

No entendimento de Reader (2008), vincular a imagem da cidade a um megaevento como as Olimpíadas ou a Copa do Mundo FIFA de futebol tem um caráter simbólico muito abrangente, e isso justifica a acirrada competição entre as cidades e países para receber esses eventos.

Em que pese que os megaeventos sejam normalmente vinculados aos legados (urbanos, sociais e econômicos) por seus defensores, as entidades organizadoras desses grandes eventos nunca prometeram legados para as cidades

que os recebem. Ou seja, o discurso dos legados aparece somente na fala do poder público, da mídia e dos maiores interessados, que são as grandes empreiteiras, o mercado imobiliário e os patrocinadores.

Sobre o legado dos megaeventos esportivos, Reader (2008) diz que o discurso de que os impactos dos megaeventos esportivos podem ser de certa forma contraditórios para a vida social das cidades, trazendo ao mesmo tempo benefícios à população e problemas como a gentrificação do território.

Nessa mesma direção, expõe uma ideia interessante sobre os impactos dos megaeventos – onde estes só podem ser medidos com resultados concretos, talvez, anos depois de sua realização, pois:

A produção destes impactos terá uma relação direta com a própria conformação do legado, sendo esta sim, a única fase que extrapola a temporalidade dos Jogos e se consolida como permanência tangível ou mesmo intangível no território (READER, 2008, p. 205).

Por outro lado, segundo Law (1993), o termo megaevento refere-se a grandes eventos que possuem apelo e importância mundial, e têm impactos diretos sobre a imagem da cidade que os recebem. Ritchie (2000, p. 156) completa dizendo que as características que definem os megaventos estão atreladas ao “seu reduzido tempo de duração e em seu objetivo principal de aumentar o conhecimento, a imagem e a economia da cidade receptora num curto espaço de tempo ou em ações duradouras” (tradução livre).

A luz das definições, Maurice Roche (2000, p.1) afirma que os megaeventos são “eventos de larga escala cultural, incluindo comerciais e esportivos, com uma característica dramática, grande apelo popular e significância internacional”. (Tradução livre).

A ideia dos legados dos megaeventos, de acordo com Gusmão (2012) podem ser tangíveis ou intangíveis. Para a autora, os legados tangíveis se referem ao montante de recursos investidos pelo poder público e pela iniciativa privada nas cidades-sede, **que se convertem em instalações esportivas e reestruturação urbana**, além de envolver diversas áreas da economia local (GUSMÃO, 2012, grifo nosso).

Já os legados intangíveis, dizem respeito ao marketing do lugar e a imagem da cidade, bem como ao orgulho de seus habitantes. Também considera o aumento de turistas em função da projeção internacional que o país alcança na mídia, e efeitos educativos, tanto para o esporte em si quanto para o aprendizado na organização de um megaevento (GUSMÃO, 2012).

Outros tantos fatores são essenciais para compreender os megaeventos, mas no caso brasileiro, a euforia do momento da escolha do país para sediar a Copa do Mundo FIFA em 2014 e as Olimpíadas em 2016 foi rapidamente superada por outras questões, como o estrondoso orçamento, em grande parte arcado com recursos públicos e as constantes violações de direitos humanos (DOSSIÊ, 2014).

A arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik, em seu mandato como relatora da ONU (Organização das Nações Unidas) para a moradia adequada denunciou em parte de seu relatório as violações de direitos humanos na realização de megaeventos esportivos, principalmente nos casos da China, Londres e África do Sul.

No relatório da ONU (2009), a autora cita exemplos destas violações, essencialmente em relação à questão da moradia, como a grande quantidade de despejos para a construção de instalações esportivas, as remoções forçadas e o reassentamento de milhares de pessoas para a construção de infraestruturas necessárias para a realização destes eventos. Relembrando que os megaeventos demandam a criação de grandes estruturas urbanas como parte das exigências das entidades organizadoras. Na China, por exemplo, estima-se que cerca de 1,5 milhão de pessoas tenham sido removidas de suas casas para dar lugar às diversas estruturas das Olimpíadas de 2008 (RELATÓRIO ONU, 2009).

A questão das remoções forçadas ou não, perpassam por um fator muito maior, que é a valorização imobiliária dessas regiões. Pois, verificamos que é justamente nesse processo, que os megaeventos, a elaboração de projetos urbanos e a expansão do setor imobiliário se relacionam.

Ferreira (2014, p. 10) diz que na realidade, por trás das grandes expectativas desses eventos, o que ajuda a transformá-los “em minas de ouro, são as obras que os alavancam”. E o grande fluxo de capital internacional envolvido, para Maricato

(2014) aprofunda a desigualdade urbana e a segregação socioeconômica. Para a autora, com os megaeventos e a construção de equipamentos esportivos, estruturam-se diversos negócios voltados aos mercados da construção civil e imobiliário, na medida em que tais negócios, normalmente, não são prioritários para as cidades.

Um estudo feito pelo Observatório das Metrôpoles da Universidade de Brasília (apud DE PAULA, 2014) conclui que os megaeventos,

de um modo geral, rendem votos para alguns, aquecem a economia por alguns tempos, trazem lucros para as empreiteiras, o negócio de esportes e para empresas do setor turístico, mas podem deixar equipamentos abandonados ou subutilizados, **desencadeiam especulação imobiliária, exclusão e remoção de muitos que não possuem condições para enfrentar a alta dos preços nos locais que ocupavam anteriormente ou que, embora a conta seja paga por todos, atrapalham com sua presença, a realização de obras previstas** (UNB apud DE PAULA, 2014, grifo nosso).

Nesse sentido, entendemos que a questão imobiliária aparece com forte apelo na realização de megaeventos, e como escreveu Ferreira (2014) trata-se de um “teatro milionário” onde capitais internacionais, marketing urbano e o urbanismo do espetáculo demonstra quem são os verdadeiros ganhadores na realização dos megaeventos.

Outra característica dos megaeventos, de suma importância para compreender essa questão é o chamado Estado de Exceção⁵⁹. Pois, durante o período das competições esportivas, um perímetro pré-determinado é literalmente entregue às entidades organizadoras e para isso, leis são descumpridas, criadas e ou alteradas para satisfazer as necessidades dos mais interessados causando normalmente desacordos com a legislação vigente.

Para o jurista Jorge Luiz Souto Maior (2014, p. 35) esses acordos, “com propósitos econômicos e políticos, mascarados de ‘felicidade do povo’ implicou a suspensão da vigência de normas constitucionais”. Um dos principais exemplos desse estado de exceção foi a Lei Geral da Copa (LGC) N. 12.663/2012. Souto

⁵⁹ Cf. AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**, São Paulo. Boitempo, 2004.

Maior ainda aponta que na referida lei, o artigo 11 cria a “rua exclusiva” para a FIFA e seus parceiros, entre outras medidas que “atropelam” leis soberanas.

Portanto, considera-se que os megaeventos, partem de determinadas escolhas políticas voltadas ao discurso do desenvolvimento econômico e dos legados ao país ou das cidades receptoras, e estão atrelados a ideia de uma imagem positiva e qualificada das cidades, similares aos grandes projetos urbanos, tema abordado no início deste capítulo, em que ambos influem na dinâmica espacial, na produção e reprodução dos espaços nas cidades e até mesmo na modificação de leis estabelecidas.

Esta síntese dos megaeventos, o que são e o que representam, demonstra que para a sua realização, é necessário investir em infraestrutura, tanto nos equipamentos esportivos quanto no que diz respeito ao acesso a esses equipamentos. É nesse contexto que os megaeventos e os grandes projetos urbanos se relacionam, e tem no poder público o seu maior parceiro e a iniciativa privada como maior beneficiária.

Em 2010, o início das obras de construção do estádio de futebol “Itaquero” e a consequente escolha do bairro de Itaquera para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 imprimiu para a região uma nova dinâmica socioespacial. As obras para o megaevento e a instituição de um grande projeto urbano denominado Polo Institucional Itaquera conferiram um novo momento a Itaquera.

Esta característica pode ser traduzida numa das principais preocupações deste trabalho – que é a realização do megaevento e a elaboração de um grande projeto urbano em uma região de periferia? Visto que tais investimentos se tornam contraditórios na medida em que diversos problemas urbanos e sociais são parte da situação encontrada em Itaquera.

Capítulo 4

As intervenções em Itaquera: Rearranjos e mudanças socioespaciais.

“As ruas de São Paulo não envelhecem. Não têm tempo de envelhecer [...] Aqui as casas vivem menos do que os homens”.

Alcântara Machado (1943)⁶⁰.

4.1 Projetos urbanos na periferia.

Este quarto e último capítulo apresenta as atuais intervenções no espaço urbano de Itaquera e suas dinâmicas socioespaciais. Primeiramente, traz uma breve análise sobre a extinta Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú. Num segundo momento, apresenta o projeto do Polo Institucional Itaquera e as obras para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Por fim, analisa as mudanças socioespaciais em Itaquera e suas consequências para essa região periférica da cidade de São Paulo.

Segundo Mautner (2010) a periferia é um lugar socialmente segregado, todavia, em constante mutação. Na periferia, o processo de urbanização produziu e reproduziu um espaço desigual. E atualmente, na medida em que a cidade avança sobre o território, velhas periferias são incorporadas à cidade, ou como sintetizou a mesma autora, “incorporadas ao capital”.

Observamos que nos últimos anos a consolidação dos bairros do chamado centro expandido da cidade e o “boom” imobiliário através dos programas de financiamento da casa própria e do crescimento vertiginoso do setor imobiliário fez surgir na periferia um processo de verticalização e ocupação do espaço por novos empreendimentos, e não somente voltados às classes mais baixas.

⁶⁰ Citado por SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada**. O caso de São Paulo. São Paulo, Edusp, 2009.

Mautner (2010) afirma que na periferia ainda é possível encontrar grandes espaços inabitados, que apesar de vetado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, aguardaram décadas para se valorizar e a “nova fronteira de expansão do capital imobiliário” encontra no espaço das periferias maneiras apropriadas para especular e se reproduzir.

No movimento de reprodução do capital no espaço, a ação dos diversos agentes sociais é determinante nesse processo. Todavia, existe uma contradição advinda desse processo, que é o papel do Estado em dar condições favoráveis ao capital privado através da elaboração de infraestrutura urbana, em sua maioria viária e de mobilidade para que estes novos empreendimentos se tornem viáveis e atrativos, onde o maior exemplo se dá na parceria público-privada.

No final do segundo capítulo, foram mencionadas algumas obras de infraestruturas e dos projetos urbanos realizados em Itaquera. Nos últimos anos destacam-se a construção do terminal e garagem do metropolitano em 1989, a nova Radial, que substitui os trilhos da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), a construção da Avenida Jacú-Pêssego, uma grande estrutura viária que liga a região do ABC à Rodovia Ayrton Senna e a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú.

Retoma-se neste momento, a discussão acerca das Operações Urbanas Consorciadas, especificamente a Rio Verde-Jacú. Apesar de não ser o objeto deste trabalho, a operação urbana aprovada pela Lei nº 13.872 de 12 de julho de 2004, já mencionava a instituição de um polo de desenvolvimento em Itaquera. A ver:

A par dessas ações, com base nas diretrizes de desenvolvimento urbano constantes do Plano Diretor Estratégico – PDE, **para reestruturação e requalificação da porção leste do município, a Administração Municipal vem amadurecendo outras proposições e intervenções na Zona Leste do Município, como a proposta do Polo Institucional junto à Estação Itaquera do Metrô e a proposta para a reestruturação do Polo Econômico Leste.** Com estas iniciativas, o caráter regional de Itaquera é consolidado como centro polarizador (catalisador ou irradiador) dos investimentos públicos na região para reestruturação urbana a ser empreendida e amplifica os efeitos destas ações para as Subprefeituras do entorno. (LEI 13.872/2004, grifo nosso).

As justificativas do poder público para a operação urbana⁶¹ estavam relacionados com a problemática da falta de empregos na região e os baixos índices de desenvolvimento econômico e social de Itaquera e região. E o fato de que isso provocava o deslocamento de milhares de pessoas em direção à região central diariamente, sendo caracterizada como um “bairro dormitório” (LEI 13.872/2004).

A OUC Rio Verde-Jacú foi a primeira operação urbana localizada na periferia da cidade e o próprio texto reconhecia as dificuldades de sua implementação.

Dentre as Operações Urbanas vigentes no município é a que apresenta maiores desafios; tanto pelas características da região que se pretende transformar e amplitude de seu perímetro, como por sua estratégia de combinar um plano de desenvolvimento econômico e social às propostas de transformações estruturais em seu território (LEI 13.872/2004).

A **figura 19** representa o perímetro de influência da OUC Rio-Verde-Jacú que tinha como centralidade a região de Itaquera e daí se estende por uma faixa Norte-Sul, desde a divisa de Guarulhos e do Parque Ecológico do Tiête (PET) até a o Distrito de São Mateus, divisa com Mauá e Santo André. Na imagem, podemos verificar uma grande via estruturada no sentido Norte-Sul; a Avenida Jacú-Pêssego, construída no final da década de noventa contida num planejamento que cumpria os objetivos do PDE e que visava a reestruturação urbana da região leste, e um círculo que representa o bairro de Itaquera. Onde também podemos observar a existência de grandes áreas desocupadas que, do ponto de vista imobiliário são grandes indutoras do desenvolvimento fundiário das chamadas avenidas imobiliárias como é o caso da Avenida Jacú-Pessêgo (MAYER, 2004).

A Avenida Jacú-Pêssego atraiu algumas indústrias e empresas, principalmente do setor logístico, mas nunca se tornou um polo de atração de empregos e investimentos, mesmo com a operação urbana. Mas ainda hoje a região é tida como uma Zona predominantemente industrial e de desenvolvimento econômico (Zona de expansão econômica).

⁶¹ A OUC Rio Verde-Jacú cumpria os objetivos do PDE (Plano Diretor Estratégico) instaurado pela Lei (Lei n. 13.430, de 13 de setembro de 2002), dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras de Itaquera, São Miguel Paulista e São Mateus (Lei n. 13.885, de 2004 – Parte II), e as disposições do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001).

Figura 19: Abrangência OUC Rio Verde-Jacú.
Fonte: PMSP (2014).

No texto da lei, encontram-se outros objetivos e justificativas para a implementação da OUC, segundo um dos dispositivos da lei, a OUC é parte de um projeto de desenvolvimento da Zona Leste do município. E busca atrair investimentos econômicos para a região, em especial indústrias e serviços destinados à capacitação e formação profissional, **e gerando condições futuras para atrair o mercado imobiliário** (LEI 13.872/2004, grifo nosso).

No entanto, a OUC Rio Verde-Jacú trouxe resultados pouco significativos para a região. E em 2014 foi extinta, muito atrelado à elaboração do novo plano diretor do município⁶² que coloca o perímetro da operação em uma macroárea de estruturação urbana. Ou seja, a OUC não existe mais, porém os objetivos para a região continuam os mesmos. Principalmente com as propostas do Arco do Futuro⁶³, contidas no novo Plano Diretor Estratégico (2014).

A questão acerca do desenvolvimento econômico da Zona Leste e de Itaquera voltaram à tona a partir de 2010, quando da possibilidade de Itaquera sediar jogos da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Nesse momento, o poder público e a iniciativa privada, principalmente o setor imobiliário e da construção civil observaram a oportunidade de levar a frente tal projeto. Com a construção do estádio e com as “obras de melhoria” prometidas pelo poder público, a região passou por uma grande transformação. Que foi a instituição do Polo Institucional Itaquera, uma série de intervenções na estrutura viária do distrito e a possibilidade de construção de equipamentos públicos e privados.

O momento da realização desta pesquisa e o recorte temporal (2010 – 2014) possibilitou acompanhar as transformações em Itaquera quase que em tempo real, bem como a instituição de novos planos e projetos para a região elaborados pelo poder público, como o plano diretor e a nova lei de zoneamento.

No que tange ao zoneamento e aos objetivos do plano diretor da cidade de São Paulo (2014), a região de Itaquera teve uma grande mudança de zoneamento e

⁶² LEI N. 16.050/2014.

⁶³ Cf. Proposta de campanha do atual prefeito Fernando Haddad (PT). Arco do Futuro. Disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arco-do-futuro/>

possibilidades de novos usos e ocupação do solo⁶⁴. Por exemplo, a região central de Itaquera, onde se concentra a análise principal desta pesquisa, se caracteriza atualmente por ser uma Zona de Centralidade e dentro da macroárea de reestruturação urbana, ou seja, áreas com potencial de desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, e assim como analisado no capítulo 3, a ação do poder público aliada a interesses específicos, atualmente se caracteriza por promover a requalificação de espaços através de algumas estratégias, como os grandes projetos urbanos e os megaeventos e também a elaboração de políticas específicas para cada espaço da cidade que têm por finalidade maior a reprodução do capital no espaço urbano e a expansão imobiliária na cidade.

Portanto, o próximo subitem apresenta o Polo Institucional Itaquera e as intervenções realizadas no distrito desde 2010 a fim de expor as mudanças e consequências ocorridas na região nos últimos anos.

4.2 Polo Institucional Itaquera.

O terceiro capítulo apresentou o conceito de grandes projetos urbanos que surge da necessidade de reinventar as cidades para o mercado, principalmente para o mercado imobiliário, assim com bem definiu Sanchez (2001). E tem em sua gênese a parceria na reordenação do espaço urbano (FIX, 2001).

Os grandes projetos urbanos como ferramenta de reestruturação física de certos fragmentos do espaço influem na dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano na medida em que também são geradores de mais-valia do solo urbano e de desigualdades socioespaciais (VAINER, 2013).

Na elaboração de grandes projetos urbanos, os agentes sociais envolvidos nesse processo conferem maior valor ao solo através da criação de infraestruturas. Para Cuenya et al, (2013) e Vainer (2013), o preço do solo onde existem grandes

⁶⁴ Para saber o zoneamento completo de Itaquera, ver: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/16.ITAQUERA.pdf>

intervenções urbanas é tido como a mais-valia urbana desses projetos e o repentino aumento dos preços dos terrenos criam condições favoráveis à especulação imobiliária, que são orientadas a captar a mais-valia urbana.

Nesse sentido, após apresentar nos itens anteriores o conceito e a gênese dos grandes projetos urbanos e dos megaeventos como estratégias para transformação do espaço urbano, esta última parte da pesquisa apresenta o projeto elaborado para a região de Itaquera denominado Polo Institucional Itaquera, e as obras estruturais para a realização do megaevento Copa do Mundo de FIFA 2014.

A proposta de uma grande intervenção urbana em Itaquera surgiu em antigos planos do poder público, bem como no atual plano diretor que afere à Itaquera como uma região estratégica dentro da macroárea de reestruturação urbana⁶⁵. Ou seja, uma região que possui potencial para o desenvolvimento local, expansão imobiliária e requalificação urbana.

A operação urbana Rio-Verde-Jacú apresentada anteriormente como umas das primeiras tentativas de transformação urbana não trouxe muitos resultados até sua extinção em 2014. Até o ano de 2010, apenas a ligação entre as avenidas Jacú-Pêssego e Nova Radial Leste haviam saído do papel.

O recorte espaço temporal da análise que propõe esta pesquisa é exatamente a partir do ano de 2010, quando do anúncio da construção do estádio de futebol em Itaquera, a escolha desse estádio para a realização dos jogos da copa do mundo de futebol e o consequente surgimento do Polo Institucional Itaquera. A análise se concentrará no entorno do eixo de desenvolvimento desse projeto e do estádio de futebol, precisamente na parte denominada “centro de Itaquera” (Bairro de Itaquera).

Propõe-se, portanto, nesse subitem, apresentar o projeto do Polo Institucional Itaquera e as intervenções urbanas feitas até o momento da conclusão desta pesquisa (Julho de 2015). Considerando que o projeto do polo institucional e as obras para a copa do mundo estão inseridos no mesmo recorte de tempo e espaço.

A pesquisa documental buscou analisar os projetos públicos e os documentos oficiais a respeito do da elaboração do Polo Institucional Itaquera e documentos

⁶⁵ Cf. Plano Diretor do Município de São Paulo. Lei 16.050 de 31 de julho de 2014.

elaborados no âmbito da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 entre outros que sustentam a análise.

Deve ser ressaltada a confusão no discurso do poder público quanto os motivos da realização de tais projetos, pois, apesar de o Governo do Estado de São Paulo afirmar que as obras do polo institucional Itaquera são obras já esperadas para a região e não dependeriam da copa do mundo, elas foram incluídas na matriz de responsabilidades para a realização do megaevento. O que pode dar a entender que esse projeto foi elaborado para satisfazer as necessidades do megaevento.

Na **tabela 12**, expomos a matriz de responsabilidade das obras necessárias para a realização da copa em São Paulo e o custo das obras do Polo Institucional Itaquera⁶⁶ que são parte dos gastos de São Paulo para a copa do mundo.

Tabela 12: Matriz de responsabilidades da Copa e custo total das obras do Polo Institucional Itaquera

Cidade	Empreendimento	Investimento global previsto	Investimento do governo local
São Paulo	Polo Institucional Itaquera	548.050 milhões	548.050 milhões

Fonte: GeCopa – Matriz de responsabilidades Ministério dos Esportes 2013 (Adaptado).

O investimento total para as obras do Polo Institucional Itaquera foi de 548,050 milhões de reais, todo o valor investido pelo Governo do Estado de São Paulo, além de obras pontuais e desapropriações que foram arcados com recursos da prefeitura do município cujo valor não foi divulgado até o momento, pois muitos dos processos de desapropriação correm na justiça.

A relação entre as obras do polo e as demandas para a realização da copa do mundo repousam no compromisso que o Brasil, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo firmaram com a FIFA onde todos estes são os responsáveis para viabilizar a execução de obras de infraestrutura, mobilidade e

⁶⁶ Matriz de responsabilidade para a Copa do Mundo FIFA 2014. Disponível em http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/131126_anexo2_resolucao_gecopa.pdf. Acesso em 30/03/2015.

acesso necessárias para a plena realização do megaevento. Como segue nas considerações da clausula terceira do termo de compromisso firmado pelo Brasil⁶⁷:

Cabe ao Estado e ou Município, sem o prejuízo da repartição de atribuições previstas nos anexos, executar e custear as intervenções associadas as “competições” e expressas nesta matriz referentes à:

I Mobilidade;

II Entorno dos Estádios;

III Entorno de Aeroportos; e

IV Entorno de terminais turísticos portuários.

Ao analisar o termo de responsabilidade firmado pelo poder público em São Paulo, podemos afirmar que as obras do Polo Institucional Itaquera tem relação com Copa do Mundo FIFA 2014, ao contrário do que afirma o Governo do Estado. Pois, apesar do projeto já existir em planos anteriores, só foram implantados com o início da construção do estádio em Itaquera e claramente para atender às demandas do megaevento.

⁶⁷ Matriz de responsabilidades assinada pelo Governo Federal, Estados e Municípios com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

Figura 20: Imagem aérea da área de estudo 2011
 Fonte: Google earth: Acesso em 05/10/2012. (Adaptado).

A **figura 20** representa o recorte espacial da localidade analisada e a zona de influência das intervenções propostas. Esta imagem de satélite é anterior ao início das obras do estádio de futebol e do projeto do Polo Institucional Itaquera, busca demonstrar como era a região de estudo, antes do princípio das obras.

Podemos observar a existência de uma ocupação consolidada, principalmente ao redor dos terrenos desocupados e do pátio do metrô. Os terrenos não ocupados pertencem ao Sport Club Corinthians Paulista que recebeu como doação da prefeitura de São Paulo na década de setenta visando à futura construção de um estádio. Os outros espaços são de propriedade da COHAB e a Pedreira de Itaquera pertence a particulares.

À direita superior da imagem está o encontro das avenidas Jacú-Pêssego e Avenida José Pinheiro Borges (Radial Leste), onde se localiza uma segunda parte das intervenções urbanas em Itaquera: a construção de duas alças de acesso entre estas avenidas.

Pode ser visto na imagem também o Shopping Metrô Itaquera, o Poupatempo e a construção de uma FATEC (Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo) que não têm relação direta com o projeto do polo institucional, mas podemos afirmar que esses equipamentos foram os primeiros e modificar o caráter da região, pois até meados dos anos de 2005, o único equipamento existente nessa região era a estação Corinthians Itaquera e o pátio do metrô. Porém, todos os equipamentos já existentes foram incorporados ao projeto do Polo Institucional Itaquera.

A **figura 21** identifica as glebas ou espaços desocupados, a quem pertence cada espaço e o tamanho de cada área. A imagem representa o estudo para a implantação do polo institucional Itaquera em uma área de 647.617 mil metros quadrados (PMSP, 2012).

Figura 21: Localização das intervenções propostas
 Fonte: PMSP (2012). (Adaptado).

Apesar do elevado grau de ocupação e urbanização de Itaquera, a localidade prevista para as obras do polo permaneceu quase inalterada durante muitos anos. Nas décadas de 1970 e 1980, quando a urbanização de Itaquera já era quase total, a região não foi ocupada, mesmo com a conclusão dos conjuntos habitacionais, da inauguração do metrô e de sua garagem. Ainda que parte desse grande terreno pertença à COHAB, o local nunca foi ocupado, o que sugere a hipótese de que o local ficou como um “estoque” aguardando valorização? ou aguardando os recentes projetos urbanos?

A área de quase sete mil metros quadrados recebeu algumas intervenções após a década de 1980, como a construção do terminal Corinthians Itaquera e a garagem do metrô, e o centro de treinamento do Sport Club Corinthians Paulista. Mas foi somente a partir dos anos 2000, quando surgiram os primeiros planos para a região (desvio da linha férrea para construção da nova radial leste) que alguns equipamentos foram construídos, como o Poupatempo e o Shopping Metrô Itaquera.

As **figuras 22 e 23** demonstram a cronologia da ocupação desse espaço. Observa-se que mesmo com a ocupação consolidada de Itaquera, a região representava um imenso espaço desocupado, com diversos corpos d'água inclusive.

Figura 22: Imagem aérea do terreno em 1970.
Fonte: PMSP (2012).

Figura 23: Imagem aérea do terreno em 1980.
Fonte: PMSP (2012).

Figura 24: Imagem aérea do terreno em 2003.
 Fonte: PMSP (2012).

Figura 25: Imagem aérea do terreno em 2007.
 Fonte: PMSP (2012).

O Polo Institucional Itaquera de acordo com a Prefeitura do Município de São Paulo (2012) tem como finalidade implantar na área do entorno do Metrô Itaquera e do futuro estádio de futebol um complexo de equipamentos públicos e privados para atender as demandas da região “aproximando no tempo e no espaço os moradores das suas atividades cotidianas”.

A localização do Polo de acordo com a prefeitura irradia de uma centralidade de características importantes na região leste do município. O projeto situa-se na parte central do distrito exatamente próximo ao terminal do metrô e do estádio de futebol. A instituição do Polo Institucional Itaquera, conforme se vê na **tabela 13 e figura 26**, prevê a construção de equipamentos públicos e privados voltados à educação, a formação e à capacitação profissional para a geração de empregos na região. O projeto visa à requalificação urbanística e a adequação do sistema viário e ainda de acordo com a PMSP (2012) esse projeto tem o intuito de tornar Itaquera um “polo de atração de investimentos”.

Tabela 13: Cronograma previsto para a execução dos projetos do Polo Institucional Itaquera

Equipamentos	Fase atual (projeto / obra)	Cronograma de obra estimado	Responsável / Parceiro
Fórum	Projeto executivo em desenvolvimento	A construção será adiada para o período pós-Copa 2014	GESP - Secretaria de Justiça PMSP - SIURB
Rodoviária	Projetos funcional, básico e executivo em desenvolvimento	Não há informações disponíveis	PMSP - SPTTrans (projeto) PMSP - SPObras (obras)
FATEC	Execução da 1ª fase (obra em andamento)	Conclusão da 1ª fase prevista para 2012	GESP – Centro Paula Souza
SENAI	Projeto completo em desenvolvimento	Não há informações disponíveis	SESI/SENAI
Incubadora e Laboratórios (Parque Tecnológico Leste)	Projeto completo em desenvolvimento	Não há informações disponíveis	PMSP – SIURB e SEMDET
Centro de Convenções e Eventos	Estudo preliminar concluído (SMDU)	A construção será adiada para o período pós-Copa 2014	PMSP – SMDU, SPTuris e SEMDET
Batalhão Polícia Militar	Projeto não iniciado	Não há informações disponíveis	GESP - Secretaria de Justiça
Obra Social / Assistencial	Projeto não iniciado	Não há informações disponíveis	Obra Social / Assistencial
Empreendimento Privado (antiga pedreira)	Projeto em desenvolvimento	Não há informações disponíveis	Lindencorp

☐ Equipamentos com processos iniciados e com conclusão até o evento da COPA 2014

Fonte: PMSP (2012).

Figura 26: Proposta do Polo Institucional Itaquera.
Fonte: PMSP (2012) (Adaptado).

A **figura 26** apresenta a proposta para a região do entorno do estádio de futebol. Localiza no espaço os terrenos não ocupados e propõe intervenções por meio da possível instalação de equipamentos públicos e privados. Nota-se na figura, uma grande variedade de edifícios propostos, além de uma grande intervenção no sistema viário e a introdução de áreas verdes.

A tabela anterior à figura demonstra os equipamentos que seriam instalados com a conclusão das obras do Polo Institucional Itaquera. Antes do término desta pesquisa (Julho 2015), ou seja, um ano após o final da Copa do Mundo FIFA 2014, apenas a FATEC está concluída, e ao contrário do que demonstra a tabela, a rodoviária não foi concluída e os demais equipamentos, assim como se apresentam na tabela não há informações disponíveis.

No documento analisado, elaborado pela SMDU (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano), vinculada ao governo municipal, existe a “proposta geral” de como ficaria a região com os equipamentos instalados, incluindo a rodoviária, incubadoras de tecnologia, escolas e centro de convenções, entre outros, assim como demonstra a **figura 27**.

Figura 27: Plano arquitetônico proposto pelo projeto original 2012.
Fonte: PMSP (2012).

O documento analisado, intitulado Polo Institucional Itaquera: diretrizes de projeto urbanístico, além de propor um programa de implantação de equipamentos por meio da parceria público privada, tem o objetivo de atender às demandas da população da região. Atender às demandas de que trata o projeto, se refere à falta de empregos e oportunidades de formação e capacitação profissional em Itaquera. Daí a justificativa desse grande projeto urbano.

Outra preocupação do projeto é a adequação do sistema viário, que pode ser justificado pelo fato de que a região se tornaria mais atrativa, e por consequência com maior fluxo de pessoas.

As obras de adequação do sistema viário iniciaram-se justamente com a construção do estádio de futebol e pelo mesmo consórcio de empreiteiras; liderado pela Construtora Oderbrecht. As obras incluíram a adequação viária e a construção de pontes, viadutos e novas avenidas muito próximas ao estádio.

O complexo viário de Itaquera, nome dado às obras viárias do polo institucional, contemplam também as alças de ligação entre a Avenida José Pinheiro Borges (Radial Leste) e a Jacú- Pêssego na área central do bairro de Itaquera.

Figura 28: Proposta do Sistema Viário.
Fonte: PMSP (2012) (Adaptado).

As intervenções propostas para o sistema viário em Itaquera reforçam a ideia de criação de uma centralidade na Zona Leste, bem como inferem na reprodução do espaço, pois criam novos espaços de valorização, principalmente a imobiliária.

Ao mesmo tempo em que tais obras viárias contribuem para a realização do megaevento copa do mundo, visto que elas “criam” um novo espaço no entorno do estádio, assim como demonstra a figura anterior.

Nesse sentido, observamos a contradição entre os reais objetivos do polo e a realização da copa do mundo. Pois assim como afirmado anteriormente, o Governo considera que o polo institucional é uma obra sem relação direta com o megaevento, ao passo que a matriz de responsabilidades da copa diz que o Estado deverá arcar com as obras de infraestrutura de acesso e locomoção aos locais de evento.

Ademais, a escolha de São Paulo para sediar os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 foi em meio a disputas políticas e entre dois grandes clubes de futebol. Em princípio, a competição seria realizada no estádio do Morumbi, localizado na Zona Sul da cidade e pertencente ao São Paulo Futebol Clube. O estádio receberia reformas e os entes públicos se encarregariam da infraestrutura, como a construção de um monotrilho que “facilitaria a chegada dos torcedores aos locais do evento”.

Em 2010, no entanto, o Sport Club Corinthians Paulista anunciou a construção de um novo estádio em Itaquera. E a FIFA em acordo com o poder público concordou que este seria o estádio representante de São Paulo na copa do mundo, desde que houvesse investimentos em infraestrutura (mobilidade e acesso), “fundamentais” para a realização do evento.

É nesse sentido que a lógica dos megaeventos e dos grandes projetos urbanos se vincula afinal – tratando o espaço em Itaquera como objeto de transformação, agregando valor de uso e consequentemente de troca ao espaço, inserindo na estrutura urbana de Itaquera novos elementos – que em quatro anos modificaram essa região do bairro.

Em São Paulo, em meio a decisões controversas e indefinições, a verba destinada à construção do estádio veio do poder público por meio de empréstimos ao Corinthians e à construtora Odebrecht através do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e da CEF (Caixa Econômica Federal), adicionados aos incentivos

fiscais dados pela prefeitura, chamados de CID (Certificados de Incentivo de Desenvolvimento), estes outorgados por lei⁶⁸.

Os gastos em Itaquera, bem como em todos os outros estádios no Brasil foram gigantescos e do custo inicial de 820 milhões, a Arena Corinthians, segundo o site Transparência Brasil⁶⁹ custou cerca de R\$ 1,08 Bilhão dividido entre os empréstimos da prefeitura, do BNDES e da CEF ao clube de futebol e à construtora.

A **figura 29** representa o estádio construído, e em primeiro plano, parte das obras viárias realizadas, incluindo uma grande passarela, que sugere uma pergunta: Seria ela a tentativa de criar um símbolo para a região e para o polo institucional? E demonstra a dimensão arquitetônico-urbanística e simbólica do projeto.

Figura 29: Estádio e parte das obras do Polo Institucional Itaquera no período da Copa do Mundo.
Fonte: Portal R7.

⁶⁸ Cf. LEI Nº 15.413, DE 20 DE JULHO DE 2011. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para construção de estádio na Zona Leste do Município.

⁶⁹ Disponível em:
<http://transparencia.gov.br/copa2014/cidades/execucao.seam?empreendimento=148>.
Acesso em 30/03/2015.

Em quatro anos aproximadamente, as obras do estádio e a parte viária do polo institucional foram concluídas. E as intervenções em Itaquera ocasionaram uma nova dinâmica socioespacial. As intervenções viárias alteraram significativamente a estrutura urbana de Itaquera, mesmo que as principais obras tenham se concentrado na parte central do bairro. O principal resultado dessa rápida transformação foi a especulação sobre o solo urbano e o fortalecimento da região como centralidade tendo como efeito a expansão do capital imobiliário, como veremos na última parte da pesquisa.

4.3 As mudanças socioespaciais em Itaquera.

Este último subitem do capítulo 4 analisa as mudanças socioespaciais em Itaquera decorrentes das intervenções do Polo Institucional Itaquera e do estádio “Itaquirão”. Após apresentar tais intervenções viárias e analisar os documentos referentes aos projetos, este subitem descreve os principais efeitos na dinâmica socioespacial da região, como a valorização imobiliária, os processos de gentrificação e a hipótese da expansão do capital imobiliário na periferia de São Paulo.

Cuenya et al (2013) sustentam esta ideia observando que a produção de novos espaços causam grande impacto nas localidades afetadas, além de contribuir para a criação de novas centralidades. E esses impactos usualmente se dão pela valorização imobiliária.

Por outro lado, a elaboração de grandes projetos urbanos para Vainer (2013, p. 145) causam “rupturas urbanísticas”, pois estes produzem espaços que geram “descontinuidades” na paisagem urbana. E também alteram seus fixos e fluxos, pois as características físicas e sociais de Itaquera passam de certa maneira por uma mudança de paradigma. Esta descontinuidade é flagrante em Itaquera. Principalmente ao submeter aquele espaço a uma análise de como era a região antes e depois de tais intervenções. Pois, como visto no último subitem, a estrutura urbana de Itaquera foi alterada pela construção do estádio e pela implementação das obras viárias.

As imagens abaixo (**figuras 30 e 31**) demonstram como ficou a região após o término das obras viárias e da construção do estádio de futebol.

A **figura 30** é uma fotografia aérea da região após o término das obras viárias e da construção do estádio de futebol “Itaquerao”. Podemos observar que ao comparar esta foto com as imagens anteriores dos projetos do polo e do estádio e mesmo com a **figura 20** que representa a região antes das obras, houve diversas transformações. Entre as quais podemos ver a construção de inúmeras vias de acesso ao estádio e a produção de diversos novos espaços urbanos por meio das infraestruturas criadas.

A **figura 31** com diversas fotos tiradas depois da conclusão das obras permite observar as diversas estruturas viárias criadas, ao passo que os equipamentos que constavam no projeto do polo institucional não foram feitos, apesar de que, como já afirmado, diversos novos espaços terem sido criados.

Figura 30: Imagem aérea da área de estudo 2014
Fonte Google imagens 2014.

Figura 31: Intervenções no sistema viário de Itaquerã
Fonte: Filipe Vieira de Oliveira (2015).

Retomando o pensamento de Vainer (2013) sobre as “rupturas urbanísticas dos projetos urbanos”, fica claro ao analisar a **figura 31** que toda estrutura criada destoa da paisagem encontrada em Itaquera. A série de intervenções, em sua maioria no sistema viário, produziu um novo espaço, totalmente voltado ao automóvel.

As intervenções não são voltadas ao uso e a ocupação do espaço para pedestres ou outros meios de transporte. Se tornando inviável a circulação de pessoas e a impressão exposta é que todas estas obras servem apenas para atender ao estádio de futebol, e não às propostas originais do plano, que era de integrar melhor o distrito de Itaquera através do desenvolvimento econômico e levar melhor mobilidade à região, sendo que o único meio de transporte que se beneficiou nesse contexto foi o automóvel.

Outro aspecto é que a região das obras viárias já detém características de abandono. Como paredes pichadas, muito lixo e falta de manutenção, bem diferente do período da copa do mundo quando o entorno daquele espaço, bem como suas vias de acesso receberam um “embelezamento”, como novas pinturas, sinalização, circuito de vigilância por câmeras, etc. Além do aterramento da fiação elétrica somente na região das obras do polo e do estádio.

Outro fato relacionado às transformações na estrutura urbana de Itaquera e em relação ao megaevento copa do mundo foram as constantes violações dos direitos humanos observados nesse processo (ANCOP, 2014). A ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas) publicou um dossiê intitulado Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil. No documento, um balanço geral dos aspectos relacionados às violações de direitos no modus operandi na condução das políticas acerca dos megaeventos. Dentre estes direitos violados, incluem-se principalmente o direito a moradia, o direito à cidade, a dignidade humana e à informação (ANCOP, 2014).

Além da preocupação com os valores gastos com as obras da copa em detrimento das visíveis desigualdades sociais e da péssima qualidade dos serviços públicos no Brasil⁷⁰.

Tanto o dossiê, como tantas outras publicações chamaram a atenção para o fato da valorização imobiliária nas localidades sede da copa do mundo. Portanto, a construção do estádio e as obras de infraestrutura proporcionou uma nova dinâmica imobiliária em Itaquera, houve uma valorização imobiliária acima da média do resto da cidade (FIPE/ZAP, 2011) na medida em que houve também, muita preocupação dos moradores das favelas próximas ao estádio, assim como referiam os meios de comunicação na época.⁷¹

Sanchez et al (2013) expõem que há uma relação bastante visível entre os megaeventos e a valorização imobiliária, além de que as obras de infraestrutura tendem a beneficiar os grandes proprietários de terra, tornando a “dimensão fundiária” um aspecto importante nas regiões dos projetos. O apontamento de Sanchez e as notícias sobre a valorização imobiliária em Itaquera são bastante emblemáticos e demonstram o que acontece desde 2010 no distrito. Houve, de fato, um rearranjo na dinâmica imobiliária do distrito. Muito maior que a média do restante da cidade, mesmo em época de alta no mercado imobiliário.

⁷⁰ Sobre esta questão, consultar o livro **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo editorial, 2013. O livro debate os motivos e razões para as manifestações de junho de 2013, quando milhares de brasileiros foram às ruas reivindicar melhores serviços públicos, como transporte, saúde e educação. Esse momento acontecia a Copa das Confederações da FIFA e o bordão “COPA PRA QUEM?” tomou força a partir desse momento.

⁷¹ a) Desde o início das obras da Arena Corinthians, há três anos, os apartamentos no bairro de Itaquera, na zona leste de São Paulo, apresentaram uma valorização de 50%, segundo o índice Fipe/Zap. Entre 2008 e 2011, o aumento dos preços não passou de 10%. Não há como negar a relação entre o advento da estrutura para a Copa do Mundo na região e a disparada da especulação imobiliária: Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-maior-legado-da-copa-foi-a-especulacao-imobiliaria201d-463.html>. Acesso em 25/03/2015.

b) A construção do estádio do Corinthians, recém-iniciada, já aquece o mercado imobiliário de Itaquera, na Zona Leste de São Paulo. Os proprietários esperam a valorização de seus imóveis graças ao anúncio de um investimento municipal e estadual em obras de infraestrutura de mais de R\$ 400 milhões para melhorias no entorno do estádio. Um apartamento dentro de um dos conjuntos residenciais vizinhos ao estádio passou de R\$ 90 mil há um ano para cerca de R\$ 120 mil, segundo consultores. Para quem vive nas favelas próximas ao futuro Itaquerão, as promessas de mudanças são fonte de preocupação. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/construcao-de-estadio-em-itaquera-aquece-mercado-imobiliario.html>. Acesso em 25/03/2015.

Segundo dados da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e do ZAP Imóveis, já em 2011, houve uma valorização de 50% nos valor dos imóveis em Itaquera, assim como nos preços dos aluguéis. Observa-se na **figura 32**, o gráfico da valorização no preço das casas, dos apartamentos e dos aluguéis em Itaquera respectivamente.

Figura 32: Valor do metro quadrado em Itaquera (casas e apartamentos) 2008-2015.
Fonte: Índice FIPE/ZAP Imóveis Abril 2015.

Figura 33: Valor dos alugueis em Itaquera (casas e apartamentos) 2008-2015.

Fonte: Índice FIPE/ZAP Imóveis Abril 2015.

O valor do metro quadrado em Itaquera passou dos R\$ 1.500,00 para quase 4000 Reais até fevereiro de 2015. Mas é claro que a valorização do mercado imobiliário se deu em toda a cidade nos últimos anos. Todavia, o acesso à moradia se tornou muito mais difícil aos mais pobres, e principalmente aos que moravam de aluguel em Itaquera.

Em 2010, alugar um apartamento em Itaquera custava em média R\$ 10,00 o metro quadrado, em menos de um ano, o preço em julho de 2011 passou a custar R\$ 20,00 o metro quadrado ⁷².

O efeito da valorização, segundo dados da ANCOP (2014) provocou um processo de gentrificação, principalmente aos que pagavam aluguel. O efeito dessa valorização, de acordo com o coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto) Guilherme Boulos está diretamente ligado à copa do mundo, e especificamente às obras de infraestrutura em Itaquera.

Em Junho de 2013, cerca de 2000 famílias ocuparam um terreno próximo ao Parque do Carmo a menos de quatro quilômetros do estádio, de acordo com Boulos, quase todas as famílias eram moradoras de Itaquera e não conseguiram pagar pelo aumento nos aluguéis da região conforme afirmou em entrevista à revista carta capital⁷³.

“O mercado passou a colonizar regiões que antes eram apenas periféricas. Com isso houve uma expulsão de moradores que dependem do aluguel para regiões mais distantes, a periferia da periferia” (BOULOS, 2014, grifo nosso).

A repercussão da ocupação logo se tornou evidente na mídia e gerou a preocupação por parte dos governos, pois a copa se aproximava e os movimentos sociais por moradia se articulavam e entoavam o grito “Copa pra quem?”.

Em meio aos pedidos de reintegração de posse e a denúncia de que a construtora havia alterado o zoneamento da área para pagar menos impostos, até a

⁷² Índice FIPE/ZAP. Disponível em <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>. Acesso em 25/03/2015.

⁷³ “O maior legado da copa foi a especulação imobiliária” Carta Capital, publicado em 15/05/2014. Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-maior-legado-da-copa-foi-a-especulacao-imobiliaria201d-463.html>. Acesso em 27/03/2015.

presidente Dilma Rousseff e o prefeito Fernando Haddad visitaram a ocupação e garantiram solucionar a questão. De fato, com a aprovação do novo plano diretor (2014) a prefeitura determinou que a área se tornasse uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). E em parte do terreno serão construídas moradias de interesse social pelo programa minha casa minha vida entidades.

Figura 34: Ocupação “copa do povo” em Itaquerá
Fonte: Portal UOL

Outra questão importante relacionada são as desapropriações. No Brasil, tanto na construção dos estádios quanto na oferta de infraestrutura, as desapropriações se tornaram bastante evidentes, principalmente em áreas de expansão urbana e aonde o mercado imobiliário tinha interesses de reprodução.

Segundo análise da ANCOP (2014) cerca de 250.000 pessoas em todas as cidades-sede foram desapropriadas e a organização aponta que muitos destas remoções são forçadas e não garantem os direitos aos atingidos.

Para a ANCOP:

Se a questão habitacional no Brasil já é grave por si só. A realização da copa do mundo e das olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro agrega um novo elemento: **grandes projetos urbanos** com extraordinários impactos econômicos, fundiários e urbanísticos, ambientais e sociais (ANCOP, 2014, grifo nosso).

Em São Paulo, os dados oficiais contabilizam apenas as remoções oficiais, ou seja, aquelas feitas para a realização das obras da copa. Em Itaquera, o poder público contabiliza oito remoções comerciais e oito residenciais⁷⁴. Todavia, não é contabilizada a chamada remoção branca, que é aquela praticada pelo mercado imobiliário.

Importante ressaltar que apesar das obras para a copa e do polo institucional serem obras financiadas pelo Governo do Estado, de acordo com lei, a desapropriação é responsabilidade da prefeitura⁷⁵.

No site da Prefeitura do Município de São Paulo, constam exatamente oito documentos relacionados às desapropriações para as obras do Polo Institucional Itaquera. Estes por sua vez, trazem uma breve síntese do estudo social dos moradores, contendo apenas o nome do proprietário, endereço, tempo de moradia e renda familiar.

Porém, no estudo de uma página, os motivos da desapropriação não foram às obras, mas sim porque o imóvel estava em área de risco. Como em um deles apresentados nas **figuras 35 e 36**.

⁷⁴ Secretaria geral da presidência da república (2014).

⁷⁵ Interessante perceber que neste caso, a copa do mundo foi uma decisão federal, onde o governo estadual arcou com as obras de infraestrutura e a prefeitura com os incentivos fiscais e com as remoções e os projetos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Síntese do Estudo Social

1- Identificação da Origem da Família	
Favela Pedreira	Regional: Leste
Endereço: Rua César Dias	Subprefeitura: Itaquera
Alternativa de Atendimento Adotado: Apoio Habitacional	
Motivo do Atendimento: Eliminação de área de risco	
Complementação: V.A.H.	
2- Identificação do Titular	
Nome: [REDACTED]	Expedido por: SSP/SP
RG: [REDACTED]	Data de Expedição:
CPF: [REDACTED]	RNE:
Nome do Pai: N.T.	
Nome da Mãe: [REDACTED]	
Endereço: Rua Lagoa Salgada - [REDACTED] - Itaquera - São Paulo	
Observação:	
3- Situação Socioeconômica da Família (dados informados em 22 de Maio de 2013, data de cadastramento da família)	
Tempo de Moradia: 2 ano(s) 3 mes(es)	Família composta por 1 pessoa(s):
Renda Mensal Familiar: R\$ 650,00	0 pessoa(s) com 10 anos ou menos
	0 pessoa(s) com mais de 10 anos e menores de 18 anos
	1 pessoa(s) com mais de 18 anos
4- Caracterização da Situação	
<p>Considerando - se a situação socioeconômica da família, bem como a necessidade de remoção/desocupação da moradia, somos de parecer favorável ao atendimento habitacional no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) estabelecido no Programa de "Ações de Habitação" (decreto 51.653 de 22/07/10) considerando as alternativas estabelecidas na Portaria 323 / SEHAB / 2010.</p>	
São Paulo, 14 de Agosto de 2013	
Assistente Social	
Recibo de Auxílio de Atendimento Habitacional	
<p>Eu, Clara de Jesus, declaro que me foi entregue pela Prefeitura do Município de São Paulo, através Secretaria Municipal de Habitação, Superintendência de Habitação Popular a importância de R\$ 900,00 (novecentos reais) a título de Apoio Habitacional, Referente ao(s) mês(es) de agosto, setembro e outubro, que será pago por meio de Ordem de Pagamento.</p>	
[REDACTED]	
Assinatura Responsável/ Titular	
Testemunha 1:	[REDACTED]
Nome/RG	
Testemunha 2:	
Nome/RG	
(somente se faltar a assinatura)	
HABI Leste	Data: 14/08/2013
<p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Assinatura de Diretor da Habi Regional Felinto Carlos Fonseca da Cunha Diretor Divisão Técnica RF: SEHAB/HABI-Leste</p>	

Figura 35: Síntese do estudo social de desapropriação em Itaquera
Fonte: PMSP (2012).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA DE ITAQUERA

AUTO DE INTERDIÇÃO

Nº 0719

EM 03 DE Agosto DE 13, COM FUNDAMENTO NO PODER DE POLÍCIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFERIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSUBSTANCIADO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DO ITEM 6.2.1 DA LEI Nº 11.226 DE 25 DE JUNHO DE 1992, LAVRO O PRESENTE AUTO DE INTERDIÇÃO DA EDIFICAÇÃO SITUADA À Rua Lagoa Salgada

Nº (S) [REDACTED] CODLOG [REDACTED]
E DETERMINO A DESOCUPAÇÃO Total TOTAL OU PARCIAL DO IMÓVEL EM VIRTUDE DO RISCO EXISTENTE NA CONTINUIDADE DO USO DO PRÉDIO NAS ATUAIS CONDIÇÕES, IMPORTANDO EM GRAVE AMEAÇA A INTEGRIDADE FÍSICA DE SEUS OCUPANTES, DOS VIZINHOS E DOS TRANSEUNTES.

A DESOBEDIÊNCIA A ESTE AUTO IMPLICARÁ NA LAVRATURA DE AUTO DE FLAGRANTE POLICIAL, E NO REQUERIMENTO DE ABERTURA DE INQUÉRITO POLICIAL, PARA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO INFRATOR PELO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 330 DO CÓDIGO PENAL, BEM COMO PARA ADOÇÃO DAS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE MULTAS DIÁRIAS. Repleta total do imóvel.

SÃO PAULO, 03 DE Agosto DE 13

[Handwritten signature]

ASSINATURA E CARIMBO ENQUILAU

[Handwritten signature]

ALEX MAJAJ
Agente Visor
PF

ASSINATURA E CARIMBO
SERVIDOR MUNICIPAL

INTERESSADO	() OCUPANTE DO IMÓVEL	(X) PROPRIETÁRIO
NOME: <u>[REDACTED]</u>	ASSINATURA	RG:
DECLARO PARA OS FINS DE DIREITO QUE AS _____ HORAS DO DIA ____/____/____ DEI CIÊNCIA AO PROPRIETÁRIO/OCUPANTE DO IMÓVEL, O QUAL RECUSOU-SE A ASSINAR O PRESENTE AUTO DE INTERDIÇÃO.		
<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>Deixar o Mobiliário da Consigna 7, pois na visita a Srta. Clara não estava.</i>
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR MUNICIPAL		
1ª Testemunha		
Nome _____	RG _____	
Endereço _____	nº _____	
Complemento _____	Assinatura _____	
2ª Testemunha		
Nome _____	RG _____	
Endereço _____	nº _____	
Complemento _____	Assinatura _____	

1ª via - ocupante do imóvel/proprietário / 2ª via - Processo / 3ª via - Arquivo de Fiscalização

Figura 36: Auto de interdição de imóvel em Itaquera.
Fonte: PMSP (2012).

Além das desapropriações, algumas comunidades localizadas próximas às obras do estádio e do polo sofreram constantes ameaças de desapropriação. A comunidade da Paz, localizada a menos de 800 metros do estádio foi a mais afetada por este contexto.

A comunidade da Paz, sabendo há muito tempo que estava dentro de um programa de remoção de favelas, elaborou um relatório próprio juntamente com o instituto Polis e o Comitê Popular da Copa, onde identificou terrenos na região de Itaquera e nas proximidades para a construção de moradias populares, todavia, esse documento não foi levado em consideração pelo poder público na época.

Abaixo, segue a reprodução de um trecho do documento elaborado no ano de 2012:

O futuro estádio e o polo institucional estão a poucos metros de um conjunto de assentamentos precários e o projeto do parque linear prevê a remoção de vários desses assentamentos, inclusive a comunidade da Paz. Nota-se um grande esforço do poder público em concluir essas obras até o início da Copa do Mundo em junho de 2014. No entanto, não se vê o mesmo esforço, até o momento, em informar as famílias quanto à solução proposta para a área. Não há informações objetivas quanto ao atendimento habitacional definitivo para essas pessoas e a ausência do Estado junto a essas comunidades é total. (POLIS, 2012)

As ameaças de remoção da Comunidade da Paz surgiram mesmo antes das obras do polo em Itaquera. O projeto do Parque linear do Rio Verde observava a necessidade de remoção total da favela. Há mais de vinte anos na mesma área, os moradores da comunidade da Paz criaram vínculo com a região onde vivem, e não querem ser realocados em áreas muito distantes. Por isso resistiram.

Vivem na comunidade cerca de 300 famílias em um terreno de propriedade da COHAB localizado na Avenida Miguel Inácio Cury (POLIS, 2012). A resistência por parte da comunidade foi uma vitória frente aos demais casos de remoções forçadas para obras dos megaeventos esportivos no Brasil. Ver **figura 37**.

Segundo o Instituto Polis (2012) a luta daquelas famílias se dá pela garantia de seus direitos; direito à informação, direito à cidade e à moradia digna.

Figura 37: Comunidade da Paz e Córrego Rio Verde.
Fonte: Filipe Vieira de Oliveira (2015).

O córrego que está em primeiro plano na imagem é o Rio Verde, que está contido no plano do parque linear de mesmo nome. O parque, nas proximidades da comunidade, já existe, porém, para sua conclusão, a comunidade da Paz terá que ser realocada e muitas desapropriações devem ser feitas na região.

Ao analisar o plano alternativo da comunidade da paz, percebe-se que a população vive naquele local há mais de vinte anos e querem continuar morando próximos à comunidade, pois ali criaram raízes culturais e afetivas (POLIS, 2012) e não querem ser “despejados” para outros cantos da cidade.

O plano em si, foi descartado pelo poder público que continua com a ideia de remoção total da comunidade. Entre muitas discussões com apoio do comitê popular da copa em São Paulo, a comunidade resistiu a diversas tentativas de desapropriação. De toda forma, a resistência surtiu efeito, e a comunidade será realocada até 2016 em conjuntos habitacionais na região de Itaquera segundo a PMSP (2012).

Não somente a comunidade da paz está ameaçada pelos planos de desenvolvimento para Itaquera, no bojo dos projetos para a região, mas outras comunidades foram afetadas conforme demonstra a **figura 38**.

Figura 38: Dados e localização das comunidades passíveis de remoção em Itaquera.
 Fonte: Habisp IN D'Elías (2014) (Adaptado).

A figura contempla tanto os dados sobre as localidades atingidas por desapropriações ou passíveis de remoção quanto um mapa onde é possível observar a localização dessas comunidades.

O mapa demonstra que todas as comunidades estão próximas ao eixo de desenvolvimento do polo institucional e do estádio de futebol, principalmente em vias estruturais, onde atualmente são construídos corredores de ônibus e alargamentos de vias.

Não foram poucas as notícias e publicações referentes a super valorização imobiliária em regiões que receberam investimentos em infraestrutura para a realização de megaeventos. Diversos textos foram publicados para mostrar essa valorização, bem como denunciar os processos de expulsão de moradores devida a essa valorização.

O dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil* (2014) alerta que este processo de valorização/expulsão de comunidades afetadas por desapropriações extrapolam inúmeras violações do direito à cidade e o direito a moradia na recém era dos megaeventos no Brasil. Segundo o texto:

“Via de regra são comunidades localizadas em regiões cujos imóveis passaram, ao longo do tempo por processos de valorização, tornando-se objeto de cobiça dos que fazem da especulação com valorização imobiliária a fonte de fabulosos lucros” (DOSSIÊ, 2014, p. 21).

O texto ainda explica que tais remoções, forçadas ou não, têm como motivação principal, favorecer a mobilidade urbana, conter os riscos ambientais, e até mesmo para melhorar as condições de vida da população residente. Todavia, o grande negócio é “limpar” o terreno para grandes projetos imobiliários e especulativos (DOSSIÊ, 2014).

A moradia, que no Brasil e em São Paulo é um problema sem os megaeventos, a realização da Copa em 2014 segundo o mesmo Dossiê (2014) agrega um novo elemento, que são “os grandes projetos urbanos”.

Em Itaquera, as questões acerca das desapropriações têm como efeito principal a reprodução das desigualdades socioespaciais no território. Ao atribuir

maior valor a espaço urbano em Itaquera, o poder público investe em projetos urbanos que valorizam a região, ao passo que os mais pobres são os primeiros atingidos nessa situação, e os demais agentes sociais aliados ao capital utilizam das benesses advindas os planos e projetos para expandir o capital, principalmente o capital imobiliário, como também aconteceu em Itaquera.

Nesse sentido, nos últimos anos, verificamos o aumento do número de lançamentos imobiliários em Itaquera, principalmente os verticais, voltados a distintas classes sociais. A Questão imobiliária em Itaquera foi tema de diversas reportagens e matérias jornalísticas desde o início da construção do estádio.

O boom imobiliário aconteceu de forma homogênea em São Paulo desde a primeira metade dos anos 2000, mas principalmente em localidades que recebiam melhorias estruturais. E Itaquera era vista como a bola da vez no processo de expansão imobiliária – como demonstram as notícias vinculadas na época:

“Construção de estádio em Itaquera aquece o mercado imobiliário⁷⁶”.
(Portal G1 – 01/06/2011).

Preço do metro quadrado sobe em Itaquera e vendas caem⁷⁷
(Portal UOL/Classificados, 13/11/2013).

“Valorização de imóveis em Itaquera cresceu 40% em 2013⁷⁸”
(Revista Zapimóveis, 13/02/2014).

“Corinthians aponta valorização imobiliária como legado do Itaquerão⁷⁹”.
(Portal UOL, 16/05/2014).

⁷⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/construcao-de-estadio-em-itaquera-aquece-mercado-imobiliario.html>. Acesso em 04/06/2015.

⁷⁷ Disponível em: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1184887-preco-do-metro-quadrado-sobe-em-itaquera-e-vendas-caem.shtml>. Acesso em 04/06/2015.

⁷⁸ Disponível em: <http://revista.zapimoveis.com.br/valorizacao-de-imoveis-em-itaquera-cresceu-40-em-2013/>. Acesso em 04/06/2015.

⁷⁹ Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/16/corinthians-aponta-valorizacao-imobiliaria-como-legado-do-itaquerao.htm>. Acesso em 04/06/2015.

Ao observar as transformações em Itaquera desde o ano de 2010 foi possível notar o aumento no número de lançamentos imobiliários na região, em sua grande maioria de imóveis residenciais do tipo casa, casa assobradada e casas em condomínios fechados. Mas como não era possível juntar dados referentes a estas tipologias de construção, realizou-se uma pesquisa sobre os lançamentos verticais em Itaquera.

Com exceção de sua área central de Itaquera, onde já existiam condomínios verticais, houve um aumento significativo de lançamentos verticais em outras áreas do distrito, principalmente na região da Avenida Jacú-Pêssgo. A pesquisa dos lançamentos gerou um mapa que demonstra os 23 lançamentos identificados na **figura 39** desde o ano de 2011 até 2014.

Figura 39: Lançamentos imobiliários verticais em Itaquera entre 2011 e 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir de reportagem de Daniel Vasquez (2013) e consulta própria sobre os lançamentos imobiliários em Itaquera⁸⁰.

⁸⁰ Empreendimentos apontados no mapa: Ello Home Club, Viseu, Camuri; Zeus, Ônix, Agrimensor Sugaya, Frimais, Flores do Parque do Carmo, Parque Saint Dimas, Parque Saint John, Carollina

Em sua grande maioria, os empreendimentos são voltados às classes média e média baixa, variam entre 45 e 65 metros quadrados e em sua maioria são financiados com recursos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). O mercado imobiliário prontamente se incorporou da “nova realidade em Itaquera”. Muitos desses novos empreendimentos reproduzem o discurso de que a região era “uma das que mais cresciam em São Paulo” e onde os investimentos em infraestrutura por parte do poder público “mudaria a cara de Itaquera”.

O estádio também foi incorporado a esse discurso, bem como as propagandas transferiam ao distrito uma imagem mais qualificada depois de receber tais investimentos, como é possível observar na **figura 40** de uma propaganda imobiliária, assim como a imagem de Itaquera atualmente se configura na descontinuidade da paisagem, como observamos na **figura 41**.

Ao analisarmos estas duas últimas imagens de Itaquera, podemos perceber que, na figura 40, retirada de um anúncio publicitário de um novo empreendimento imobiliário, a região passa a ser um bairro muito mais qualificado a partir de diversos novos investimentos na região, com faculdades, grandes avenidas, o estádio, shopping centers e estações de trem e metrô. A fotografia aérea, que nos permite observar a parte mais antiga e urbanizada do bairro de Itaquera apresenta uma região onde aparentemente não existem problemas socioespaciais, e também podemos observar a Avenida Jacú-Pessêgo, que se posiciona como nova avenida imobiliária, com diversos outros lançamentos novos.

Village, Ritmo, Plus, Miranorte, Van Gogh, Camuri, Itaquera Prime, Viver Itaquera, Jardins Itaquera, Fit Bosque, Itaquera Life e Arena.

Fonte: Consulta própria e informações de VASQUES, Daniel. “Construtoras seguram lançamentos em Itaquera para vender mais caro”. Folha de São Paulo – Classificados de Imóveis – 17/03/2013.

Disponível em: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1247351-construtoras-seguram-lancamentos-em-itaquera-para-vender-mais-carro.shtml>. Acesso em 05/05/2014.

Figura 40: Propaganda do lançamento imobiliário Arena (2014).
 Fonte: <http://www.pdg.com.br/condominio-arena>

Figura 41: O estádio “Itaquerão” no meio da periferia consolidada.
 Fonte: Filipe Vieira de Oliveira (2015).

Portanto, podemos afirmar que essas rápidas transformações não condizem com as características principais de Itaquera. O grandioso investimento em infraestrutura tanto para o estádio quanto para o Polo Institucional não trouxe nenhum resultado concreto além das intervenções viárias e se apresentou em descompasso com a situação de parte da população de Itaquera, causando em uma primeira constatação a descontinuidade na paisagem de Itaquera, e em segundo lugar, a reafirmação das desigualdades sociais.

Por outro lado, a valorização imobiliária e a expansão desse mercado atualmente é uma realidade em Itaquera. A nosso ver, essa situação demonstra a dinâmica e os desafios que se encontram consolidados em Itaquera e evidenciam a continua expansão do mercado imobiliário que por sua vez, reafirma a produção de um espaço desigual na periferia. E os problemas socioespaciais advindos desse processo que acontece em um espaço heterogêneo se mostra muito contraditório. Outro aspecto que podemos considerar diante de todo esse processo é que a região se transforma em uma nova centralidade na Zona Leste da cidade de São Paulo.

Considerações finais

Ao finalizar a pesquisa devemos considerar um fato importante que permeou nosso caminho nestes últimos anos, já que a proposta de analisar as mudanças socioespaciais em Itaquera se deteve a certa especificidade, que foi a possibilidade de observar as transformações no espaço urbano da região no momento em que elas aconteciam. Por outro lado, esse fato trouxe à tona novos questionamentos e possibilitou verificar que a dinâmica pela qual passa Itaquera ainda não cessou. Consideramos apenas uma maneira de ver a periferia como a nova fronteira de expansão do capital imobiliário por meio da elaboração de grandes intervenções no espaço urbano.

A construção do texto a fim de responder aos objetivos propostos iniciou-se em discussões acerca do espaço urbano, do processo de produção e reprodução do espaço e da urbanização na sociedade capitalista com ênfase nas características e contradições da chamada periferia do capitalismo e em especial considerando a cidade de São Paulo como exemplo desse processo.

Verificamos que o espaço urbano como local da reprodução social e das relações de produção se tornou contraditório no processo de urbanização da sociedade. Já que é no espaço urbano que tais relações acontecem e se reproduzem na forma de apropriação do espaço. É no espaço urbano que agem os diversos agentes sociais responsáveis pela (re) produção do espaço, e no sistema capitalista, o espaço (mercadoria) se generaliza, resultando na contínua necessidade de multiplicação do capital no espaço.

Se a produção do espaço é um processo em constante transformação, as relações sociais na/da cidade também são transformadas no cotidiano. Considera-se, portanto, que é a cidade contemporânea e o espaço urbano o local da concentração do urbano, assim como afirmou Lefebvre (2008).

Tal qual o local de concentração do urbano, no espaço urbano ocorrem diversos processos sociais, como a segregação, a fragmentação espacial e as desigualdades socioespaciais. E estes processos sociais, como apontou Santos

(2006) é o resultado de ações acumuladas através do tempo. Todavia, no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista o espaço urbano tem uma mutabilidade complexa e se transforma rapidamente pelo contínuo processo de urbanização das cidades.

Como consequência do modo de produção capitalista a terra passou a ser mercadoria, ainda que seja essencial para a reprodução da vida e da sobrevivência humana, assim como analisa o método dialético de Marx. De tal modo, o uso da terra foi redefinido como valor de troca em detrimento de seu valor de uso, novamente, pela relação dos diversos agentes sociais que são os responsáveis pelo processo de produção e reprodução do espaço.

Concluimos que essa relação se realiza através da atuação entre os agentes sociais e o espaço. Identificamos que os agentes consumidores de espaço são: os proprietários de terras, os promotores imobiliários, os grupos sociais e o Estado, que entendemos ser o grande regulador desse processo. É justamente nesse momento que encontramos as grandes contradições do processo de produção do espaço, quando a atuação dos diversos agentes que buscam satisfazer suas necessidades no espaço, o veem como valor de troca, causando grandes desigualdades socioespaciais.

A análise conceitual aferida ao primeiro capítulo do texto avançou, assim como um objetivo secundário da pesquisa, ao analisar o processo de urbanização da cidade de São Paulo e a formação socioespacial de Itaquera. Consideramos que não era possível pensar as atuais transformações urbanas destituídas de um momento histórico. No sentido de que foi necessário compreender o processo de ocupação do solo e de formação socioespacial para justificar a problemática encontrada em Itaquera atualmente.

A princípio, o que se constatou foi que, ao contrário da grande quantidade de literatura acadêmica sobre a história e formação da cidade de São Paulo, existem poucas publicações a respeito da formação socioespacial da Zona Leste da cidade, em especial dos bairros mais periféricos como Itaquera. Em Azevedo (1945) e Lemos & França (1999) encontramos uma análise e dados de grande validade para a realização dessa parte da pesquisa, assim como a pesquisa documental no Arquivo Histórico Municipal.

O crescimento dos subúrbios da porção leste do município de São Paulo se deu pela construção da ferrovia, que cruzava imensos espaços até então desocupados rumo ao Rio de Janeiro no final do século XIX. Já no início do século XX alguns núcleos populacionais surgiram ainda atrelados à linha férrea, como a Penha e Itaquera.

O processo de ocupação do solo e a formação socioespacial de Itaquera aconteceu por meio de aspectos relativos ao modelo de urbanização da cidade de São Paulo. Após deixar de ser zona rural do município, a região de Itaquera bem como todo o subúrbio da cidade de São Paulo sofreu um rápido processo de transformação, em poucos anos, a partir de 1960 ocorre a explosão demográfica que dá origem às extensas e segregadas periferias.

Observamos que esse processo aconteceu aos olhos do poder público e à margem de políticas públicas. A periferia absorveu um grande excedente de população, os migrantes e os mais pobres encontraram na periferia, pelo baixo custo do solo o seu modo de viver e assim, a periferia se torna o lócus de produção de desigualdades. A formação da periferia se deu, portanto, a partir de uma ocupação baseada nos loteamentos irregulares, a possibilidade da casa própria e a autoconstrução de moradias. E foi marcada pela ineficácia de políticas públicas e de um planejamento urbano inadequado.

Ainda assim, o processo de expansão da cidade foi contínuo, e junto a isto, observamos no decorrer do trabalho que a especulação imobiliária passou a orientar o modelo de crescimento de certas áreas, mais valorizadas e dotadas de algum tipo de infraestrutura, na medida em que outras áreas eram deixadas à margem da ilegalidade, constituindo assim uma cidade fragmentada e desigual, ao passo que nesse processo a periferia se constrói como um lugar heterogêneo, ainda que as desigualdades sejam mais visíveis do que nas regiões mais centrais da cidade.

Observamos também que foi a partir da década de oitenta que enquanto algumas áreas da cidade receberam grandes projetos de infraestrutura urbana e “embelezamento”, as regiões periféricas são “esquecidas” ressaltando a dialética entre a “cidade legal versus a cidade ilegal”, assim como afirmou Maricato (2000).

Dito isto, a pesquisa demonstrou que ao longo do processo de urbanização da cidade de São Paulo, a dinâmica de produção de espaço se baseou na incoerência do desenvolvimento capitalista, onde o preço e o acesso à terra urbana eram mais caros na medida em que era agregado valor ao solo. A mais valia do solo urbano acontecia na medida em que o Estado por meio de políticas urbanas “investia” em infraestrutura aonde havia a necessidade de expansão do mercado imobiliário, reafirmando a relação entre estes agentes sociais na reprodução do capital no espaço urbano da cidade. Daí o surgimento do centro expandido da cidade de São Paulo, no mesmo período em que o centro da cidade era desvalorizado.

No caso de Itaquera, verificamos que a explosão demográfica dos anos 1960 e 1970 causaram grandes desigualdades e o distrito se configurou em um grande bairro-dormitório que influenciou a dinâmica de produção e ocupação do espaço. A urbanização intensa gerou um grande déficit de moradia, principalmente entre os mais pobres, ao passo que também induziu a especulação do solo.

A grande maioria da população, assim como afirmou Amaral (2001) “se virou como pôde”, buscando as favelas, a autoconstrução de moradias e a ocupação de terrenos irregulares do ponto de vista legal, social e ambiental. Por outro lado, com a ascensão dessa problemática, surgiram os movimentos sociais normalmente ligados ao movimento de moradia.

Em resposta às demandas da região, Itaquera a partir da década de 1970 recebe uma das primeiras grandes intervenções urbanas, que foi a construção dos numerosos conjuntos habitacionais da COHAB que modificaram bastante a paisagem e a dinâmica da região, assim como a chegada do terminal do metropolitano entre outras obras de mobilidade que se tornaram ao longo do tempo as únicas intervenções urbanas da região.

O capítulo 2 finaliza com a análise de dados sobre as características atuais do Distrito de Itaquera e de seus demais bairros. Julgamos necessário trazer à tona a situação encontrada atualmente na região a fim de fundamentar os conceitos propostos na pesquisa. A pesquisa buscou fontes oficiais para demonstrar como se caracteriza a região no século XXI.

Com aproximadamente 523,848 habitantes no distrito e 204,871 habitantes no bairro de mesmo nome (PMSP, 2015) Itaquera configura-se como um uma região heterogênea, com áreas de urbanização mais antiga e consolidada, e áreas de ocupação segregadas, com 58 favelas (14 no bairro de Itaquera) e muitas comunidades localizadas em regiões de risco e vulnerabilidade.

A análise abordou os aspectos relacionados ao uso do solo, habitação, trabalho e renda, escolaridade, saúde, saneamento básico, acesso a equipamentos esportivos, de lazer e culturais e vulnerabilidade social. Foi possível extrair destes dados que Itaquera demonstra diversos problemas de ordem socioespacial. Uma urbanização desigual refletida nas formas de ocupação do solo e na reprodução das relações de trabalho na região.

Em relação aos outros aspectos analisados, Itaquera possui poucas opções culturais e esportivas, o número de leitos hospitalares para a grande população de Itaquera é insuficiente e algumas áreas da região não têm acesso ao esgotamento sanitário. A respeito da vulnerabilidade social, o Distrito de Itaquera apresenta a mesma heterogeneidade que é característica dessa região, com índices que variam de muito baixa à alta vulnerabilidade social.

Enfim, o capítulo 2 demonstrou que processo de formação socioespacial de Itaquera dentro do modelo de urbanização da cidade de São Paulo moldou as características atuais dessa região. Ao que se pôde avaliar, atualmente, o distrito possui caráter heterogêneo e uma ocupação espacial desigual e fragmentada, com diversos problemas urbanos e sociais, como demonstrou os dados analisados no final do capítulo 2.

Para dar respostas ao objetivo geral da pesquisa, o capítulo 3 analisou os projetos urbanos em uma perspectiva contemporânea. Assim como os conceitos de grandes projetos urbanos e megaeventos, pois, estas duas dinâmicas moldaram as atuais transformações urbanas em Itaquera. Essa análise, mesmo que com certas especificidades ajudaram na aproximação de uma resposta para a questão que colocamos no título da pesquisa: “Itaquera para quem?”

Constatamos que a compreensão de planejamento urbano atualmente se caracterizou por seu papel estratégico, por isso, verificamos que este modelo

reproduz no espaço urbano a lógica do capital, e deriva do processo de reestruturação do capitalismo em que a intervenção em certos fragmentos do espaço permitem a expansão do mercado imobiliário e dos interesses específicos dos diferentes agentes sociais que atuam no espaço. E neste caso que propomos avaliar, se realiza por meio da elaboração de grandes projetos urbanos, assim como a atração de grandes eventos mundiais, como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, pois, verificamos também que os grandes projetos urbanos e os megaeventos demandam grandes intervenções espaço, assim como alteram a dinâmica socioespacial.

Os grandes projetos urbanos e os megaeventos são considerados normalmente uma alternativa “viável e necessária” para justificar algumas intervenções no espaço urbano, como renovação, requalificação, e revalorização de espaços nas cidades antes tidos como degradados e que ainda sim, têm possibilidades de se reinventar, ou seja, são instrumentos de reestruturação física de certas regiões.

Identificamos que as grandes intervenções urbanas elaboradas com interesses específicos “escolhem” determinados fragmentos do espaço para desenvolver seus planos e projetos, em que pese o discurso do poder público em que todos se beneficiarão destes grandes projetos urbanos. Assim como os megaeventos ressaltam ideia de legado urbano ou social, que não passam de falácias dos agentes sociais envolvidos em tal processo e que nunca foram prometidos pelas entidades organizadores desses grandes eventos.

Outro aspecto relacionado aos grandes projetos urbanos e aos megaeventos é a valorização imobiliária identificada nestas regiões como analisamos em Rolnik (2009; 2014) em que a lógica do “legado urbano” influi no mercado imobiliário que para a autora significa que os ativos imobiliários é um ativo financeiro de especulação e causam processos socioespaciais excludentes.

O que se constatou também foi que apesar das grandes intervenções observadas na própria cidade de São Paulo ocorrerem em regiões mais consolidadas, as intervenções em Itaquera tiveram como resultado as mesmas contradições notadas naquelas regiões, como processos de valorização imobiliária e gentrificação, além da “parceria” em que o Estado age como âncora para a

viabilização da contínua necessidade de expansão do capital imobiliário, ou seja, em benefício do capital privado. Em Itaquera, a relação entre estes dois agentes sociais se deu através da construção de toda infraestrutura viária e de acesso ao estádio e ao Polo Institucional Itaquera.

O último capítulo, além de apresentar o projeto do Polo Institucional e do estádio, demonstrou as mudanças socioespaciais pelas quais passou o bairro de Itaquera desde 2010. O polo, como um grande projeto de desenvolvimento econômico não trouxe os resultados prometidos como analisado no documento oficial. A respeito dos equipamentos públicos e privados anunciados no projeto, apenas a FATEC/ETEC foram concluídos. O fórum, a rodoviária, o centro de eventos, a incubadora tecnológica, entre outros, não foram realizados, ficaram apenas no papel. Ao passo que toda a infraestrutura viária, como túneis, viadutos e intervenções em ruas e avenidas foram concluídas. O que leva a afirmar que a justificativa do Polo Institucional Itaquera viabilizou as obras de infraestrutura e acesso ao estádio da Copa do Mundo FIFA 2014.

Consideramos que as rápidas transformações no espaço urbano de Itaquera modificaram a dinâmica socioespacial da região, assim como demonstrou o último capítulo. O modelo de intervenção espacial causou a valorização imobiliária que prontamente foi apropriada pelo mercado que passou a atuar com mais ênfase nessa região. As consequências futuras ainda precisarão ser avaliadas, pois a região ainda é passível de mais intervenções urbanas, na medida em que ainda possui grandes entraves socioespaciais não resolvidos, mas atualmente, o que podemos concluir é que Itaquera é um distrito em transformação para o mercado imobiliário e onde o Estado atua como parceiro regulamentador desse processo.

A contínua urbanização da cidade contemporânea conduz a um constante processo de reorganização espacial, que acontece através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano assim como afirmou Corrêa (1995). A contradição que buscamos expor nesta pesquisa é que, essa prática, por meio dos grandes projetos urbanos e das “necessárias” intervenções em fragmentos do espaço, agora, se reproduz na periferia da cidade.

Se a cidade capitalista quanto mais cresce, menos lugar tem aos seus pobres, como escreveu Paul Singer, no contínuo processo revalorização do espaço

urbano, as características e estratégias dos capitalistas para satisfazer necessidades específicas, a cidade persiste em reproduzir grandes desigualdades urbanas. Portanto, consideramos atualmente que em Itaquera, a dinâmica socioespacial é moldada pelos interesses dos diversos agentes sociais interessados no valor de troca do espaço urbano em detrimento de questões urbanas e sociais mais urgentes, na contínua reprodução da lógica capitalista.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília, UNESCO, 2002.
- ALLIS, Thiago. **Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo**. Tese (Doutorado). 2012. 269 p. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- ALVES, Glória da Anunciação. **A Lógica e os embates na produção da cidade: o caso de São Paulo**. Artigo. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218.htm> Data da Publicação 2006.
- AMARAL, Ângela de A. C. **Habitação na cidade de São Paulo**. PÓLIS/PUC, São Paulo, 2001.
- ARANTES, Otília. **Uma estratégia fatal**. IN ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. São Paulo: Vozes, 2000.
- AZEVEDO, Aroldo Edgard de. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese de Concurso à Cadeira de Geografia do Brasil. São Paulo, FFCL/USP, 1945.
- _____. **Itaquera e Poá, Subúrbios Residenciais**. IN **A cidade de São Paulo**. Estudos de Geografia Urbana, Vol. IV, São Paulo, 1958.
- BOMTEMPI, Sílvio. **O bairro de São Miguel Paulista**. Secretaria de Educação e Cultura, São Paulo, Prefeitura, 1970.
- BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: Territórios da base da indústria de reciclagem no urbano periférico**. 2008, 258 p. Tese de (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- CARTA CAPITAL** “O maior legado da copa foi a especulação imobiliária” Carta Capital, publicado em 15/05/2014. Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-maior-legado-da-copa-foi-a-especulacao-imobiliaria201d-463.html>. Acesso em 27/03/2015.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo, Contexto, 2005.
- _____. **A condição espacial**. São Paulo, Contexto, 2011.
- _____. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. IN CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L; SPOSITO, M.E.B. (orgs). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo, contexto, 2013.
- _____. **O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, FFLECH, 2007.
- CEBRAP (São Paulo). **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**. São Paulo. Edições Loyola, 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**, São Paulo, Editora Ática, Série Princípios, 1995.
- _____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. IN CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L; SPOSITO, M.E.B. (orgs). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo, contexto, 2013.

CUENYA, Beatriz; GONZÁLEZ, Eduardo; MOSTO, Gustavo; PUPARELI, Sylvia. **Mobilização de mais-valias num grande projeto urbano**: A experiência de Puerto Norte, em Rosário. IN CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) **Grandes projetos urbanos**: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, 2013

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo. Boitempo, 2006.

D'ELIAS, Jéssica. **A Copa do Mundo é Nossa?** Diretrizes para o reassentamento de famílias atingidas pelas obras da copa de 2014. (Trabalho Final de Graduação) FAU/USP 2014.

PAULA, Marilene de. **Copa pra quem e pra que?** Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha. Marilene de Paula, Dawid Danilo Bartelt (orgs). Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll, 2014.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. Curitiba. Ibpex, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Itaquera espera, em três anos, crescer duas décadas**. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,Itaquera-espera-em-3-anos-crescer-duas-decadas,605449,0.htm>. Acessado em 20/10/2013.

FERREIRA, J.S W. **São Paulo, o mito da cidade-global**: ideologia e mercado na produção da cidade. São Paulo, 2003.

FERREIRA, J. S Whitaker. **Um teatro milionário**. IN JENNINGS, A; ROLNIK, R; LASSANCE, A, et al. **Brasil em jogo**: o que fica da copa e das olimpíadas. São Paulo, Boitemo/Carta Maior, 2014.

FIX, Mariana. **Novas fronteiras imobiliárias**: O caso da operação urbana da Avenida Faria Lima. IN CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) **Grandes projetos urbanos**: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, 2013.

_____. **Parceiros da exclusão**: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espreiada, São Paulo. Boitempo, 2001.

FOLHA UOL. Disponível em: <http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1184887-preco-do-metro-quadrado-sobe-em-itaquera-e-vendas-caem.shtml>. Acesso em 04/06/2015.

FRÚGOLI JR. Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo. Marco Zero, 1995.

GAZETA DO TATUAPÉ (1984) IN LEMOS, Amália Inês Geraiges de; FRANÇA, Maria Cecília. **Itaquera**. Série História dos Bairros de São Paulo. 2. ed. São Paulo, Prefeitura, 1999.

GIL, Antônio Carlos: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo, 2008.

GUSMÃO, Nelma de Oliveira. **O poder dos jogos e os jogos do poder**: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. (Tese) Doutorado, 2012. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <http://transparencia.gov.br/copa2014/cidades/execucao.seam?empreendimento=148>. Acesso em 30/03/2015.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista Espaço & Debates n. 39. Tradução de Luís Octávio da Silva e Micaela Krumholz, revisão de Yvonne Mautner. 1996.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Repensando a prática de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Artigo em meio digital Disponível em: www.gestaosocial.org.br, 2009.

KOULIOUMBA S. **A Questão da Cidade Mundial: Mito ou Realidade.** Um olhar a partir do Hemisfério Sul. São Paulo, 2003.

LAW, Christopher M. **Urban tourism: Attracting visitors to large cities.** New York: Mansell Publishing, 1993.

LIMONAD, Ester. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização.** GEOgraphia, UFF. Ano 1, número 1. Rio de Janeiro, 1999.

LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades.** Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes, São Paulo, Ed. Unesp, 1998.

Lefebvre, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. 1. reimp. São Paulo. Centauro, 2009.

_____. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. 5. ed. Belo Horizonte. UFMG, 2008.

LEMONS, Amália Inês Geraiges de; FRANÇA, Maria Cecília. **Itaquera.** Série História dos Bairros de São Paulo. 2. ed. São Paulo, Prefeitura, 1999.

LOJKINE. Jean. **O estado capitalista e a questão urbana.** Tradução: Estela dos Santos Abreu. São Paulo. Martins Fontes. 1981.

LUNGO, Mario. **Grandes proyectos urbanos: Desafíos para las ciudades latinoamericanas** IN Perspectivas urbanas: Temas críticos en políticas del suelo en América Latina. Cambridge. Lincoln Institute of Land and Policy, 2007.

MARICATO, Ermínia. **A copa do mundo no Brasil: Tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana.** IN JENNINGS, A; ROLNIK, R; LASSANCE, A, et al. **Brasil em jogo: o que fica da copa e das olimpíadas.** São Paulo, Boitemo/Carta Maior, 2014.

_____. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano Brasil.** IN ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** São Paulo: Vozes, 2000.

MAUTNER, Yvonne. **A periferia como fronteira de expansão do capital.** IN DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Orgs). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo. Edusp, 2010.

MAYER, Regina Maria Prosperi; GROESTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. **São Paulo Metrópole.** São Paulo, Edusp e Imprensa Oficial, 2004.

MONBEIG, Pierre. **O crescimento da cidade de São Paulo** IN História econômica da cidade de São Paulo, SZMRECSÁNYI, Tamás. (org), Editora Globo, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano no mundo contemporâneo,** 2006.

MOURA, Rosa. **Grandes projetos urbanos e planejamento territorial.** (Artigo). Boletim Campineiro de Geografia, V. 1, Número 1, 2011.

NOBRE, Eduardo A. C. **Reestruturação econômica e território: Expansão recente do terciário na marginal do rio pinheiros,** 2000. 288 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

NOVAIS, Pedro. **Uma estratégia chamada planejamento estratégico: Deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano.** Rio de Janeiro, 7 Letras, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. In CARLOS A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. (orgs.) **Geografias de São Paulo: A metrópole do Século XXI: São Paulo, Contexto 2004.**

OLIVEIRA, Fabrício L; LIMA JR. Pedro de Novais. **Grandes Projetos Urbanos: Panorama da experiência brasileira.** IN CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs). **Grandes**

projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, 2013.

PIKETTY, Thomas. **Kuznets**. O capital no Século XXI. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2014.

PORTAL G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/construcao-de-estadio-em-itaquera-aquece-mercado-imobiliario.html>. Acesso em 04/06/2015.

PORTAL UOL Disponível em:
<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/16/corinthians-aponta-valorizacao-imobiliaria-como-legado-do-itaqueroa.htm>. Acesso em 04/06/2015.

PRADO JR, Caio. **A cidade de São Paulo**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

PREFEITURA. **São Paulo, a cidade, o habitante, a administração:** 1975-1979. São Paulo, 1979.

RAMALHOSO, Wellington. **Destino Itaquera:** O metrô rumo aos conjuntos habitacionais da COHAB-SP. Dissertação (Mestrado). São Carlos, Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, 2013.

READER, Sávio. **Desenvolvimento urbano em sedes de megaeventos esportivos** IN Legados dos megaeventos esportivos. Brasília, Ministério dos Esportes, 2008.

RITCHIE, J.R. Brent. **Turning 16 days into 16 years through Olympic Legacies**. Event Management, 2000.

ROCHE, Maurice. **Mega Events and Modernity:** Olympics and expos in the growth of global culture. New York: Routledge, 2000.

ROLNIK, Raquel. **Megaeventos:** direito à moradia em cidades à venda. IN JENNINGS, A; ROLNIK, R; LASSANCE, A, et al. **Brasil em jogo:** o que fica da copa e das olimpíadas. São Paulo, Boitemo/Carta Maior, 2014.

_____. **São Paulo**, São Paulo, Publifolha, 2012.

ROLNIK, R. FRÚGOLI JR, H. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana:** A zona leste como território de rupturas e permanências. São Paulo. Cadernos Metrópole n. 6, 2001.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos, 2010.

SANCHEZ, Fernanda; BIENESTEIN, Glauco; GUTERMAN, Bruna. **Jogos Pan-Americanos Rio 2007:** um balanço multidimensional. IN CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs). **Grandes projetos urbanos:** olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimp. São Paulo, Edusp, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 5 ed. 1. reimp. São Paulo, Edusp, 2008a.

_____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana. 2 ed. 1. reimp. São Paulo, Edusp, 2008b.

_____. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. 1. reimp. São Paulo, Edusp, 2012.

SEABRA, Odette C.L. **São Paulo, cidade, os bairros e a periferia**. IN CARLOS, A.F.A. OLIVEIRA, A. U. (Orgs). **Geografias de São Paulo:** Representação e crise de metrópole. São Paulo. Contexto, 2004.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luíz. **Lei Geral da Copa**: explicitação do estado de exceção permanente. IN JENNINGS, A; ROLNIK, R; LASSANCE, A, et al. **Brasil em jogo**: o que fica da copa e das olimpíadas. São Paulo, Boitemo/Carta Maior, 2014.

Sweezy, Paul. **O capitalismo moderno**, Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da solidão**: Uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro, Objetiva, 2003.

VAINER, Carlos. **Grandes projetos urbanos**: o que se pode aprender com a experiência brasileira. IN CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs). **Grandes projetos urbanos**: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, 2013.

_____. **Pátria, empresa e mercadoria** IN ARANTES, O; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. São Paulo. Vozes, 2000.

_____. **Quando a cidade vai às ruas** IN MARICATO, Ermínia. Cidades rebeldes: **Passe livre e as manifestações que tomaram às ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2013.

VARGAS, Heliana Comin. **Turismo e valorização do lugar**. Revista Turismo em análise, São Paulo, 1998.

WILHEIM, Jorge. **São Paulo: Uma Interpretação**. São Paulo, SENAC, 2011.

ZANIRATO, Sílvia. **A fotografia de imprensa**: Modos de ler. IN PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo & ZANIRATO, Sílvia (orgs.). **As dimensões da imagem**: Abordagens teóricas e metodológicas. Maringá, Eduem, 2005.

ZAP IMÓVEIS. Disponível em: <http://revista.zapimoveis.com.br/valorizacao-de-imoveis-em-itaquera-cresceu-40-em-2013/>. Acesso em 04/06/2015.

Documentos consultados.

ANCOP. **Dossiê megaeventos e violações dos direitos humanos**. ANCOP. Novembro de 2014.

Arquivo Municipal da cidade de São Paulo. Pasta “**Itaquera**”. Sem data.

CRECI-SP 2012: Disponível em <http://www.fmerablog.com.br/a-copa-do-mundo-e-a-valorizacao-dos-imoveis-em-Itaquera/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

INFOCIDADE. Portal de consulta de dados do município de São Paulo. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/> 2010/2012/2013/2014/2015.

LEI Nº 10.257/2001. ESTATUTO DAS CIDADES.

LEI Nº 13.872/04: Dispõe sobre a instituição da Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú.

LEI Nº 15.413, DE 20 DE JULHO DE 2011. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para construção de estádio na Zona Leste do Município.

LEGADOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS. Brasília, Ministério dos Esportes, 2008.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DA COPA. Assinada pelo Governo Federal, Estados e Municípios com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/131126_anexo2_resolucao_gecopa.pdf

PMSP. **Dados demográficos de Itaquera:** Subprefeitura de Itaquera. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/Itaquera/> 2012, 2015.

POLIS. **Plano popular alternativo para a comunidade da paz,** Instituto Polis, 2012.

Polo Institucional Itaquera. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/zona_Leste/polos/index.php?p=37342. PMSP, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context.** Human Rights Council, ONU, 2009. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/A-HRC-19-53_en.pdf.

SEADE. **Índice de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo.** Fundação SEADE/ Secretaria de desenvolvimento urbano SMDU, 2010.